

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal e pelo Estadual

Numero 15 ————— Dezembro de 1943



*Ó jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera ;*

.....
*Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos !*

NATIVIDADE SALDANHA

IMPrensa OFICIAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal e pelo Estadual

Numero 15 ————— Dezembro de 1943



*Ó jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera ;*

*.....
Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA

IMPrensa OFICIAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

Reconhecido de utilidade pública pelo Governo Federal e pelo Estadual

Numero 15 ——— Dezembro de 1943



*Ó jovens Brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera ;*

.....
*Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos !*

NATIVIDADE SALDANHA

IMPrensa OFICIAL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA

As Comemorações Cívicas do Dia 12 de Junho em homenagem a Domingos Martins — O aniversário do Instituto — A posse da nova Diretoria

Realizaram-se a 12 do corrente as solenidades cívicas comemorativas da morte do herói espírito-santense Domingos José Martins, levadas a efeito pelo Instituto Histórico do Estado.

A sessão solene teve lugar no salão principal do Departamento Administrativo do Estado, antigo Congresso Legislativo, às 10 horas.

A ela compareceram pessoalmente o exmo. sr. dr. Mário Aristides Freire, Interventor Federal interino, Desembargador Waldemar Pereira, Presidente do Tribunal de Apelação, Secretários de Estado, Comandante da Força Pública, representantes do sr. Bispo Diocesano, Comandante da Guarnição de Vitória, Imprensa, Comissão de alunos dos Colégios Oficiais, jornalistas, senhoras e crescido número de associados.

A sessão foi aberta pelo dr. Fernando Rabêlo, vice-presidente do Instituto, que depois de convocar a mesa com o sr. Interventor Federal e Presidente do Tribunal, deferiu o compromisso à nova Diretoria eleita, passando a presidência ao dr. Arthur Primo, presidente empossado.

Este, com a palavra, proferiu brilhante discurso alusivo à data, salientando a figura do herói e a missão do Instituto como guarda das nossas tradições mais caras. Em seguida deu a palavra ao dr. Euripedes Vale, que fez uma síntese dos trabalhos e atividades do Instituto no biênio passado, como Secretário da Casa.

Falou depois o dr. Jair Dersaune, que fez o elogio dos sócios falecidos, recordando as figuras de Arquimimo Matos, Batalha Ribeiro e Freitas Barbosa.

Encerrada essa primeira parte das comemorações, convidou o Presidente a assistência a acompanhar o Instituto até o monumento do grande espírito-santense, à praça João Climaco.

Falou então à mocidade das Escolas ali formadas, em nome do Instituto, o dr. Nelson Almeida, que, em vibrante alocução, referiu-se ao feito memorável e ao exemplo deixado pelo grande brasileiro.

Pelas mãos do sr. Interventor Federal o Instituto depositou aos pés do monumento uma coroa de flores naturais. Um aluno do Colégio Salesiano recitou uma poesia sobre a data e após linda canção patriótica cantada pelos alunos desse estabelecimento, deu-se por finda esta segunda e última parte das comemorações.

DISCURSO DE PÓSSE DO NOVO PRESIDENTE DO INSTITUTO, DR. ARTHUR LOURENÇO DE ARAUJO PRIMO

Exmo. Sr. Interventor Federal.

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Apelação.

Dignas autoridades.

Senhoras.

Senhores.

Estimados consócios.

A ninguém mais do que a mim, surpreendeu a eleição, que muito agradeço, da minha pessoa, para ocupar esta cadeira.

Desta vez, parece, resolveu-se como que uma promoção por antiguidade, pois foi escolhido um velho servidor, veterano dos primeiros dias de vida do nobilitante gremio, o qual já havia passado, em varios periodos, pelos póstos immediatos da presidência.

Desvanecido me sinto, não pela honraria do cargo — o que seria vaidade, mas pela companhia de ilustres confrades. Digo bem confrades, porque não deve haver entre nós hierarquia, e sim temos que trabalhar todos com igual ardor para um mesmo elevado fim.

A falta de outros merecimentos, uma promessa eu faço — o cumprimento do dever, virtude de que me ufano de ter dado mostras em alguns setores em que pôde ser empregada minha actividade.

PASCAL, em um dos seus conceituosos pensamentos, disse: "Ce que peut la vertu d'un homme ne doit pas se mesurer par ses efforts, mais par ce qu'il fait d'ordinaire".

Em 12 de junho de 1916, em uma das salas do edificio do Congresso Legislativo do Estado, um grupo de homens interessados pelo estudo da história e da geografia do Espirito Santo fundou esta associação. Foram promotores da idéia os d^{rs}. Antonio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto e Archimimo Martins de Mattos: três

pioneiros de incontestável valor. Antonio Athayde — muito venerado, tradição viva desta sua terra natal, cujos fastos vem desde largo tempo exalçando eruditamente. Carlos Xavier — talento multiforme, não se distinguindo qual a superioridade dos seus conhecimentos, se no direito, na história, na geografia ou na literatura. Archimimo Mattos, cuja morte prematura pranteamos — dotado de iniciativa, de inteligência penetrante e de notável força de vontade.

Para solenizar mais um aniversário do auspicioso fato da criação deste sodalicio cultural, é também por que aqui hoje nos congregamos, em cumprimento de di posição estatutária.

Em sociedades como a nossa, não se faz mistér um fulgor contínuo. Trabalha-se muitas vezes silenciosamente. Assim acontecendo com o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, já conta êle, entretanto, serviços de relevância em incentivo pelo culto do que merece o nosso passado. Como exemplo, aí estão a restauração do antigo túmulo de Anchieta e a ereção do busto de Domingos Martins, conseguidas por diligência do Instituto junto aos poderes públicos do Estado.

Quando da instalação do Instituto, foi tomado o principal compromisso de celebrar-se o centenário da revolução pernambucana de 1817, o que foi realizado com grande solenidade em 12 de junho de 1917, relembrando-se nessa data justamente o centenário do suplicio do espírito-santense Domingos José Martins, heróico vulto daquela revolução — “tão discutido, porém cada vez maior, à medida que os anos passam”. E anualmente tem sido prestada homenagem à memória de quem ganhou, com inteira justiça, a imortalidade.

Comemorações diversas têm sido feitas de importantes acontecimentos nacionais e estaduais.

O centenário da independência foi festejado condignamente, presidindo o Instituto todas as cerimônias. Recepções têm sido dadas a personagens de mérito. Prestou o Instituto seu concurso ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia, que aqui foi levado a efeito com brilhantismo.

Há uma regular biblioteca, um pequeno museu e está sendo organizado o arquivo; porém para que possa tudo isso ser apresentável, de modo a ser olhado com consideração, precisa o Instituto de ter em definitivo sua morada. O Estado deu-nos uma casa, de que tomámos posse. Houve depois troca por outra dependente de adaptação, que não pôde ser feita. Desfez-se a troca e ficámos na antiga casa, da qual ultimamente saímos por ameaçar ruir. Agora funcionamos provisoriamente em casa alugada. Uma solução se faz necessária a respeito, e teremos que apelar novamente para o Governo do Estado, afim de que zelados sejam tradições e anais em prédio que esteja em condições de ser chamado sem desdouro — “Casa do Espírito Santo”.

Carlos Xavier, no discurso inaugural, demonstrou com fatos que a história do Espírito Santo não é incolor. E citou: os assinalados serviços de Affon o Braz, Pedro Palacios e José de Anchieta; os feitos do índio Ararigboia, neste torrão nascido; as lutas contra os ataques

de ingleses e holandeses; o valor dos três Martins na revolução de 1817; a representação do Espírito Santo nas Cortes Constituintes; ainda a ação que fez sentir nas lutas da independência; Francisco Martins batalhando na Confederação do Equador, ao lado de Frei Caneca; a parte que tomou o padre Marcelino Duarte na abdicação em 1831; a sublevação de soldados embarcados no Ururá, na celebre abrilada, no período da república de Piratininga; ainda a ação na história da liberdade dos escravos, a propósito da qual há a página da insurreição do Queimado; e, mais, a ação na propaganda republicana.

Que belo programa o estudo, já em parte iniciado, de todos esses sucessos!

E os eventos de tempos menos remotos?! E a literatura espírito-santense?!

Procuremos compreender todo o passado, analisando-o com dedicação.

ROCHA POMBO, em artigo intitulado "O espírito da história", escreveu estas palavras: "Si pátria não é menos que a plenitude da existência moral fundada na comunhão social e política, é bastante que se fixe esta noção na consciência do homem para que ele se sinta preso ao passado como a vida da flor à vitalidade da planta". E acrescentou: "... os povos que não têm, ou que perderam o senso da história e renunciam o passado, pode dizer-se que negam também o futuro".

Marcílio de Lacerda, em trabalho publicado no 1.º número da Revista do Instituto, afirmou que a história da revolução de 1817 ainda está por escrever; porquanto o que existe como tal é suspeito, por emanar de testemunhos pessoais, favoráveis ou desfavoráveis. E disse existirem recolhidos ao Arquivo Público Federal e à Biblioteca Nacional, documentos em grande número, que trariam claridade ao assunto, muitos deles soltos, atirados a granel em gavetas. Foram suas palavras finais que as preciosas coleções de provas autênticas esperam alguém que, "com elas, queira reconstruir com a pureza primitiva o magestoso edifício que os patriotas idealizaram e executaram, e o sopro impetuoso da tirania derrocou".

O Brasil de há muito corre grande perigo.

Em magistrais escritos de OLIVEIRA VIANNA, que o brilhante matutino "A Manhã", do Rio de Janeiro, vem publicando, colhi estes trechos:

"Os alemães que se difundiram tão largamente ao sul do país, aqui entraram e se radicaram e se consolidaram em núcleos massivos e homogêneos unicamente porque, da nossa parte, sempre os envolve-mos — como os demais colonos — nessa atmosfera de liberalismo, hospitalidade e mútuo acôrdo que caracteriza a nossa concepção do espaço vital.

"Entretanto, — únicos neste ponto entre todos estes colonos, — os alemães não nos buscavam com a mesma boa fé e animados deste mesmo espírito. Entravam a nossa terra e penetravam as nossas florestas e planaltos trazendo outra concepção do espaço vital: a concepção que é própria da sua raça, concepção egoísta e predatória, que era a de Bismarck e que é a de Hitler".

Adiante, referiu-se a dois textos de autorizados pensadores alemães, segundo asseverou, trazidos à baila por Silvio Romero nos livros — a AMÉRICA LATINA e PROVOCAÇÕES E DEBATES, e expoz: “O primeiro é este, de Adolfo von Cöuring: — “A Alemanha — diz este velho propagandista do pan-germanismo conquistador — espalha, sem proveito para si própria, o excesso de sua população pelo mundo inteiro; depende de nós alemães conservar para o nosso país as suas forças vivas, dirigindo a emigração para regiões *que fiquem sujeitas às nossas leis e à nossa proteção*. Há, para isto, lugar na África, nas ilhas da Oceania e *na América do Sul (Patagônia e Brasil)*”.

“Este trecho, extremamente sugestivo, de von Cöuring, completa-se e reforça-se com este outro, de alguém que era uma voz das mais autorizadas do pensamento germanico: Gustav von Schmoller, considerado, no seu tempo, a maior autoridade européia da economia política e que foi o teorista econômico do pangermanismo bismarckiano. Ora, é este o pensamento de Schmoller: — Devemos a todo custo querer que, durante os próximos cem anos, surja, no *Sul do Brasil*, um país alemão com vinte milhões ou trinta milhões de alemães”.

“O conceito de Cöuring é de 1882; o de Schmoller de 1904”.

“O conceito de von Cöuring, formulado em 82, é o mesmo das arengas de Hitler em 38 ou 39: *espaço vital germânico e território alemão* — são idéias correlativas e incindíveis.

“Diante disto, é possível duvidar-se que pelo menos o sul do Brasil esteja contido dentro dos limites que o nacional socialismo, na sua furia imperialista, traçou para o espaço vital da Nova Alemanha?”

Depois de citar quais os objetivos dos alemães no mundo, diz, ainda, OLIVEIRA VIANNA:

“O que tem impedido desde a era bismarckiana até agora, a Alemanha de realizar a sua ambição tem sido esse sistema de forças que constitui o chamado “equilíbrio europeu”, que outra coisa não é, senão, no velho continente, o poder naval do Império Britânico, a que se aliava o poder militar da França, e, da parte do nosso continente, a doutrina de Monroe, assegurada pelo prestígio material e econômico dos Estados Unidos. Nada mais. Destruido este sistema de forças, que até então vem contendo os instintos predatórios do imperialismo alemão, e eliminada a doutrina de Monroe (o que acontecerá se viesse a ser vitoriosa a Alemanha), nenhuma força organizada restaria no mundo que nos pudesse amparar contra a aplicação brutal e integral da “teoria do espaço vital”, entendida, é claro, segundo a concepção alemã”.

OLIVEIRA VIANNA evidenciou o perigo quanto à Alemanha.

Outra ameaça pairando sobre nós, vem do Japão, com a cubição de matérias primas que são aqui encontradas. Um seu ministro avançou, em certa ocasião, que o Japão podia arrogar-se o direito de ir

buscar, mesmo com a ocupação dos respectivos territórios, em países que as tivessem e não soubessem ou não as pudessem aproveitar, as matérias primas de que necessitasse.

Mas, a Providência vêla sobre nós.

Inventou a Alemanha a doutrina do *espaço vital*, que quando se julgou forte pôz em prática, e muitos povos na própria Europa foram por ela oprimidos. Uniram-se-lhe o não menos ambicioso Japão e a pobre Itália, constituindo-se o famigerado Eixo. E as prêsas continuaram em outros continentes e nos mares.

Um poderoso bloco de nações amantes do direito e da justiça se formou, tendo à frente a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte, e a êle se juntou o Brasil, com quasi toda a América, em defesa da civilização contra a barbaria.

Estamos, pois, em guerra, prontos a todos os sacrifícios, que as circunstâncias exigirem de nós, para a completa vitória, que, aliás, parece, já se aproxima.

Em tal situação, esta e as demais instituições congêneres serão as arcas sagradas em que ficarão guardadas as nossas mais caras tradições. Em uma e outras será alimentado o fogo perpétuo do amor à Pátria, como os Romanos procediam em honra dos seus deuses lares.

E seja o fanal para todos nós o heroísmo de Domingos Martins, que pugnou com suprema coragem, até ao martírio, há cento e vinte e seis anos, por um Brasil livre!

REHABILITAÇÃO HISTÓRICA DE VASCO FERNANDES COUTINHO

MARIO ARISTIDES FREIRE

A carta régia da doação de uma Capitania no Brasil, a Vasco Fernandes Coutinho, faz saber que ele não a solicitou. D. João III declarou — “folgar de lhe fazer mercê, de meu próprio moto, certa ciência poder real e absoluto, sem mo ele pedir, nem outrem por ele” — como, aliás, repetiu em outras. O Rei mandara dividir a colônia em donatarias — “para delas prover aquelas pessoas que me bem parecer”.

Somente apoiado em outro código como essa carta de 1 de junho de 1534 poder-se-á julgar Vasco Fernandes um ambicioso, e não, ao contrário, um fidalgo sempre dedicado ao seu Rei, além de, neste caso, também ao serviço de Deus e bem do reino, conforme reza a mesma carta régia.

Nas Ordenações Manuelinas o Brasil ainda não figura como lugar de degredo. Passeu a ser assim considerado quando permitido aos donatários, em 1535, povoarem e colonizarem as Capitânicas, igualmente, com indivíduos condenados por certos delitos, e, para esse fim, digamos — liberados condicionalmente. Um alvará generalizou logo a medida a todas as Capitânicas. (1)

Homiziados não vieram somente para o Espírito Santo.

Quatrocentos e dois piores trouxe Thomé de Souza para a Bahia. Percorrendo a costa, nessa época, afim de expurgá-la de franceses, Pero de Goes não se animara a receber na Bahia tripulantes de que tinha necessidade, ainda que o Governador os quizesse dar — “porque ele ficava só entre degredados, sem ter ninguém consigo senão os de sua casa”. (2)

As remessas para Pernambuco chegaram a motivar um protesto do donatário Duarte Coelho: — “Certifico a V. A. e juro-lhe pela hora da morte que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal. Creia V. A. que são piores cá na terra que peste; pelo que peço a V. A. que pelo amor de Deus tal peçonha me cá não mande”. (3)

A deficiência de povoadores em S. Paulo levou, ao contrário, a respectiva Câmara a solicitá-los nesses termos, dirigindo-se à rainha D. Catarina: — “venham até degredados, somente não sejam ladrões”.

(1) Rocha Pombo, “História do Brasil”, III pag. 139

(2) Mello Moraes, “Chorographia Historica”, 397 e 403.

(3) Rocha Pombo, citado, pag. 291; e Boletim do Ministério do Trabalho, n.º 51, de Novembro de 1938.

Deante da atitude enérgica do velho Duarte Coêlho, que não titubeava em mandá-los enforcar, usando dos poderes extraordinários de que todos os donatários haviam sido investidos, os elementos indesejáveis, mandados para Pernambuco preferiam logo Itamaracá onde havia menos severidade. E Calogeras deplora não tivessem todos os outros donatários tido o mesmo rigor.

Pior do que essas migrações foi, porém, o homicídio, tolerado e favorecido em algumas Capitânias, de criminosos por delitos praticados já no Brasil, e evadidos de outras donatárias. (4)

O apreciado autor de "Casa Grande e Senzala" escreveu o seguinte, a propósito de um conceito de Azevedo Amaral, sobre os degredados acolhidos no Brasil: — Onde Azevedo Amaral nos parece lamentavelmente exagerado é em considerar todos aqueles povoadores (sobre os quaes reconhece ser tão escassa e precária... a informação acessível) uns tarados criminosos e semi-loucos. (5) Refere-se principalmente aos degredados; não há, entretanto, fundamentos nem motivos para duvidar de que alguns fossem gente sã, degredada pelas ridicularias porque então se exilavam súditos, dos melhores, do Reino para os ermos.

"Era estreitíssimo o critério que ainda nos séculos XV e XVI orientava, entre os portugueses, a jurisprudência criminal. No seu direito penal, o misticismo, ainda quente dos odios de guerra contra os mouros, dava uma estranha proporção aos delitos. Afirma C. Malheiros Dias que não existia na legislação creva Código d severidade comparavel ao Livro V, das Ordenações Manuelinas

A nobreza de Roma descendia dos bandidos do roubo e estupro das sabinas, observa Odorico Mendes, que enumera alguns delitos punidos segundo o aludido Livro quinto com fogo, força, açoites com barão e pregação; bem assim com degredo: — sodomia; bestialidade; alcovite; molice; cessão da casa para se usar mal dos corpos; venda, por homens, das inocentes alfêtas e obreias, mister mais apropriado a mulheres; abandono da vida do mar, feitiçaria, e adivinhações mediante sortes ou interpretações em água, espelho, cristal ou espada, para busca de tesouros. Até o abraçar e beijar eram delitos punidos pelas velhas Ordenações... (6)

Posteriormente, os trapaceiros e onzenarios, a princípio deportados para Africa, passaram a ser degredados para o Brasil, quando reincidentes pela terceira vez. (7)

Outras providências, no mesmo sentido, foram baixadas em 1551 e 1564.

Examinando os casos de degredo, num total de 256, João Francisco Lisboa, escrevendo certamente sobre o Livro V das Ordenações Filipinas, apurou 142 para Africa, 87 para o Brasil e o resto para outros lugares. (8)

Taunay, ao registrar o apelo, que reproduzimos, da Camara de S. Paulo, acrescenta: — "impunha-se o critério seguido ainda em meados do século XIX na Australia: — a abolição completa do passado; cada qual encetaria nova vida na terra nova.

4) — Rocha Pombo, III, 292.

5) — Azevedo Amaral — "Estudos Brasileiros", 1930.

6) — Rocha Pombo cit. 140.

7) — Rocha Pombo, 577 do vol. II.

8) — Apud. Cassiano Ricardo, "Marcha para Oeste" II, 78

Paul Gaffarel, apreciando o pedido de Villegaignon no sentido do Rei consentir que aliciasse colonos nos cárceres de Paris, Rouen e outras cidades, assim também se manifesta: — “Era já o salutar pensamento que os ingleses retomaram dois séculos mais tarde, quando criaram as suas colônias penitenciárias da Austrália — expatriar os criminosos; mas dando-lhes ocasião de renascer para uma vida nova pela expiação e pela perseverança no trabalho. Sabe-se quaes foram, para os ingleses, os maravilhosos resultados daquelas colônias.

E Gaffarel alude, em seguida, a uma nova Inglaterra ali em progresso, depois de 1787, quando os primeiros **convicts** desembarcaram em **Botany-bay**. E o escritor francês lastima que a mesma ideia, adotada muito antes por Villegaignon, tivesse sido abandonada pela França. (9)

Contrariamente, Calogeras, deante das graves dificuldades experimentadas em nossas donatarias, consequencia da tumultuaria conduta de grandes frações do elemento povoador, critica o que o mencionado escritor tanto enaltece: — A semelhança da Austrália que, no século passado, sofreu por ter sido uma colônia penitenciária, o Brasil recebeu conjuntamente o refúgio de Portugal, assim como colonos de excelente origem e mesmo representantes de ramos postergados da nobreza do Reino.” Vimos, por isso, o ilustrado autor da “Formação Histórica do Brasil” lamentar que nem todos os donatários tivessem o rigor de Duarte Coelho, de cuja donataria fugiam os transgressores da lei e cabeças esquentadas ou inquietas.

O exagero do rigor penal quinhentista das vetustas Ordenações, segundo as quaes, no dizer de João Ribeiro — “pequenas faltas eram ali tidas por crimes graves, e a frase **morra por elo** era sentença comum de qualquer delito”, ressalta hoje quando se lê a heresia entre os quatro imperdoáveis delitos, que, consoante a carta régia de 6 de Outubro de 1534, impediam aquela remota forma de livramento condicional.

A observação desses exageros terá certamente levado alguns escritores a procurarem atenuar as acusações das que increpam Portugal de haver, naquela época, enchido o Brasil de criminosos e mulheres perdidas. Mas, diante do que rezam as crônicas, escreveu Luiz Amaral: — “se aquilo não era a escoria, se no Portugal havia coisa pior, é o caso de perguntar que sociedade seria aquela?” (10)

Vasco Fernandes viu, não obstante, a Capitania a princípio prosperar tanto que costumava compará-la pitorescamente, a **um vião farto**. (11) Pôde mesmo, após cinco anos de trabalho, rever Portugal.

Na volta é que foi surpreendido com a destruição de grande parte de sua obra, e encontrou comprometido o que construira e deixara.

Ainda tentou ir novamente a Portugal em busca de mais recursos.

Não o conseguindo, peregrinou pelo norte da costa, até Pernambuco, á procura de novos elementos para o trabalho.

Os “Documentos Históricos” registram remessas, que, nessa ocasião, obteve, de armas e munições. (12) As primeiras foram mandadas entregar-lhe na cidade do Salvador, em 1550; as segundas, recebeu-as, no ano se-

9) — Apud. Rocha Pombo, vol. III pag. 477.

10) — “História Geral da Agricultura Brasileira”, vol. I, 61.

11) — Fr. Vicente, apud Pedro Calmon; “História do Brasil”, I, 194.

12) — Volumes XIII e XIV, pags. 311 e 93, respectivamente.

guinte, o Feitor e Almoxarife desta donataria. Embora destinadas á propria defesa da Capitania e conquista, ser-lhe-iam descontadas da redizima, que percebia, de todas as rendas...

Pela mesma redizima se lhe mandou descontar mais, na mesma epoca, a quantia de 1.436 réis, que ficára devendo ao defunto Feitor; assim como 8.000 réis que, em 1549, recebêra de um particular, pelo embarque, no Espírito Santo, de escravos e mercadorias. (13)

Eram responsabilidades que, em nome da Corôa, se lhe lançavam aos ombros cansados, juntamente com o debito das armas indispensaveis á penosa defêsa da colonia. Assim era resolvido, no momento atribulado em que, de sua Capitania, voltára sem efeito o alvará de 1552, pelo qual se havia mandado cobrar, pelo produto dos dizimos, uma nova contribuição de 8.500 réis, para o patrimonio do Bispado. A escassa renda não permitira atender a mais essa cobrança: tendo o Provedor mar excluido, desde logo, do referido tributo os dizimos de açúcar, mandioca e peixe em todas as Capitánias, dessa excepcional vantagem, além d'isso, não gozou, entretanto, o algodão do Espírito Santo, como foi comente concedido para o da Bahia e Itamaracá — "por ser a principal coisa e mais grossa de que os moradores viviam, justificava a procura, assim como para o arroz de S. Vicente... (14)

Quanto ao Espírito Santo, mandavam-se anotar todos os debitos e exigencias para cobrança futuras e maior desespero, não só do infeliz donatario, como dos pobres moradores.

Gilberto Freyre louva os dedicados Capitães-mores, como Coutinho, vítimas da politica de -povoar sem onus os ermos da America", politica segundo a qual transformada a extensão das Capitánias em chamariz de homens corajosos, mas de escasso capital, deixava-se tudo na colonia, depois, á iniciativa particular. (15)

Sobriariam certamente razões a Coutinho para queixar-se em 1550, na Bahia, a Duarte de Lemos, contra o abandono em que o Rei deixava, no Brasil, os donatarios. Esse gesto confiante motivou a leviana denuncia que aquele antigo companheiro de lutas e trabalhos apressou-se em formular contra elle. (16)

A decadência da donataria de Coutinho, todavia, impressionou parece a Corte, de modo a inspirar uma carta régia de 1551 concedendo isenção dos dizimos, durante cinco annos, a quem viesse, á propria custa, para a Bahia ou para o Espírito Santo. Procurou essa resolução favorecer, além d'isso, a vinda, para o Brasil, de lavradores das ilhas, e, ao mesmo tempo, de artistas, operários e outros profissionais. (17)

Tivesse ou não produzido essa ordem régia o efeito desejado, certo é que Thome de Souza, depois de ter corrido a costa em 1552, communicou ao Rei: — "o Espírito Santo é a melhor Capitania (afirmou o mesmo da de Ilheus) e mais abastada que ha nesta costa; mas está tão perdido como o capitão dela que é Vasco Fernandes Coutinho; eu o provi o melhor que

13) — "Documentos" cit. vol. XIV pags. 383 e 384.

14) — "Documentos" cit. XIV pags. 417 a 422.

15) — "Casa Grande & Senzala"

16) — Pedro Calmon, "História" citada. I, 195

17) — Rocha Pombo, "História do Brasil", III, 742.

pude, mas V. A. deve mandar capitão ou Vasco Fernandes que se vadia para lá, e isto com brevidade". (18)

Em 1553 Pero de Goes, escrevendo para Portugal, descrevia esta Capitania — quasi perdida com discordia e d'svarios dos homens, por não ser Vasco Fernandes nela, e ser ido não sei se lá, se onde". (16) Assim a vira em 1549; e como levava para Bahia o Ouvidor Geral, este — concertou tudo".

Quando procuramos saber o que mais teria comprometido a obra colonizadora de Vasco Fernandes Coutinho e de outros donatários, avulta muito significativamente a seguinte observação que Nóbrega registrou, em carta de 5 de Junho de 1559, a propósito da prática, ensinada pelos cristãos aos índios, de furtarem companheiros e vendê-los, depois, como escravos: — "esse costume, mais que em nenhuma Capitania, achei no Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandes; e, por haver ali mais disso, se tinha por melhor Capitania". Um ano antes, Fernão de Sá, filho do Governador Geral, enviado a este para combater os índios alevantados no Espírito Santo, morrera-lhes às mãos, trucidado, no Cricaré.

Dos filhos do primeiro donatário do Espírito Santo, um, Jorge de Mello, tivera trafegando uma não pelo menos, de açúcar: outro, de nome identico ao do Pai, conseguiu parece enriquecer. A ambos refere-se Pedro Calmon, sendo de supor que o segundo fosse o bastardo de Ana Vaz, casado com D. Luiza Grimalde, a quem, por morte do primeiro, coube o governo da Capitania. (19)

Coutinho, como os outros donatários, recebeu dez leguas de terra, dadas em quatro ou cinco trechos da Capitania, de juro e herdade, isto é, isentas de foro e livres de tributos, salvo o dizimo a Deus. Os termos dessa doação especial fizeram Rocha Pombo admitir, na outorga das Capitánias, um simile de usufruto.

E Coutinho usou dessa mercê, pelo menos, como todos sabem, quando doou em fatiota, a Duarte de Lemos, a ilha ou lezaria de S. Antonio. Assim fazendo, abriu mão, em favor desse companheiro, do privilegio que lhe cabia, como donatário da Capitania, de erguer e possuir moendas de agua ou quaisquer outros engenhos: deu-lhe licença, como estava autorizado a conceder, para — "fazer e mandar fazer um engenho de açúcar para sua fazenda no Rio das Roças Velhas, defronte da dita ilha", sem pagar mais foro dele, nem outro tributo ou pensão — que um bom pão de açúcar cada ano, pesando quatro arratéis...

Ora, segundo observou Afonso Arinos, citado por Luiz Amaral, antigamente os pães de açúcar (cada um tinha geralmente pouco mais de 2 Kos) eram arrolados como bens preciosos, até em tesouras e testamentos reais.

Não se poderia dizer que assim succedesse somente na Europa; a exportação constante do produto valorizava-o na colônia, embora o do Espírito Santo fosse de preço inferior, porque não muito bom devido á ignorancia dos officiaes desse fabrico. Mesmo assim, cedo funcionavam no Espírito Santo, cinco engenhos de agua e dois movidos a cavallo, os quaes produziam

(18) — Pedro Calmon, "História" citada, I, 240.

(19) — Idem Idem 194, 223; 196 e 437.

cerca de mil arrobas. Quatro haviam sido, desde logo, instalados em Vila-Velha.

O donatário, na peregrinação pelo norte, quando procurou voltar ao Reino ou atrair, para sua Capitania, novos elementos de trabalho, sofreu, como todos sabem, a afronta que D. Duarte da Costa assim descreveu ao Rei em carta de 20 de Maio de 1555: — "Vasco Fernandes Coutinho chegou aqui velho e pobre e cansado, bem injuriado do Bispo (era D. Fernandes Sardinha), porque em Pernambuco lhe tolheu cadeira d'espaldar na Igreja e apregoar por excomungado, de mistura com os homens baixos, por beber fumo, segundo mo ele disse"... Viciado alegava que já não podia viver sem o fumo — "uma mezinha que, nesta terra, sarava os homens e as alimárias" — informou logo D. Duarte.

Beber fumo significava apenas fumar, observa Pedro Calmon, que recorda ser essa expressão também usada por Antonil. (20) Quanto à origem do vício. Estevam Pinto, baseado em Marcgrav, registra que — "os tapuias do nordeste fumavam, igualmente, como os tupas — guaranis, e conheciam mesmo o cachimbo". (21)

A Anua jesuitica de 1585 ouviu — "ao uso da herba pitima. (tabaco) seus efeitos espasmódicos e á embriaguez que se seguia ás santidades" (22) Com essa expressão, a mesma Anua vinha condenando antigas práticas abusivas. Um interessante instruções do Padre Francisco de Matos, Provincial de 1697 a 1702, vedando os hábitos de fumar e até mesmo de tomar chocolate, mostram como era grande a prevenção contra o primeiro, ainda no segundo século da colonização: — "proibiu e ordenou que se zelasse muito esta proibição do uso do tabaco de fumo, nem ainda por medicina habitual e continuada; e muito mais que para isso se não pedisse aos médicos a sua aprovação, bastando a applicação deste remédio a algum caso singular e urgente. E deu também por ilícita a retenção dos ingredientes para o tabaco". (23)

O vício, que levára Vasco Fernandes á excomunhão, introduzira-se, depois, como se vê, até nos costumes dos proprios jesuitas...

Rocha Pombo critica os que, como Varnhagen, deduziram, daquela expressão quinhentista, que Coutinho entregára-se, por ultimo, ao vício de bebidas espirituosas, "coisa que não vimos — assevera — em cronista, nem mesmo em qualquer dos outros documentos que compulsamos." E após relatar também o ultraje do Bispo, em consequência do donatário beber fumo, acrescenta: — "Mas, por mais que pesquisassemos, não encontramos, nem nas cartas dos primeiros missionários, coisa alguma em que se possam fundar increpações tão graves ao carater de Coutinho". (24)

A leitura apressada e desatenta dos códices e crônicas tem enegrecido ainda mais, injustamente, a pobreza e decadência do Fundador do Espírito Santo.

Todo o exagero impressionante da miséria de seus ultimos dias, tantas vezes repetido, provem da leitura, nessas condições, da seguinte considera-

20) — "Historia cit. I, pag. 195

21) — "Historia" cit. da Agricultura, II, pag. 363

22) — "História da Companhia de Jesus", II, pag. 23 pelo P. Serafim Leite

23) — "Historia cit. da Companhia de Jesus", II, 421.

24) — "História" cit., vol. III, 223.

ção escrita, no século seguinte, por Fr. Vicente de Salvador: — Acabou tão pobrememente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus; e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem" ... (25)

Pouco antes de falecer, Vasco Fernandes Coutinho renunciou, em 1560, à Capitania; e, depois de consultado o povo, foi substituído, no governo, por Belchior de Azevedo. Trazido para o Espírito Santo por aquele, de quem fôra até secretário, Belchior que se tornou um abastado fazendeiro, servira também de Administrador da Justiça.

O infeliz donatário, que se pretende fazer supor como não tendo tido, ao falecer em 1561, um lençol sequer a envolvê-lo como mortalha, foi sepultado na Misericórdia. Certificando em 1682, os principais serviços de Francisco Gil de Araujo, no Espírito Santo, em manuscrito que Alberto Lamego nos permitiu ler em original, datado e autenticado de Vitória, o Provedor desta Capitania afirmou, entretanto, o seguinte: — "A casa da Misericórdia, que não se viam mais que os vestígios, mandou V. S. levantar ficando perfeitíssima, aqui mandou V. S. dar sepultura decente aos ossos do primeiro donatário, Vasco Coutinho, que, soterrados em sua arca, ainda se conservam relíquias dele". (26)

ARCA — lê-se no Dicionário de Moraes, — **CAIXÃO**, — atauda onde vai o cadáver para a sepultura. No Espírito Santo, onde havia Misericórdia, teria essa associação acudido ao donatário, segundo sua finalidade, se tivesse ele chegado à situação imaginada, no século seguinte, por nosso primeiro historiador.

26) — Manuscrito reproduzido no I vol. de "A Terra Goytacá", assim.

25) — Manuscrito reproduzido no I vol. de "A Terra Goytacá", assim como no n.º 11 da "Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo", pag. 114 a 118.

UMA ESCALADA À PEDRA DO ORATORIO

Por: ADELPHO MONJARDIM

À margem sul da baía da Vitória, entre o Atalaia e o Morro de Argolas, campeia altiva a cumiada do Frade a dominar as elevações vizinhas até o Moreno.

De escarpas rochosas, chanfradas a pique, oferece uma única subida por noroeste, descampada até quase ao alto, ostentando viçoso capim gordura nos largos tratos não ocupados por capoeirões e cerrados em que imperam as palmáceas espinhosas, os muscineos e os perfidos "pinões". Pela qualidade do terreno, safaro delgado lençol de terra sobre recha de gneis, não parece propício ao desenvolvimento das grandes espécies vegetais e as de maior porte são ainda ali representadas pela "brejaúba", o "Judeu" e o "Cobi", escapos à preguiça dos homens, que até elas não ousaram levar seus machados impiadosos, permitindo-lhes refugio num pequenino "oasis" junto ao cume.

De perfil trapezoidal, massiço, soberbo, o Frade não se apresenta propício a qualquer cultura e a não ser pequena plantação de bananeiras em uma de suas faldas outra não se vê, muito embora sejam notados no pico vestígios de antiga plantação de milho, que não logrou aclimatar-se ao sólo resco e ao vergalho dos ventos do sul.

A não ser um grupo de pedras que se destaca na parte superior da linha do cume, nada de notável ha a assinalar-se. Desse grupo uma se destaca pelo tamanho e pela harmonia da forma, que de perfil lembra um leão em repouso, muito contribuindo para esse aspecto as bromeliáceas que vicejam em sua extremidade superior qual farta e opulente juba. Chama-se essa pedra a do "Oratorio".

Por uma clara manhã de domingo, que me recorde ser a de 16 de Maio, por ter sido um dia de "regatas", fomos em expedição visitar o "Oratorio" do Frade. Chefiava-a o Dr. Américo Ribeiro Coelho, seguindo-se os demais, que eram: Drs. Olinto Couto de Aguirre, Afonso Schwab, Heraclito Amancio Pereira, Americo Monjardim, Augusto de Aguiar Salles, o poeta e jornalista Abilio de Carvalho e eu. Da Praça 8 de Setembro partimos em automóveis às 9 horas em ponto.

Rua 1.º de Março, Avenida da Republica — Vila Rubim — Ponte Florentino Avidos — Estação da Leopoldina — chegavamos ao termino do bom caminho. Primeiro por arripiantes escadarias, depois por viélas escabrosas, atingimos as primeiras elevações do Morro de Argolas onde transpuze-

mos velha e carcomida cerca e a seguir curto espaço de campo até ás vertentes do Frade. Ilusoria impressão de suave escalada se nos oferecia á vista da larga e extensa rampa de capim crestado pelo sol ou pelas últimas queimadas, sem um obstáculo sequer. A ascensão começou e tão pronto as solas dos nossos sapatos adquiriram sufficiente verniz os escorregões começaram a surgir e a se amoldarem á proporção que progrediamos encosta a cima. Parámos algumas vezes a pretexto de apreciarmos o panorama — mas em verdade queríamos folgar os pulmões e o coração que parecia ter-se deslucado para a boca. Vencida a encosta, já no alto, sentamo-nos todos á sombra da grandes arvores que dominam o cerrado capoeirão, onde os cipós e as trepadeiras formam entre os arbustos a mais perfeita barragem, cabendo ás pequenas insidiosas "pinhões" os de minas subterrâneas.

Como conhecedores do local da pedra foram os Drs. Olinto e Americo Ribeiro Coêlho destacados para encontra-la, enquanto os demais recuperavam as energias gastas. Ofereci-me para acompanhá-los e dentro em pouco estavam perfeitamente perdidos no meio da mata. Em marchas e contra-marchas, munido de um canivete o Dr. Olinto cada vez mais se desorientava, muito embora não quizesse dar o braço a torcer. Para cumulo do azar foi no emaranhado de galhos, galhetos e folhas secas perder a lente de aumento, da qual não se separa. Ajudei-o a procura-la e pequena como é foi mais facil encontra-la que á Pedra do Oratório! Diante do impasse resolvo tomar rumo por minha conta. O Dr. Americo decidiu-se também a explorar por conta própria e assim nos separamos os três. Fiz rumo a leste e indiferente aos obstáculos fui levando tudo de vencida e assim cheguei á clareira de antigo roçado onde, sem possibilidade de erro, erguia-se a Pedra do Oratório. Gritei para os companheiros que não tardaram a chegar, exceto o Dr. Coêlho, que não encontrou a pedra e perdeu-se dos amigos.

Por si só o espetáculo da Pedra do Oratório compensa as canseiras da subida e harmonizando-se com o que de lá se descortina é apenas surpreendente. A orografia imponente da Vitória barra a mirada para o norte com o verde luxuriante das matas e a sepiá severa dos cabeços graníticos e, mais abaixo, extasiavam-se os olhos com a filigrana burilada pelas aguas no litoral caprichoso. O casario descendo dos montes debruça-se como donzela faceira sobre o espelho liquido e num crescendo de belezas a vista se perde até as salientes que formam a barra — para além o "oceano, mar imenso".

Para o sul, para oeste, para leste tudo respira grandeza, quer na vastidão maritima, na placidez das campanhas ou no espinhaço ondulante das serras.

A Pedra do Oratório, propriamente dita, faz parte de um grupo de cinco, sendo a maior e mais importante, alongando-se de leste para oeste. Mais cumprida que larga apresenta na parte mais elevada cerca de sete metros e cinco na sua maior largura, que é na base, estreitando-se á medida que se eleva em forma de cône. Ao rez do chão abre-se a cavidade que lhe originou o nome. Mede dois metros e oitenta em sentido vertical e três em horizontal com pouco mais de um metro de profundidade. Precisamente em frente, como se fôra um altar, prolonga-se uma lasca de pedra por toda a largura e á proporção que sobe, coisa de 1,80, vai-se afinando e a impressão que dá é a de uma imagem á entrada do cratório.

Não poderia ter sido mais feliz o batismo. O nome é expressivo e se ajusta como a luva á mão do seu senhor.

Alguns pretendem ver na pedra o fruto do trabalho do homem; outros o do homem colaborando com a natureza. Nada, porém, autoriza a qualquer das hipóteses. A natureza por seus agentes é a única responsável por tudo que lá está. Por improvável a ação eólica é desde logo posta á margem. Os ventos dominantes na região são os do sul e norte, também os únicos capazes de uma ação eficiente sobre rochas da consistência do gneis. A face trabalhada do Oratório situa-se justamente a oeste, vento-brando e raríssimo na região vitóriense. O próprio anteparo de pedra que, como um altar se estende em toda a largura da cavidade, milita contra a hipótese. Para agir com eficiência contra a face lisa da rocha o vento teria de trabalhá-la diretamente, o que não se verificou ou então lá não estaria o famoso anteparo. Cavidades semelhantes ostentam diversas rochas da Ilha da Vitória, igualmente situadas ao rez chão e em alguns casos colocadas no sopé das montanhas ao abrigo dos ventos.

Hoje ninguém ignora que os mais altos picos do sistema orográfico da Vitória, como das regiões vizinhas, nada mais eram que ilhas dissimuladas no grande oceano que cobria as terras antes do seu levantamento. Como os demais o Frade participou do mesmo destino. — Meio submerso, o Oratório fez parte do pequenino grupo insular que era então o morro e com ele arrostou as coleras do mar primitivo os embates das grandes vagas e os efeitos destruidores da abrasão, mais ou menos sensíveis de acordo com a natureza e estrutura das rochas; perfil da costa; direção e impetuosidade das vagas; profundidade do mar a certa distância da costa.

Todos os indícios nos conduzem a uma só dedução: a cumiada do Morro do Frade com a Pedra do Oratório formava uma ilha solitária, sentinela avançada do arquipélago terciário da Vitória e como tal diretamente exposta aos rudes assaltos do mar. Resumindo observava-se na Pedra do Oratório o que em geologia se denomina — "Marmitas dos Gigantes", São essas marmitas formadas nas rochas mais resistentes pela presença no interior das mesmas de seixos esféricos, não raro grandes, que acionados pela agitação das águas determinam o crescimento progressivo das marmitas.

Uma particularidade histórica encerra a Pedra do Oratório. A tradição de um nome ilustre — o dos Torquatos. Através da pequenina localidade de S. Torquato conseguiu ele chegar até nós, assim mesmo vago, impreciso, sem cunho pessoal como o de muitos outros santos sem nada mais exprimir que o fervor, a devoção religiosa dos seus fundadores.

O condestável Torquato, homem de boa linhagem e larga pecunia era senhor das terras em que hoje se assentam Argolas e S. Torquato. O Padre Torquato, seu filho, ao levantar as divisórias de seus terrenos deixou como um dos marcos as suas iniciais esculpidas bem no centro da cavidade do Oratório, ainda hoje bem visíveis. O "T" e o "P" formam um só corpo. O braço do "T" apresenta dois floreios nas extremidades como se fossem duas argolas, enquanto a haste vertical repousa sobre curta barra horizontal. E na própria perna do "T", no ângulo direito, logo abaixo do travessão, que um traço em semicírculo une as duas hastes formando o "P", originalidade muito a gosto dos antigos.

Graças aos prestígios do Dr. Augusto de Aguiar Salles muito lucró esta crônica com os valiosos instantâneos que a ilustram, com a vantagem de falarem por si.

O 408 Aniversário da Colonização do Espírito Santo

JOÃO MANOEL DE CARVALHO

Senhores:

Redimindo o povo de Israel do cativo-veiro humilhante imposto pela ingratidão dos Faraós, Moysés, ao galgar o caminho seguro da Terra da Promissão, determinou que seu povo tivesse aquele dia, como um dia festivo, e o conservasse alegremente de geração em geração.

Os povos civilizados, seguindo a ordem emanada do insigne condutor dos filhos de Abrahão sempre cultuaram, com grandes pompas e festas típicas, a data comemorativa de sua fundação.

A musica, a poesia, a escultura, tudo que a arte pudesse inspirar, era convocado para enaltecer e perpetuar, de ano para ano, tão faustos acontecimentos.

A essa tradição não fugiu o primitivo legislador Espírito-Santense, que não só determinou que a data da fundação do Espírito Santo fosse um dia festivo, como ainda, para perpetuar a sua significação histórica, estabeleceu que fosse o início dos respectivos governos.

Não se podia prestar maior homenagem nem dar maior relevo a uma data.

Seguindo não só o ensinamento dos povos civilizados, como ainda, o desejo do povo Espírito Santense tão solenemente manifestado por seus delegados à Constituinte, o Instituto Histórico e Geográfico impoz como dever compromissal, a realização desta sessão solene que hoje nos congrega nesta casa. A comparencia altamente honrosa das autoridades federais, estaduais e municipais, dos ilustres consócios, das Exmas. famílias, demonstra claramente como esta data é cara aos nossos corações e como fala ela aos nossos sentimentos afetivos.

Nem a ação demolidora do tempo, nem as evoluções sociais e políticas levaram para o olvido o dia 23 de Maio. Pelo contrario, ele foi e será cada vez mais festejado, pois o povo o terá sempre como um dia festivo, conservando-o de geração em geração. Ele marca o início da existencia laboriosa de um povo que se tem imposto pelo seu espirito de ordem, por sua dedicação ao trabalho, e principalmente, por seu grande amor a esta terra acolhedora. 408 anos são passados, que para bem do reino e gloria do Igreja era iniciada a colonização das terras Espírito Santenses.

Remontando o passado, recordando os acontecimentos culminantes realizados para efetivar a conquista do luso denodado, vamos focalizar para melhor desenvolvermos nossa despretenciosa palestra, a terra e o homem, procurando precisar o então território da capitania, os homens que tentaram edificar a nova civilização e assegurar a prosperidade da dada real.

Não é fácil a missão de quem queira precisar um fato de nossa história.

São raras as fontes seguras de informações. A fantasia e muitas vezes, as paixões, têm deturpado os acontecimentos mais fáceis de serem determinados.

O próprio descobrimento do Brasil, quer quanto ao seu descobridor, quer o modo pelo qual foi descoberto, quer quanto à data, em sido objeto de contraversia. Os que se têm dedicado a escrever sobre nossa história, poucos poderão ser classificados como historiadores. Em geral não se preocupam em fazer um estudo profundo. São, como disse Ronald de Carvalho, citado por Jonatas Serrano, — historiadores de curto voo; confundem a eloquência com a verdade. Manda a justiça, entretanto, salientar que os portugueses tiveram sempre a grande preocupação e o maior cuidado em deixar uma contribuição preciosa para a formação da nossa história. Desde Pero Lopes a Frei Vicente do Salvador, de Jaboatão a Porto Seguro, encontram-se o esforço e o desejo de se perpetuar no livro, os feitos dos nossos antepassados. Aceitando o que a História já aceitou, vamos ver o que se passou na terra descoberta por Cabral, e por ele anexada ao reino de Portugal. O século XVI inicia-se de modo feliz para o reino lusitano.

Pedro Alvares Cabral, em caminho para as Índias, descobre novas terras, tomando logo posse delas para o Rei D. Manoel. Fôra obra, afirma ele, do acaso, desmentindo assim, Duarte Pacheco Pereira, que em seu célebre "Dê situ orbis", assevera que estivera no Brasil em 1498, por ordem de D. Manoel (F. H. Brasil — Calogeras). Portugal, assim dilatara seu reino, sem desrespeitar o tratado de Tordesillas. A nova conquista não despertou grande entusiasmo na metrópole, pelo contrário, foi tida como um peixe morto ao seu já depauperado erário.

Conservou-se a posse do Brasil visando principalmente a defesa da Índia. "Posição flancozador ao caminho oceânico para a Índia, em torno do Cabo da Boa Esperança, poderia valer como proteção e como ponto de refresco das naus da Ásia" (Obra citada).

Ficou o Brasil quase que esquecido, quando os franceses voltaram para ele suas vistas — Francisco I, adversário das soberanias Ibéricas, contestava a ambas o direito da posse do mundo exterior à Europa, e declarava nunca ter visto a cláusula do testamento de Adão, que concedia tal império exclusivamente a D. Manoel e a Carlos V. (Ob. cit.).

Da teoria, passaram os franceses à prática, e, devidamente autorizados, iniciaram, em cursos constantes, visitas repetidas ao Brasil. — Tão longo foram, que por 1530, seria motivo de hesitação responder se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusitano". (Ob. citada). Movimentou-se D. João III, e são enviadas duas grandes expedições, "com ordens estridentes para afundar os barcos entreloupos estrangeiros". Não surtindo resultado prático e sendo essas expedições custosas à Fazenda Real, resolveu-se, então, a criação do sistema de colonização por meio de Capitania. Esse expediente já fôra experimentado nos Açores e Madeira.

Dividido o território do Brasil foram as Capitanias doadas a donatários revestidos de amplos poderes. Eram pequenos reis. Tudo podiam; não havia restrição para seu mando. Tudo dependia exclusivamente do donatário.

Vasco Fernandes Coutinho foi um dos felizardos. A ele coube, na partilha, a sorte de 50 léguas de terras, que partindo das d^{as} Pedro de Campos Tourinho, e correndo para a banda do Sul tudo quanto couber nas ditas 50 léguas, entrando nessa Capitania quaesquer ilhas que houver até 10 léguas ao mar, e entrando na mesma largura pelo sertão e terra firme, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista. (Carta de doação de 1.^o de Janeiro de 1534). Pode-se afirmar que Vasco Coutinho recebeu as melhores terras do Brasil. Temos o testemunho do padre Antonio Pires, em carta de 2 de agosto de 1557 afirmando ser o Espírito Santo a terra mais abastada e melhor de toda a costa. Mais tarde esta afirmativa é corroborada pelo venerando padre Nóbrega que em 1870 assim se externava. "Essa Capitania (referindo-se à do Espírito Santo) se tem por a melhor costa do Brasil depois do Rio de Janeiro. Situada entre 18.^o 5 e 21.^o 28 de latitude meridional, 1.^o 40 e 3.^o 25 de longitude oriental do meridiano do Rio de Janeiro, a sua extensão de Norte a Sul é avaliada em 481 kil. metros, de leste a oeste, em 165 kilometros tendo 76 léguas de costa. Pode ser dividida essa região em duas partes distintas, a zona marítima ou oriental pouco acidentada onde os terrenos se elevam apenas a altura máxima de 50 metros, e a interior ou ocidental na distancia média de 30 kilometros, da costa cujos terrenos vão se acidentando e constituem o planalto geral. A altitude varia de 260 a 1500 metros. (Ignacio Pessoa). Nessa zona está plantado o Pico da Bandeira, ponto culminante do Brasil. A natureza foi prodiga em distribuir suas riquezas e belezas na terra capicheba. Grande quantidade de rios, muitos navegaveis, abundancia de aguadas, vegetação variadissima e uberrima, madeiras as mais preciosas e raras, tudo existe em seu pequeno território, podendo assim prover com seus proprios recursos todas as necessidades de seus habitantes. Os metais os mais uteis e preciosos são encontrados com relativa abundancia. Prevendo que todas estas riquezas que todos os seus encantos seriam estimul^{os} para despertar a cobiça dos homens, a natureza procurou defender todas estas maravilhas, criando uma serie de obstaculos que poderiam impedir sua conquista, dificultando a colonização da terra. Serras quasi que inacessiveis, cachoeiras intransponiveis, formam a defesa de seus tesouros. Fazia assim o que Oscar Barauna, espirito brilhante enclausurado numa modestia drentia classificava "**de obstaculo da natureza contra o homem**, que fivava obrigado a domina-la para poder introduzir ou implantar o progresso. Este mesmo pensamento eu encontrei no moderno livro: "**O drama da America Latina**" onde o seu laureado autor afirma: "**A luta basica no Brasil é a do homem contra a natureza; não ha duvida, o grande problema do Brasil é domar a natureza**". O homem tinha e tem que lançar mão de energia persistente, coragem enciente e de recursos pecuniários reais para num trabalho ininterrupto construir e edificar, conquistando assim a terra. Para este fim é que Vasco Fernandes Coutinho fôra escolhido.

O beneficiado pela mercê régia, era Moço Fidalgo, filho segundo de Jorge de Mello Lagas e D. Branca Coutinho, com serviços na India, onde se distinguira pelo seu valor em Malaca e Gôa, merecendo alto conceito do insigne Afonso de Albuquerque. Fôra Alcaide-Mor de Ormuz. Possuidor de regular fortuna, recebia ainda uma tença, desfrutando assim uma situação economica segura.

Era casado com D. Maria de Campo, de cujo consórcio houve quatro filhos. Empregou tudo o que possuía para colonizar sua capitania. Fidalgo brioso e cioso de suas prerrogativas, de caráter doce e jocoso, mas de pouca consciência, nenhuma severidade tinha para os delinquentes, o que levou Porto Seguro a afirmar — “que ele não era nascido para o mando”. Como simples colono houvera sido um companheiro agradável, era entanto um péssimo chefe (C. Marques).

Para um chefe fraco, nada pior do que dispor de poder absoluto. Com o intuito de auxiliar o donatário o Rei dá por carta régia de 6 de Outubro de 1534 o direito de homisio. Para a época essa concessão foi feita de maneira amplíssima, pois dela só eram exceptuados os crimes: de heresia, traição, sodomia e moeda falsa. Visava El-Rei de Portugal, encaminhando para o Brasil os fidalgos condenados, interessá-los por essa mercê, no desenvolvimento das suas novas terras. É preciso notar que não eram homens infamantes, mas pessoas que apesar de sua posição de nobreza, haviam sido julgados e condenados, pelos então chamados crimes comuns. Em belíssima conferência, feita com o primeiro a que já estamos acostumados apreciar, nosso ilustre consócio Dr. Mario Freire parece inscrever-se no rol dos que defendem o ato régio.

O insucesso verificado no sistema de colonização não pôde ser levado em conta da vinda para o Brasil dos fidalgos condenados a degrado.

Em vista do direito de homisio vieram para as terras de Vasco Fernandes Coutinho, D. Jorge de Menezes, o deserdador da Nova Guiné, D. Simão de Castelo Branco. Como já disse, fidalgos ciosos de suas prerrogativas, distinguidos todos por feitos de armas que dilataram terras e alcançaram glória para Portugal, homens educados na Escola do Poder Absoluto, não vendo barreiras para o seu querer e proceder, sinão o poder e o direito do Rei, destituídos de instrução, não podiam ter uma concepção de respeito e muito menos de humanidade para os povos conquistados.

Vencidas as naturais dificuldades na organização da expedição, Vasco Fernandes Coutinho, acompanhado por D. Jorge de Menezes e Castelo Branco, com cerca de 30 companheiros, aprôa para as terras do Brasil, em demanda da que lhe fora dada. Aqui chegou ele no dia 23 de Maio de 1535, domingo, em que a Igreja comemorava a decida do Espírito Santo sobre os Apóstolos. Data própria e animadora para empreendimento de tão grande vulto. Chegava num dia de graças e benções e em que se operara o milagre portentoso da transformação dos tímidos e acovardados companheiros de Jesus, nos destemidos apóstolos da Cristandade e conquistadores do mundo. Vasco Fernandes Coutinho dá então às suas terras a denominação, até hoje conservada, de Espírito Santo. Os historiadores pouco ou nada dizem sobre o longo governo do primeiro donatário.

Nosso dedicado e oporoso consócio Eugênio de Assis, em trabalho publicado, salienta que, o donatário não ficou inativo, nem tão pouco desanimado pelos primeiros reveses. Pelo contrário; ele se esforça no desenvolvimento de suas terras dividindo-as entre os seus companheiros. Procura nas Capitâncias vizinhas o concurso de seus patrícios e assim consegue trazer Duarte de Lemos com diversos colonos a quem doou a ilha de Santo Antonio, hoje Vitória. Cesar Augusto Marques, sobre o longo e tormentoso governo de Vasco Coutinho apenas registra: “O lugar escolhido para assento da colônia era a beira-mar e, portanto, de fácil comunicação exterior, porem muito arenoso e cheio de formigas, e por isso de difícil cultura, até mesmo de alguns gêneros indispensáveis á vida, além de serem

seus habitantes obrigados a estarem dia e noite com armas nas mãos para evitar as correrias e surpresas dos índios. A este estado sucedeu sem dúvida o cansaço, ou aparente socego dos índios, que seduziu o Donatário, e o fez desejar o aumento da sua Capitania. Com tais idéas, encarregando do governo de sua possessão a D. Jorge de Menezes, partiu para Lisboa em 1552 á procura de gente e de diversos objetos aconselhados pela experiência. Ha menos linhas escritas do que anos decorridos. D. Jorge de Menezes, devidamente autorizado, assume a direção da Capitania. Prepotente e desgraçado, acaba sendo assassinado. Do Espírito Santo bem como de diversos pontos do Brasil surge o brado de alarme pedindo socorro á metropole. Diz Jonatas Serrano, apreciando a derrcada das Capitánias: "De S. Vivente foi que se ergueu, eloquente, o brado de angustia a implorar socorro a EI-Rei para a colonia periclitante. Levou-o aos cuidados atentos do soberano, a voz autorizada de Luiz de Góes, irmão do donatário de S. Tomé e futuro membro da Companhia de Jesus. Escreveu ele: "si com tempo e brevidade V. Alteza não socorre a estas capitánias e costa do Brasil, ainda que nós percamos as vidas e fazendas, V. Alteza perderá a terra"...

A fase das capitánias foi talvez a mais dolorosa da nossa história: foi o primeiro encontro do europeu com a terra e com os naturais, — encontro obscurecido pela falta de documentos, mas, nem por isso, menos glorioso". D. João III, atendendo ao reclamo angustioso que do Brasil lhe vinha, estabelece o governo geral fortalecendo assim a autoridade central mas diminuindo muito as prerrogativas dos Donatários. Nesta fase a situação da Capitania do Espírito Santo era de completa ruína. A primeira séde, Villa Velha, em completo abandono. Só tinha sinal de vida a nova villa de Vitória. Em S. Mateus, antiga Cricaré, Nova Almeida, Reis Magos, Guarapari, Benevente, só pelas ruínas se sabia da passagem dos portugueses. Tinha sido Vasco Coutinho derrotado completamente em todos os seus empreendimentos.

Relembrados os acontecimentos que a data de hoje comemora, uma interrogação se levanta: Por que faliu o donatário do Espírito Santo, bem como os seus companheiros? A terra a ser povoada, a ser civilizada era rica em tudo que a natureza pudesse produzir. No reino vegetal era de uma fertilidade tão gritante, que o cronista de Pedro Alvares Cabral afirmava ao vê-la: "Terra em que se plantando tudo dá". No reino mineral, tem de tudo que a cobiça humana pode desejar. No reino animal rica em tudo que seja util ao homem; excetuadas as serpentes, facéis de serem evitadas e destruidas, todos os animais pareciam ser criados para auxiliar o homem. Os colonizadores eram vindos de uma nação que se tornara gloriosa, pelo valor, pela honra, pelo labor, pelo heroismo de seus filhos. Tão nobres e valorosos eram os lusitanos que o seu grande cantor exclamava:

"Nos lusitanos vai tanta ousadia,
Tanto primor e partes tão divinas
Que eles só poderiam, se não erro,
Sustentar vossa parte a fogo e ferro".

Os próprios fatos que registram a falência das Capitánias respondem á pergunta.

Procurou-se conquistar as novas terras pela força bruta, pela violencia inconsciente. Não havia justiça e tal o temor de sua influencia que se

pedia e nas próprias cartas regias de doação outorgavam o direito de se vetar a vinda dos magistrados. E' o que reza a carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho: "Hei outrossim por bem e me apraz que nas terras da dita Capitania não entrem nem possam entrar em tempo algum, Corregedor nem alçada, nem outras algumas justiças para nelas usar de jurisdição alguma, por nenhuma via nem modo que seja".

Foi sem dúvida a falta de justiça a causa da decadência do primitivo sistema de colonização. E tanto isso é verdade, que os jesuitas, pela palavra e pela bondade de trato, conseguiram o que as armas portuguesas não haviam alcançado. Concorreram os filhos de Loyola para assegurar o direito dos gentios e o progresso da colônia. Nobrega, Braz Laureço, Francisco Pires, o Padre Anch'eta, Vieira e tantos outros. Tornaram-se os advogados dos direitos dos índios. Protestavam com rara energia contra a violência e prepotência dos conquistadores. Clamavam sem cessar. A não ser que Deus edifique sua cidade, em vão trabalharão os que a qu'iram edificar. "Na hora da conquista e da invasão no desencadear das paixões, quando os apetites materiais se aguçam e justo na hora de constituição da nacionalidade, trouxeram eles o espiritualismo, a fé, a moral, a cultura, o direito, a arte, que estabeleceram para sempre a unidade do povo brasileiro, sob o signo da Cruz (Pr. I. Haroldo Valadão). Criava-se assim naquela época o princípio de que da violência e do saque nada se pôde construir. Lição eloquente e confortadora a nós legada pelo passado. Coincidência dolorosa. Comemoramos a festa de hoje estando o Brasil em guerra. Fomos a ela arrastados por uma nação que surgiu na história como um povo opressor, vivendo da riqueza e do trabalho dos vizinhos. E, Julio Cesar quem assevera. "Horum omnium fortissimi sunt Belgae, propterea quod proximique sunt Germanis, quibuscum continenter bellum gerunt". Isto era proclamado 50 anos antes de Christo.

Povo que não respeita a dignidade humana; que não compreende; que nela reside sua virtude. Povo que jamais compreenderá que o respeito da justiça é o que torna uma nação prospera, como afirma o Inclito Leão XIII. Esquecem os barbaros que a ninguém é lícito violar impunemente a dignidade do homem da qual o próprio Deus dispõe com grande reverencia.

Nessa guerra da barbaria contra a civilização, da violencia contra o direito, do esbulho contra a justiça, o Brasil já coopera não só com os recursos potenciais de seus produtos como ainda com o sangue precioso dos seus filhos traiçoeiramente vitimados. Tornou-se assim um aliado precioso.

Salientando que o fracasso da organização da Capitania foi a falta de justiça, fica-nos a convicção de que a derrota já pronunciada das forças do eixo, será mais uma vez a consagração do direito, da civilização e dos princípios democraticos que regem os povos que sabem amar e prezar a liberdade.

O Guisamento no último projeto orçamental da Província do Espírito Santo

FRANCISCO CLIMACO FEU ROSA

1) São fatos de 1888 a 1889 que atiramos à crítica. Neste acervo falta a arte, não fixidez: é o esforço para se tornar bem seguro o valor científico da História. A reconstituição dos fatos vale na História o que as experiências na Biologia ou na Psicologia. Investigar ou reconstituir aqui, depois dos atritos da crítica construtora, merece obedecer aos rígidos métodos científicos para que os dados da História Espírito-Santense, ora expostos, sirvam de limpidos mananciais onde os estudiosos achem elementos necessários à felicidade dos Povos, sobretudo, à da População Brasileira.

2) O orçamento de um Estado é como um pico da Bandeira; deste se divisam vales e rios, plantações e áreas e, daquele, planos de obras públicas e opulências econômicas, tendências da população e caminhos de progresso. Na lei dos meios, há números que falam cousas que não se vêm e tantas vezes mais importantes do que tudo que se crê ter visto. O orçamento já não é só o peixe-monstro, a que todos jogam o anzol, na mordaça imagem de Vitor Hugo, serve para a melhor arma democrática dos que governam; é a energia que dá impulso ao idealismo creador do progresso ou a demonstração positiva da índole de um povo; é a síntese da aspiração nacional. Por isso, nosso esforço no sentido de focalizar a elaboração do último projeto do orçamento da Província do Espírito Santo acerca do **guisamento**.

3) No período do reinado de D. Pedro II, fixemos nesta cidade o prazo de 9 de julho de 1888 a 21 de janeiro de 1890 — pouco além de um e meio ano. Eis Vitória de 55 anos atrás. Seus homens públicos, forçados pela abolição dos escravos, muito se preocupavam com o problema da imigração, como hoje, por causa da guerra, cuidam da assistência social. Lá estava em desafio o transporte, e ainda agora: circular riquezas é de todos os governos na extensão do tempo. O Hotel d'Europa é o Tabajara de hoje, e o Clube Comercial, nosso Clube Vitória. "A Província do Espírito Santo" que mudou o nome em 23 de novembro de 1889 para o de "Diário do Espírito Santo" era o jornal do Partido Liberal e "A Folha da Vitória" o jornal dos Conservadores. Como a Legião Brasileira de Assistência na atualidade ficava a Sociedade Espírito Santense de Imigração para aquela época. O problema de menores continha por entre os períodos governamentais; em 88 era a Sociedade mantenedora da Colônia "TRESE DE

MAIO" que pedia apoio e eficaz auxílio para a infância desamparada, hoje é o juiz de menores ou o secretário de educação pedindo ao comércio em favor dos menores abandonados. O celebre reguinho (vala ou canal do lago da Conceição) da Praça Costa Pereira (da Independência) e os terrenos de marinha em frente à rua Conde de Eu (Jeronimo Monteiro) entre o Jardim Municipal e o porto de desembarque dos vapores serviam de instrumento para ataques políticos dando ao inspetor de saúde Dr. Goulart de Souza e ao deputado liberal capitão Joaquim Correia de Lirio afanosos trabalhos na ansia de melhores ares para frequentadores de praças públicas. No Ateneu Provincial e no Cogegio N. S. da Penha tínhamos o ensino secundário, ainda que houvesse um lente de francês e outro de geografia na cidade de S. Mateus. Cerca de 103 professores estaduais: eis o ensino público primário. Não havia bispado. A força policial compunha-se de um capitão, um tenente, três alferes, 3 sargentos, um furriel (ito cabos, 2 cornetas e 80 praças que só podiam permanecer em destacamento por seis meses. Não se ouvia o apito do trem de ferro: a única estrada de ferro do Estado estava entre Cachoeiro de Itapemirim, e Alegre, inaugurada em janeiro de 1886. Nossa iluminação pública era de lampiões e a água potável das fontes Grande, Capixaba e Lapa donde queriam os poderes públicos mandar encanar até um chafariz, em frente o Clube Commercial. Mas não se realizou isso. A rua do comércio com a Duque de Caxias e a General Osório formavam as principais, ainda que não houvesse cantoneiros aqui para calçar a rua 7 de setembro, ex-rua da varzea. Em 1889 nosso comércio exportava 650.000 sacas de café. Vitória tinha mais igrejas católicas que hoje: S. Tiago, Conceição, Misericórdia. Nesta houve um TE DEUM mandado celebrar pelo aniversário de S. A Imperial Regente (29 de agosto de 1888) às expensas da sociedade Libertadora de S. Benedito do Rosário. Todo o produto do imposto de loterias tinha aplicação especial no CULTO PÚBLICO. Os municípios capixabas, chamados comumente — Camaras Municipais — se dividiam em freguezias (conjuntos dos habitantes de uma paróquia). A provincia do Espírito Santo tinha 30 freguezias.

4) Nesta Capital, que, de voo, cinzelamos alguns de seus antigos estádos (ou condições sociais, foi solenemente instalada a Assembléa Legislativa Provincial, em 28.ª legislatura, às tres horas do dia 9 de julho de 1888. A chegada do dr. Antônio Leite Ribeiro de Almeida, presidente da provincia, era arrojada. Sua Excia tomou assento á direita do Presidente da Assembléa, cel Manoel Ferreira de Paiva. A comissão que recebeu e despediu o Presidente era composta dos deputados Autero Coutinho, Moniz Freire, Rodrigues Junior, Joaquim Vicente e Furtado de Mendonça. A mesa era do seguinte modo: Presidente — Ferreira Paiva, vice-presidente — Furtado de Mendonça, 1.º secretário — Eugenio Netto, 2.º — Araújo Silva, 3.º — Mariano Nazareth e 4.º — Joaquim Lirio. Após a leitura de seu relatório, o Presidente da Provincia se retirou com as formalidades com que fôra recebido. Uma guarda da Força Policial em frente ao edificio da Assembléa lhe prestou as homenagens do cargo. Depois de dez dias de descansos, houve quorum para se elegerem as comissões permanentes e serem lidos e postos em discussão os pareceres da mesa acitando as propostas do taquígrafo Sebastião Mestrinho e da empresa "A Folha da Vitória". Foram eleitos para membros da comissão de fazenda e orçamento provincial: Antero Coutinho, Joaquim Vicente e A. J. Rodrigues Junior.

5) Em 6 de agosto de 1888, às 13 horas, o dr. Henrique de Athayde Lobo Moscoso prestou juramento e tomou posse do cargo de Presidente da Pro-

víncia perante a Assembléa Legislativa. O 1.º Secretário leu a carta imperial de nomeação de 1.º de agosto, o 2.º lavrou e leu o termo de juramento e o presidente da Assembléa declarou achar-se o dr. Moscoso conhecido e empossado do elevado cargo. Com todas as formalidades o recém-nomeado foi recebido e, em se retirando, teve as despedidas feitas pela comissão regimental.

6) Continuavam-se os trabalhos da Assembléa. Na 25.ª sessão ordinária de 13 de setembro de 1883 foi enviado á mesa pelo deputado Joaquim Viçente o projeto que tomou o n.º 54 prevendo o orçamento da Província do Espírito Santo para o ano de 1883; projeto que foi assinado pelos deputados Francelino Mata e Rodrigues Junior; tinha ele o artigo I, autorizando a arrecadação de 636:765\$000 (hoje Cr\$ 636.765,00) com o capítulo 1.º da receita — renda de exportação. — Havia sob esta rubrica 19 parágrafos. Julgamos salientar o § 1.º, 30 reis por Kilo de café pilado — 500:000\$000, o § 7.º — 2 reis por litro de farinha. E sob o título — renda do interior encontramos os parágrafos 20.º ao 95.º merecendo, ao nosso ver, destaque os §§ 21 — impostos do vencimentos, 23.º — transmissão de bens moveis e imoveis em hasta publica, 40.º — de decima de predios, 41 — taxa de herança e doação causa mortis ou intervivos, 54.º — sobre escrituras públicas e contratos, 55.º — sobre fianças e outras garantias de contratos celebrados com a Fazenda Provincial. O capítulo 2.º do projeto 54 — da despesa — tratava, no artigo 2.º, da permissão para despende a quantia de — a saber: 26:000\$000 para a Representação Provincial; 21:550:000 para Secretaria do Governo; 74:200\$000 para Tesouro Provincial; 121:160\$000 para Instrução Publica; 57:544\$000 para Força Policial; 14:200\$000 para Política e Segurança Publica; 8:400\$000 para Saúde e Caridade Publica; 1:700\$000 para GUIAMENTO ÀS PAROQUIAS SENDO 150\$000 ás da Capital e Cariacica e 50\$000 ás demais; 25:000\$000 para iluminação pública; 100:000\$000 para Obras publica; 32:000\$000 para pessoal inativo; 19:000\$000 para subvenções; e 200:500\$000 — DIVERSAS DESPESAS (encarregado do religio publico da igreja S. Tiago — pagamento de juros — os reparos da matriz da cidade da Serra — hospedarias e barrações em núcleos colonias — emprezario da navegação da baía da capital — limpa do rio Una da cidade da Serra). Nas disposições gerais do projeto 54, vimos 18 artigos. Como destaque para estudos dos problemas administrativos vamos ver, ainda entre parentesis, os artigos — 18.º autorisar a reforma da repartição de obras publicas e o aumento de vencimentos. — 4.º. Os impostos taxados especialmente nos diversos §§ da renda interna serão cobrados sem prejuizos uns dos outros, embora recaiam sobre o mesmo estabelecimento commercial, industrial a titulo diverso.

7) O projeto n.º 54 era o do ultimo orçamento da Província sob Regime Imperial. Teve, em sua discussão, 19 emendas na sessão de 18 de setembro, sendo rejeitadas as de nos.º 17 e 19 (em 3.ª discussão). Delas, para este rapido estudo, merecem real destaque as emendas 7 e 11.

Emenda n.º 7.ª Disposições Gerais. Ao orçamento da Província, onde convier. Fica o Presidente da Província autorizado a mandar pagar ao cidadão Joaquim José Dias Machado a quantia de 200\$000 por serviços prestados á capella nacional na qualidade de porteiro da secretaria do governo. S. S. 18|X|188 — Joaquim Lirio — N.º 11. Emenda ás disposições gerais do orçamento provincial, onde convier. Do produto das loterias já extraídas, tire-se um conto de reis para alfaias e paramentos da matriz da villa de Itapemirim e um conto de reis para alfaias e paramen-

tos da matriz de Cachoeiro de Itapemirim. S. S. 18 de setembro de 1888. Dr. Eugenio Amorim. Salvador Maciel".

Eis o projeto que, após a sanção do Presidente da Província, se tornou na LEI n.º 34 de 20 de setembro de 1888. Esta lei de meios orçou, para o exercício de 1889, a receita em 830:000\$000 e fixou a despesa em 783:884\$000.

8) Nessa asserção, de que o projeto n.º era o ultimo do Período Imperial, se baseia nas resoluções ns.º 349 e 409 do então Presidente da Província Bel. José Caetano Rodrigues Horta. Este bacharel assumiu o exercício do cargo em 19 de julho para o que foi nomeado devido o falecimento do dr. Henrique Mascoso, nesta cidade, em 8 de junho de 1889. Na resolução n.º 349 de 30/9/88, o presidente da Província declarou adiar a reunião da Assembléa Legislativa para 31 de outubro de 1889 — devido a impossibilidade de reunir num ro legal. E, afinal, tomando conhecimento de um officio do snr. Eugenio Pinto Netto, 1.º secretario da Assembléa Provincial, publicou o seguinte: "Resolução n.º 409 — la secção. Palacio do Presidente da Província do E. Santo de 4 de novembro de 1889. O Presidente da Província tendo em vista o officio do 1.º secretário da Assembléa Legislativa de 1.º do corrente mês n.º 8 no qual se comunica não haver numero legal para os trabalhos l-gislativos concernentes a 2.ª sessão do presente biénio e usando das atribuições que lhe conferem o art. 24 § 2.º do Ato Adicional á Constituição do Imperio, resolve declarar sem effeito a resolução n.º 349 de 30 de setembro de 1888 e convocar para **OITO DE JANEIRO PROXIMO VINDOURO** (grifo nosso) a nova Assembléa Legislativa em sessão extraordinária afim de deliberar sobre a decretação da receita e da despesa e fixação da força policial. (Ass) José Caetano Rodrigues Horta".

9) Já é bem patente o valor histórico do projeto n.º 54 de 13 de setembro de 1888. E a origem da Lei-Provincial n.º 34 de setembro de 1888 — ultima lei orçamental discutida pelos deputados capixabas no Regime Imperial. Dela, o ilustre Meniz Freire, que com os liberais Eugenio Amorim, Joaquim Lirio, Constante Sodré, Salvador Maciel, e Alpheu Monjardim, o leader, formavam a BANCADA OPOSICIONISTA, disse: "eu, que não faltei no orçamento provincial, devo dizer entretanto que dei-lhe o meu voto com a maior satisfação, desde que vi a maioria disposta a pôr à margem as conveniências de outra ordem para cuidar seriamente de legislar conforme os interesses da provincia e as circunstancias exigiam.

É verdade que o orçamento provincial creou algum imposto novo; é verdade que exigiu da população espirito-santense maior contribuição de sua receita particular para as rendas da provincia; mas não se pode censurar a assembléa pelo uso do direito com que exigiu este sacrificio desde que ela o fez para satisfazer as necessidades geraes, pelas quaes as classes principalmente tributadas têm o mais ardente interesse. O primeiro nessas circunstancias a sacrificar-se ao seu patriotismo é quem decreta o imposto, afrontando a impopularidade e os odios, para poder bem servir á causa comum" (discurso na sessão de 20 de setembro de 1888).

10) Com a proclamação da República, o dr. Afonso Claudio de Freitas Rosa é, em 16 de novembro de 1889, nomeado Presidente do Estado do Espírito Santo. Em 20 do mesmo mês, ás dez horas, prestou, perante a Camara Municipal de Vitória, o compromisso e tomou posse do cargo. O Dr. Rodrigues Horta também assistiu ao ato.

Em data de 21 de novembro foi sustada, por ato do Governo Provisorio, a eleição para deputados provinciais a se realizar em 7/XII/889,

ainda que a 21 de janeiro de 1890 fosse também dissolvida a Câmara Municipal que deu posse ao Interventor Afonso Claudio.

11) E agora, o leitor paciente, que viu o **guisamento** no projeto orçamental de 1883, notou, na íntegra, as emendas n.º 7 e 11 apresentadas pela bancada da oposição e aprovadas por todos os deputados.

Passam-se 55 anos. A civilização marcha assombrosamente. O Brasil, ao lado de outros países, avança pelas indústrias e letras no afã de se engrandecer. Nada o detém. A constituição de 24 de fevereiro de 1891 nos dá um Estado sem Religião. O grande luminar Rui Barbosa, no seu célebre discurso no Colégio Anchieta de Friburgo, recorreu à tradição para preencher tal lacuna constitucional.

Teixeira Mendes, o grande apóstolo positivista, sustentava a necessidade do ensino religioso (citação de Araújo Castro, Constituição Federal).

A constituição federal de 1937 (artigo 133), como a de 1934 (artigo 153), já adotou o ensino religioso nas escolas.

A constituição do Espírito Santo de 30 de novembro de 1904 reconhece que a religião é a base de toda existência social dando livre o exercício de qualquer culto desde que não ofenda a moral, os costumes e a ordem pública (artigo 10, princípios básicos).

Pinto Ferreira doutrina:

"No que diz respeito à religião, como processo de adaptação, **soldam-se** as forças religiosas ao Estado; a religião é uma força e como tal deve ser aproveitada, sob pena de se mutilar o Estado. Se a religião é uma força, como governar sem contar com esta força, isto é, sem poder utilizá-la?" (Novos rumos do Direito Público, edição de 1937).

Silvio Romero ensinava:

"Enquanto houver uma falha na explicação geral do universo, uma lacuna na ciência e uma interrogação sem resposta definitiva diante do homem, ele ha de ser um **ente religioso**, porque em sua alma tem de haver até lá a vibração específica de emoções que constituem a religiosidade" (Philosophia do Direito).

Platão, J. J. Rousseau, N. Machiavel e outros demonstraram a grandiosidade da religião ou culto público.

A Rússia que, após a guerra de 1914, era o laicismo ultra-intencional, deu provas seguras, ha poucos dias, de que a religião é força espiritual para o bem-estar de um povo, porque permitiu, de novo, até os congressos religiosos tendo à frente os velhos patriarcas.

12) Os orçamentos dos Estados, Territórios e Municípios Brasileiros já estão padronizados.

As previsões orçamentárias sofrem a ação científica de postulados financeiros. Os dinheiros públicos vivem sob as vistas democráticas.

E o **guisamento**?

Ha, sim; ele voltará para os orçamentos dos Estados Brasileiros; voltará modernizado, mais afeito à civilização, servindo a todas as religiões oficiais ou reconhecidas na certeza de que o bem-estar ou a paz se firma na religião popular, isto é, no povo de sentimentos honestos ou sãos. E, assim, o **guisamento post bellum** com a vitória das democracias.

E's também nossa previsão pela felicidade do Brasil e só um Brasil.

Vitória, rua D. Fernando, outubro 20, 1943.

HOMENS DE CÔR DO BRAZIL

JAIR ETIENNE DESSAUNE

Passou a 13 do mês de maio que vamos dobrando mais um aniversário do ato da Princesa Isabel, pelo qual o Brasil deixou de ter sobre seus ombros, o fardo pesadíssimo da escravidão negra. É sobre esse acontecimento que o senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo me ordenou que falasse.

Quero porém ao me desincumbir do encargo honroso e dignificante, fugir à apreciação narrativa do fato histórico para encarar o assunto debaixo de uma feição diferente.

No momento em que o mundo se convulsiona com o maior conflito de todos os tempos, na hora precisa em que os povos de armas nas mãos se atiram aos campos de batalha para a defesa de seus princípios e seus direitos, faço questão de salientar justamente a certeza e a exatidão do nosso ponto de vista, quando também nos empenhamos na guerra em defesa do nosso patrimônio moral e material.

* * *

Reentra a história que no ano de 1633 apresentava-se a Mathias de Albuquerque, para combater os holandeses que haviam invadido Pernambuco, um modesto brasileiro acompanhado de um grupo de companheiros todos decididos a morrer pela libertação da terra. Em cerca de trinta anos de lutas contra o encarniçado ocupante do sólo patrio, esse brasileiro demonstra um valor moral ineguelavel, uma energia sem precedentes, um patriotismo fundido no aço da mais rija tempera. Seus feitos assombram e infundem respeito e admiração, servindo de exemplo a quantos deles tomam conhecimento. Em 8 de Setembro do ano em que se apresentou para a luta, com os seus 35 companheiros distingue-se denodadamente no combate de Iguarassú, dele saindo gloriosamente condecorado com dois ferimentos. Mais tarde, em 1635, quando o Arraial de Bom Jesus se rendeu depois de uma tremenda e heróica resistência, os holandeses o fazem prisioneiro. Aí se constata então que o chefe daqueles homens era apenas um negro — Henrique Dias. — Os holandeses, julgando-o pela sua cor, um individuo que não valia nem o sustento que teria de dar ao prisioneiro, mandam-no embora, em liberdade. Em 9 de Junho de 1636 vamos encontrar o famoso cabo de guerra em Porto Calvo, e em fevereiro do

ano seguinte, á frente de 80 negros de seu batalhão, decide a vitória na batalha do mesmo nome, recebendo ali um horrôso ferimento que o obriga a decepar a própria mão, e depois de rápido curativo, continua na batalha até á Vitória final. Em recompensa aos serviços prestados, recebe de el-rei o habito de Christo, o foro de fidalgo, a patente de cabo, o titulo de governador dos homens pardos e creoulos, e o titulo de Mestre de Campo. Toma parte em todas as lutas pela expulsão dos holandezes, está em Guararapes, vai á Bahia, volta a Pernambuco e entende-se com os chefes da resistencia nacional, realizando um trabalho que o immortalizou na história entre os seus coveos.

* * *

O Brasil possui entre os homens de valor que viveram no seu passado, uma figura que se sobreleva no nivel da sociedade de seu tempo, como elemento de uma família notavel pelo seu saber e suas virtudes morais e civicas. É a família Rebouças, da Bahia. O velho advogado Rebouças, que mereceu do governo imperial um decreto permitindo-lhe advogar em todo o territorio do Imperio, embora não fosse formado ou licenciado, é uma prova do extraordinário valor desse patriota convicto a quem tanto deve a Independência, nas lutas no territorio bahiano. Mas si o advogado Rebouças é digno de ser mencionado como um homem de mérito, a figura de seu filho, o engenheiro ANDRÉ REBOUÇAS, avulta no cenário nacional como uma das individualidades de maior cultura, de maior intelligencia, de maior probidade, de mais acendrado patriotismo, e modelo de dedicação e lealdade. Não posso fazer aqui o elogio de André Rebouças, porque verifiquei que é cometimento fóra das minhas forças e gigantescos de mais para uma comemoração como a que estamos fazendo. Direi apenas que André Rebouças, filho de paes negros e negro também, é a figura mais brilhante que a engenharia nacional conheceu no seu tempo, e que seu nome fica perfeitamente em paralelo, si não mais elevada, ao lado de Mauá, de Pereira Passos, Frontin e outros. Homem de uma cultura muito vasta, conhecendo o latim que manejava correntemente, falando inglês, francês, alemão, italiano e hespanhol, viajou pela Europa e pela America aperfeiçoando os seus conhecimentos, e apezar dos preconceitos de certos logares onde andou, sua capacidade intelectual desfazia ao primeiro contáto, todas as barreiras que sua figura negroida creava entre os empertgados estrangeiros. Essa figura invulgar de patriota que foi official de engenharia do exercito brasileiro nas campanhas do Paraguay, conta no acervo dos serviços ao Brasil, os estudos para a construção de quasi todos os portos do paiz e entre as organizações que criou, a fundação e construção da primeira dóca na nossa Patria. Engenheiro notavel e de uma competencia privilegiada, era André Rebouças também um grande conhecedor de botânica. Tendo viajado de volta para o Brasil com o grande sabio e professor norte-americano James Orton este afirmou que nunca conversára nos Estados Unidos, com uma pessoa que soubesse mais botânica que Rebouças. Jornalista e organizador, ele funda companhias e colabora em jornais, faz a campanha da abolição, e estuda todos os problemas nacionais, estando sempre muito avançado em anos, em empreendimentos e em realizações, aos seus contemporaneos e rancorosos inimigos de sua capacidade e competencia excepcionaes. E a tudo isso, allava André Rebouças, um venerando respeito e amor pelo seu pai, e uma dedi-

cação ilimitada ao Imperador, que o distinguira desde quando fizera perante Dom Pedro II, o seu exame de matemáticas em Petropolis.

* * *

Na Igreja, o Brasil possui dentre os seus virtuosos prelados já falecidos, uma figura de santo e de apóstolo na pessoa de Dom Silverio Gomes Pimenta. Humilde filho de pais paupérrimos, nascido a 12 de Janeiro de 1840 em Curo Preto, D. Silverio é a demonstração mais positiva do valor moral e do valor intelectual a sobrepujar todos os obstáculos e todos os preconceitos. Seus pais eram pretos, e ele também um homem de cor. Nem por isso, nem pelas dificuldades tremendas que o assoberbam para estudar, ele deixa de ser o mais aplicado aluno de seu colégio. Apesar de ser proibido se conferir aos que fossem externos o 1.º premio, para não melindrar a vaidade dos pais dos alunos internos, ricos e emoldurados pelas brações da nobreza, é com grande escândalo e pompa, quebrada a tradição e a ordem, para se dar ao humilde, quasi miserável aluno de origem infima e de cor, o maior premio conferido á intelligencia e á applicação. Depois daquelle incidente, não mais se conferiram premios nos annos seguintes. Mas D. Silverio Gomes Pimenta é uma figura excepcional no clero e um cerebro privilegiado que tem uma alma bonissima de santo. Estuda, trabalha, instrui-se. E' homem que sabe tão bem o latim, que nele se expressa correntemente como em português; sabe francês, alemão e inglês, é conhecido como mestre de linguas orientais, falando o arabe e o hebraico com desembaraço, além do conhecer também o grego e seus classicos no original. Apesar dos preconceitos de cor, ele é estimadissimo, e vagando na sua diocese o lugar de vigario capitular, é para ele eleito pela unanime manifestação dos parquianos. Onde porem se faz a prova do valor do grande prelado, é no Concilio Plenário Latino Americano, reunido em Roma. Segundo é do dominio publico, reuniu-se naquele congresso no anno de 1899 em Roma, a Igreja Catolica pelos seus principes mais illustres, dos paes latinos americanos. Dom Silverio, conhecido do Papa pelas suas virtudes e pelo seu saber, causou porém com a sua presença, pela sua cor, um certo ressentimento ou mesmo um certo espanto áqueles que esquecidos da sua missão, faziam diferença entre os homens pela sua cor e se julgavam superiores por esse motivo. Conta-se mesmo que na ocasião em que ele se aproximava de Sua Santidade o Papa para fazer o acto de submissão, um dos cardeais que fazia parte da corte papal, disséra para s. santidade — NIGER... ajuntando á maldosa expressão, uma reticencia e um gesto de desdém. Mas S. Santidade que conhecia d. Silverio pelas suas virtudes e pelo seu saber, responde com uma frase que a história guardou — SED SAPIENS!

E para gloria nossa, nesse congresso, a figura culminante nas discussões, nas decisões, na redacção dos textos, nos conhecimentos do direito canonico, foi aquella que a presença de um mau vigario de Cristo quizera amesquinhar com aquella reticencia — NEGRO... mas que na realidade, era um santo e um sábio.

* * *

O jornalismo pátrio está representado sem nenhum favor, entre os homens de cor mais notaveis do nosso passado, por uma figura de todos bastante conhecida, que é aquella do abolicionista José do Patrocínio. Natural de Campos, estudou farmacia, e obteve o grau de pharmaceutico,

tendo abandonado o curso de medicina que iniciara, entregando-se ao jornalismo, onde se salientou como sendo um dos mais completos e fecundos polemistas de seu tempo. José do Patrocínio não era apenas o jornalista e o polemista. Era orador, e de uma atividade assombrosa e variada, teve um papel preponderante na campanha da abolição que deve a ele muitas porções de seu exíto. Atacado rudemente pelos escravocratas, que não lhe poupavam nem a honra nem a família, teve, ao ser acusado de ser filho de uma negra escrava que residia em Campos, esta resposta em um dos seus inolvidáveis artigos, resposta que mostra o elevado valor moral do homem que foi um paladino da imprensa nacional: — "Sim, eu disse me orgulho e ainda mais, de ter ela expirado em meus braços e ter pagado na alça de seu caixão o conselheiro Mancel Pinto de Souza Dantas, então presidente do Conselho de Ministros da Corôa e os mais notáveis homens desses tempo".

* * *

Em 1873 nasce na Bahia um homem de côr, como muitos outros que nasceram e continuam nascendo no nosso grande Brasil. Mais tarde, tendo estudado medicina, foi assistente e professor substituto de clínica psiquiátrica, no ano de 1896 na Bahia, e a partir do ano de 1903, diretor do Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro. Esse homem de côr era Juliano Moreira. Modesto, culto, talentoso, de uma capacidade de trabalho por bem poucos atingida, ele representou o Brasil em congressos diversos, entre eles no ano de 1900, no Congresso Médico Internacional de Paris; no ano de 1906 no de Lisboa; no Congresso de Alienados de Milão em 1907 e no mesmo ano no de psiquiatria de Amsterdam; no Congresso Médico de Londres em 1913 e no de Psiquiatria em Bruxelas no mesmo ano. Foi eleito socio correspondente da Associação Médico-psicológica de Londres, era membro da Sociedade de Antropologia de Munique e da Sociedade de Medicina de Paris e da de Nova-Yorque. Autor de várias obras, Juliano Moreira era de uma modestia incomparável. Para se poder avaliar o seu grande valor moral e intelectual, quero lembrar aqui, um acontecimento de sua vida, em um dos congressos médicos onde foi representar o Brasil. Designado para ser o chefe da delegação, o ilustre médico patricio excusára-se do encargo, solicitando empenhadamente que a chefia fosse dada a outro, fazendo vêr mesmo aos intimos, que o motivo principal, era a sua côr, que o impedia de dar o necessario destaque á comissão. No navio em que embarca a delegação, sofre o ilustre brasileiro um vexame, que é a exigencia da companhia, que ele não viaje com os demais na classe de luxo, dada a sua côr, ao que accede ele, sem reclamar, sem aborrecimentos, embora com grande indignação da delegação, que o acompanha para as mesmas acomodações. Juliano Moreira não é apenas um médico ilustre. É um grande cientista, um psiquiatra de renome, e um poliglôta de fôlego. Fala correntemente francês, inglês, alemão hespanhol, italiano, e japonês, e conhece ainda que com menor desembaraço, diversos outros idiomas. No congresso, sua figura negroides causa reparos e comentarios desairosos, até que se discute uma grande tese de psiquiatria onde estão presentes os dois maiores mestres franceses que dela são os autores. Em homenagem a eles, alguém propõe a sua aprovação sem discussão; mas Juliano Moreira pede a palavra e obtendo-a a custo, discute a materia, disséca a tese, fala nos idiomas dos que o apartelam, impressiona o auditorio, e finaliza recebendo dos ilustres cientistas que tinham apresentado o trabalho, os cumprimentos pelos reparos que apresentou, por todos eles



Em frente á Pedra do Oratorio. Da esquerda para a direita: Srs. Abilio de Carvalho, Dr. Afonso Schwab, Dr. Americo Monjardim, Dr. Olinto Couto de Aguirre, Sra. Adolpho Monjardim e o Dr. Heraclito Amancio Pereira



... como se fôra um altar,
prolonga-se uma lasca de
pedra por toda a largura
e á proporção que sobe,
coisa de 1,80, vai-se afi-
nando e a impressão que
dá é a de uma imagem,
á entrada do oratorio.



... as suas iniciais esculpidas bem no centro da cavidade do Oratório, ainda hoje bem visíveis. O "T" e o "P" formam um só corpo

aceitos. E o negroide de início humilhado, teve ao encerrar-se o congresso, a honra de ser o seu presidente, como a maior homenagem da ciência universal ao seu grande talento e sua cultura invulgar.

* * *

Evaristo de Moraes é o advogado dos nossos dias. Sua personalidade impar ainda revive em todos os meios, porque o grande criminalista que o Brasil possuiu se fazia ouvir ainda há pouco tempo no Rio de Janeiro, e nós aqui tivemos, não faz muitos anos, o prazer e a honra de ouvi-lo na tribuna do nosso modesto Tribunal do Juri. Emérito orador e professor acatadíssimo de direito criminal, Evaristo de Moraes era um descendente de negros que elevou às culminâncias da glória a honrosa profissão de advogado.

* * *

Esta é a comemoração do 13 de Maio. Quando numa guerra universal, uma das facções em luta sustenta a superioridade de raça pelo alourado dos cabelos e pela pureza do sangue ariano nós, os mestiços por eles julgados inferiores, precisamos mostrar a nossa superioridade, com demonstrações como esta, onde principalmente se faz a educação da nossa gente, mostrando como é magestosa e imarcessível a obra do talento, da cultura, e do valor, que souberam criar os negros do Brasil. Porque se os nossos inimigos apontam um fato qualquer, produto do fanatismo de uma educação milenar e da necessidade imperiosa de subsistir, como sendo ato de patriotismo, nós lhe contraporemos com a maior simplicidade esse imortal Henrique Dias, humilde e deseducado, nascido na liberdade e na fartura das terras brasileiras, mas que sabe lutar pela liberdade da Pátria, mesmo decepando um braço com a espada e continuando a luta com o cutro, cousa que nenhum ariano pôde apresentar.

E se eles nos apresentarem um engenheiro, um médico, um prelado, um advogado, um jornalista, nós apontaremos os André Rebouças, os Julianos Moreira, os Dom Silvério, os Evaristo Moraes, os José do Patrocínio, para demonstrar que nós somos mestiços, sim, mas a mestiçagem antes de ser um opróbrio, é galardão, porque aqui, sem os sacrifícios e as infernaes concepções de hoje, progride a ciência, cresce a fé, medra a fraternidade humana.

(Discurso em comemoração do 13 de Maio, na sessão magna do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 23 de Maio de 1943).

MAJOR JOÃO PUNARO BLEY - CIDADÃO CAPICHABA

Dr. ANTONIO F. ATHAYDE

Meus Senhores e minhas Senhóras.

Exmo. Snr. Major Bley:

Ainda fulgura vivida e brilhante, ardorosa e significativa, a notável sessão solene com que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo recebeu V. Excia. no dia 23 de Maio de 1934, num ambiente superior de elementos destacados e representativos da sociedade vitoriense.

Noticiando a festiva posse de V. Excia. como socio de honra desta Casa do Espírito Santo, os jornais daquela data disseram o seguinte: — "As mais altas autoridades — o Exmo. Snr. Interventor Federal, os Snrs. Secretários do Interior, da Fazenda, da Agricultura, Prefeito da Capital, Delegado Fiscal, Diretores e Chefes de Serviço Público — senhoras de nossa elite social, comerciantes de elevada categoria, professores, colegiais, jornalistas e numerosos sócios do Instituto Histórico, formavam brilhante e distinto conjunto, que, raras vezes, se tem visto em reuniões como aquela".

Coube-me como Presidente desta Casa, naquele momento, dar o juramento de sócio de Honra a V. Excia.

Recordo-me, Snr. Major Bley, que ao discorrer da oração que proferi, entre outras palavras disse as seguintes: — Nesta data memorável é que V. Excia., Snr. Interventor Federal, assume o seu compromisso de honra de membro desta Casa. É, pois, um ato muito significativo para V. Excia. É de hoje a um ano, em 23 de Maio de 1935, que registraremos na existência cosmológica e evolutiva desta terra querida, a epopéia sublime de quatro séculos de lutas agressivas e de sacrifícios inauditos, bem como de triunfos e de glórias do nosso amado Espírito Santo em sua defesa autônoma, pela sua felicidade política.

Convidado para prestar o compromisso ritual, V. Excia. repete firmemente o juramento do Estatuto por entre vibrantes aplausos de todos nós, da esperancosa mocidade capichaba que nos assiste e de ilustrado e seléto auditório que nos honrava naquele instante, com a presença e suas Exmas. Famílias.

Terminado o compromisso V. Excia. discorre substancialmente sobre a História Militar Brasileira.

Realçou os grandes feitos épicos, os grandes exemplos de energia e de caráter com os quais se esmaltam as biografias de Caxias, Osório, de Floriano, que tanto honraram e engrandeceram a nossa Pátria. E terminou a sua patriótica dissertação com essa maravilhosa frase, tão própria desta Casa e que mereceu o fragor das palmas de toda assistência. Meus senhores — disse V. Excia. — “A nação, como o indivíduo, é o fruto de um longo passado de esforços, de sacrifícios e devotamentos. O mais legítimo de todos os cultos é o dos antepassados: eles fizeram o que nós somos e valemos”.

Efetivamente, as deslumbrantes festas cívicas e religiosas desta Capital, em homenagem ao 4.º Centenário natalício do nosso insigne apóstolo, o Padre José Anchieta, em 19 de Março de 1934, após tantos benefícios, ainda mais nos honrou respondendo terminantemente àqueles que daqui queriam tirá-lo para outros logares, com estas palavras: “eu prefiro o Espírito Santo a qualquer outra terra. Deixem-me aqui ficar”. Anchieta preferiu morrer Capichaba.

Em seguida vem a comemoração do povoamento do Espírito Santo, a maior data tradicional do Calendário Capichaba, em 23 de Maio de 1935.

Todas essas glorióssas festas que o Instituto Histórico realizou sob minha humilde presidência, foram com deslumbramento, e V. Excia., Sr. Major Bley, muito concorreu para esse avulgar brilho, desde a Feira de Amóstras, levada a efeito pela Prefeitura de Vitória. Focalizemos agora alguns pontos de sua operosa administração.

Meus senhores: Incontestavelmente, o governo do Sr. Major Bley não poupou esforços para realizar, entre nós, os grandes problemas sociais.

Seria longo, muito longo, para esta oportunidade, o arrolamento de todos os grandes feitos e benefícios de sua honrada e patriótica administração.

Bastava só uma realização, a do Hospital Colônia de Itanhenga, com o apoio do Governo Federal, a ele anexado com os recursos exclusivos do Estado, a Granja Eunice Weaver e o Preventório Alzira Bley, a do problema da Lepra, para imortalizar V. Excia. nesta terra Capichaba, ficando completa a obra profilática do mal de Hansen.

Fez construir o Hospital-Infantil, uma das mais completas organizações hospitalares do País.

Cuidou dos meninos desamparados dando-lhes um Instituto de trabalho em Maruípe.

Amparou, também, com amor, a velhice desamparada, dando-lhe um caridoso abrigo.

Organizou um serviço modelar de Educação Física. Do mesmo modo cuidou em resolver o que a ciência médica já proclamou sobre a cura da maldita tuberculose, que continúa recebendo de todos, os recursos até hoje empregados; para isso também fez construir o Sanatório “Getúlio Vargas”.

Efetivamente nada escapou a V. Excia. Atacou todos os problemas culturais e sociais, com eficiência. Desde o ensino público, na estrutura de seus colégios, até à Escola Prática de Agricultura, Tudo atendeu, com superioridade de vistas.

Realizando todos esses problemas sociais, cujos frutos virão posteriormente, coube, então, enfrentar o patriótico problema portuário, já tendo concluído a rede rodoviária do Estado, aproximadamente de 7.500 quilômetros, ligando todos os municípios à Capital.

O problema que muito mereceu os zêlos da Administração Bley foi o de transporte. A entrada de sete metros de largura, de Vitória a Campos, ainda em construção, procura sempre mercados para o nosso desenvolvimento comercial e econômico da Capital, bem assim a de S. Mateus, Conceição da Barra e outras.

Está à vista de todos nós a construção do Cais do Porto de Vitória, com seus 930 metros de Cais acostável, considerado em extensão superior ao de Natal, Cabedelo, Ilhéus, Angra dos Reis e Paranaíba, e como ancoradouro propriamente dito considerado um dos principais do Brasil e como econômico e comercial um dos grandes portos do Atlântico, assim já expressou o americano Warrem Lee Pierson, autoridade no assunto, cuja visita nos honrou ultimamente.

Entre todas essas notáveis realizações, V. Excia. não esqueceu os serviços de 4 anos, prestados à coletividade espírito-santense pelo "Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo". E na sua brilhante conferência — "*Relações Econômicas*", realizada sob o patrocínio da Associação Comercial de Vitória, a 14 de Janeiro de 1942, no salão nobre da Escola Normal Pedro II, focalizou bem a necessidade de aumentar-lhe o capital, para o seu eficaz de envolvimento em suas operações de crédito.

Dentre os gigantescos cometimentos do seu fecundo governo há um sómente para glorificá-lo. São as instalações especiais para o embarque do minério no morro de Atalaia, fronteiro à Capital, no sítio Capuába.

É o escoamento natural do minério de ferro do Itabira até Vitória, do Vale do Rio-Doce, pela futura ferrovia "Vitória-a-Minas" para sua exportação. É uma obra técnica de grande responsabilidade e de tanto valor profissional que exaltou os engenheiros que a projetaram, bem como os que a executaram, essa maravilhosa finalidade patriótica, honrando a engenharia nacional.

Snr. Major Bley: — Na organização da Companhia do Vale do Rio-Doce, que tem de presidir esses trabalhos, velando pelos altos interesses desses vultuosos negócios, foi V. Excia. eleito Diretor Comercial, ausentando-se pois do nosso convívio.

Efetivamente pela letra dos nossos Estatutos V. Excia. deixa hoje o posto de sócio efetivo, mas vai exercer o de sócio correspondente da Casa do Espírito Santo na Capital da República, ou onde estiver a sede de seu novo encargo.

É o nosso embaixador Capichaba. Onde estiver V. Excia. não esquecerá nunca o Espírito Santo onde governou brilhantemente durante 12 anos ininterruptos, dirigindo os seus destinos.

Nesta hora em que nós nos separamos, as palavras, por mais tocantes que sejam, não exprimem bem o nosso afeto. Não há palavras que interpretem bem a emoção que todos nós sentimos neste momento.

É o coração silencioso que fala melhor.

A sessão de hoje, caros confrades, é uma homenagem cívica que cristaliza a nossa gratidão pelos bons serviços prestados à nossa causa, pelo Major Bley, ao deixar o seu posto honroso nesta Casa.

Para bem enaltecer a nossa confraternização espiritual, o Instituto Histórico, em sessão realizada, com aplauso de todos os sócios, deliberou, pelos inúmeros e relevantes serviços prestados a este Estado, dar a V. Excia. o título de "*Cidadão Capichaba*".

Onde estiver V. Excia. cooperará pelo nosso progresso e pela nossa cultura, na realização de outros problemas de vulto que vão ser estudados e que aguardam sua execução brevemente.

Meus senhores e minhas senhoras:

Caros confrades:

Para justificar bem o acerto do gesto nobilitante e patriótico com que o Instituto Histórico reverenciou o título de "*Cidadão Capichaba*" ao Major Bley basta recordar, neste instante de nossas afetuosas despedidas, as palavras lapidárias de V. Excia. ao sagrar bem o seu vínculo de espírito-santense ou de Capichaba autêntico, em todo o território da antiga Capitania do Espírito Santo.

Ao proferir sua conferência na referida "Associação Comercial", V. Excia. disse textualmente o seguinte: — "O Governo oferece mais uma oportunidade, pela desejada prosperidade desta terra, de cooperar de forma prática no fomento da produção, na expansão, no progresso, enfim, deste Estado, até elevá-lo à altura onde o nosso ardente patriotismo de brasileiros há de solidamente colocá-lo".

Esta vibrante manifestação de V. Excia. inspirada no ardente desejo de trabalhar pela prosperidade desta terra traduz, bem alto, os nobres intuitos de V. Excia. no aceleramento do progresso capichaba.

Receba V. Excia., Sr. Major Bley, nosso eminente conterrâneo e confrade, o nosso cordalíssimo abraço de despedida nesta afetuosas saudação de amizade e de saudade que o Instituto presta ao operoso amigo, ao retirar-se do nosso convívio, onde nos honrou sempre, certo de que continuará a trabalhar, noutro setor administrativo, pela grandeza do Espírito Santo!

CERÂMIO DA SAPUCAIA

Dr. ADMAR NEVES

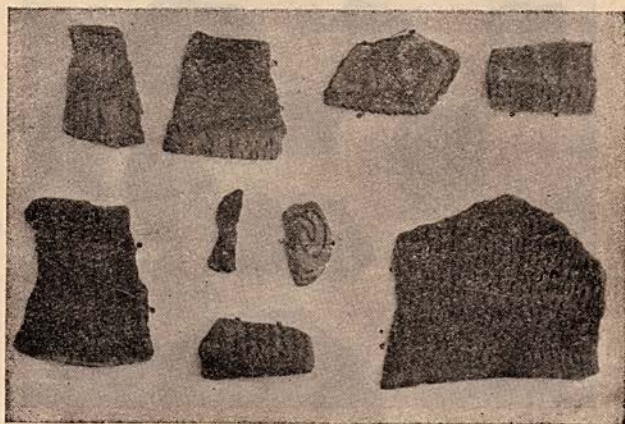
NOTAS PARA SEREM UTILIZADAS NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DA JAZIDA TUPÍ DE SAPUCAIA

A jazida de cerâmica indígena, descoberta em Sapucaia, litoral norte do Estado do Espírito Santo, apresenta grande interesse, sobretudo pelo que exprime em confirmação ao depoimento dos cronistas, sobre a ocupação da região por população indígena pertencente ao grupo Tupí. Ainda não tinha sido encontrada em extensa região do litoral, desde o sul da Baía até o Estado do Rio, nenhuma documentação arqueológica que tão decisivamente dissesse da sua origem étnica.

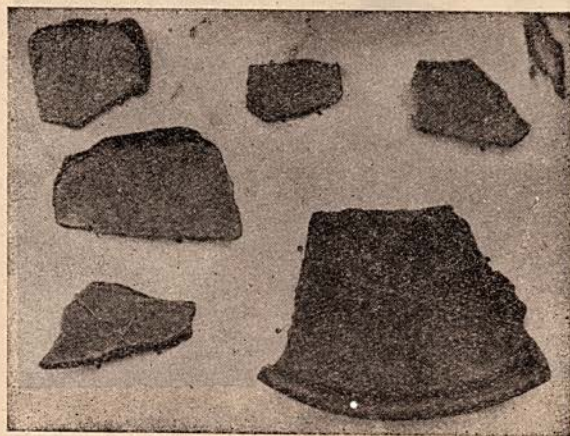
O roteiro da viagem de Vitória a Sapucaia está magistralmente descrito pelo autor da nota. Só resta fazer algumas considerações mais extensas sobre o material descoberto. Infelizmente escasseiam, na informação, os dados referentes às condições do achado: profundidade em que se encontravam as peças, com relação ao nível do solo; associação e posição relativa dos diversos elementos, etc... Nessas circunstâncias, falecem-nos dados que auxiliem a determinar a natureza da jazida: se se tratava de um enterramento ou de um remanescente de aldeia.

As fotografias e desenhos permitem reconhecer nos fragmentos de cerâmica, ornatos gravados a estiletes e modelados a dedo, bem como outros pintados no fundo de grandes bacias. São essas decorações bem típicas da cerâmica dos Tupis orientais. Já tive oportunidade de visitar eu mesma jazidas contendo material análogo em Ponte Nova (Minas Gerais), Mauá, Rio Iriri (Estado do Rio), bem como em Campo Grande e na Ilha do Governador (Distrito Federal). As coleções do Museu Nacional, as dos Institutos Históricos da Baía, do Ceará, do Maranhão e as do Museu Goeldi, em Belém, permitem o estabelecimento de mais ampla distribuição geográfica para essas peças: desde o norte do Rio Grande do Sul até o Salgado, no Pará.

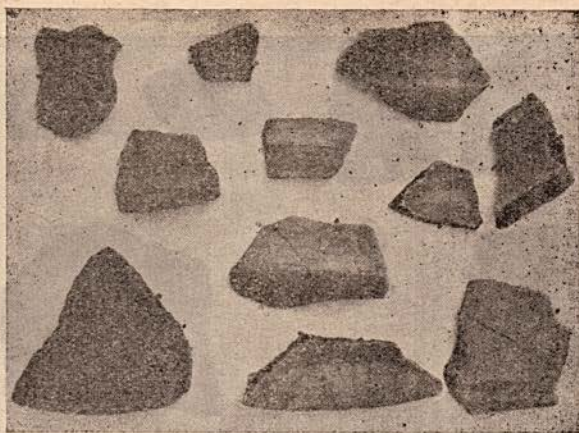
Nas jazidas, que estudei diretamente, era frequente encontrarem-se as bacias, como parece ter se dado no caso em apreço, cobrindo urnas ornamentadas com impressões digitais. Parece ter sido essa a



**Fragmentos de gargalos, ásas e rebórdos de panelas — Vê-se
ainda um amulêto de ferro**

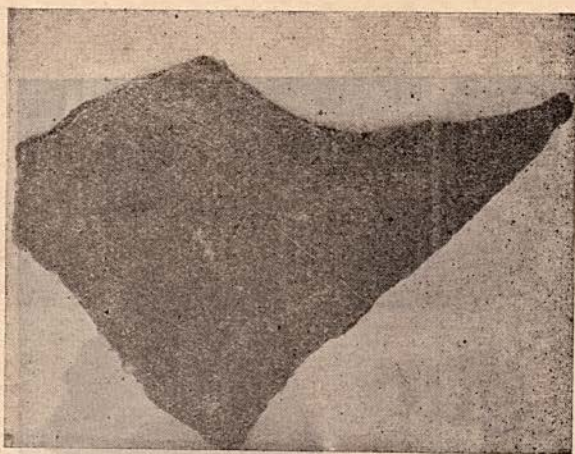


Desenhos feitos na ása de uma vasilha (Fragmentos)



Fragmentos com desenhos

Fragmentos de cerâmica, das e bordos de panelas — Vê-se
ainda um anelido de ferro



Outro interessante fragmento

Desenhos feitos na base de uma vasilha (fragmento)

utilização eventual de tais peças, mas as Crônicas nos indicam que eram propositadamente feitas para guardar farinha e outras viandas.

É Jean de Lery quem descreve com grande riqueza de detalhes o trabalho feminino de fabricação da cerâmica tupi nas proximidades da baía de Guanabara:

"Or pour faire un sommaire des autres meubles de nos Ameriquains, les femmes (lesquelles entre elles ont toute la charge du menage) font force cannes & grands vaisseaux de terre pour faire & tenir le bruvage dit caouin: semblablement des pots a mettre cuire, tant de façon ronde qu'ovale: des poeles moyennes & petites, plats & autre vaisselle de terre, laquelle combien qu'elle ne soit guereunie par le dehors, est neantmoins si bien polie & comme plombée par le dedans de certaine liqueur blanche qui s'endurcit, u'il n'est possible aux potiers de par deça de mieux accoustrer leurs poteries de terre. Mesmes ces femmes destrempans certaines couleurs grisatres, propres à cela, font avec des pinceaux mille petites gentillesses, comme guilochis, las d'amour, & autres droleries au dedans de ces vaisseles de terre, principalement en celles ou on tient la farine & les autres viandes: de façon qu'on en est fervi assez proprement: voire diray plus honnestement que ne sont ceux qu'usent par deça de vaisselle de bois. Vray est qu'il y a cela de defaut en ces peintresses Ameriquaines: c'est qu'ayans fait avec leurs pinceaux ce qui leur sera venu en la fantaisie, si vous les priez puis apres d'en faire de la mesme forte, parce qu'elles n'ont point d'autre proiet, portrait, ni crayon que la quintessence de leur cervelle qui trotte, elles ne sauroient contrefaire le premier ouvrage: tellement que vous n'en verrez jamais deux de mesme façon".

Na tradução de Lery tanto Araripe Junior como Sergio Milliet incidiram no mesmo erro de interpretação, quando traduziram: "Lacs d'amour" por "lávares eróticos". Não se trata absolutamente disso e sim de "lacs d'amour" ou "lacet, d'amour, uma decoração de linhas paralelas formando um pequeno laço e que, ao tempo de Francisco I, se applicava como ornato a diferentes elementos, tais como barras de paredes ou em baixo de retratos. Ela se encontra mais de uma vez em imagens que representam a amante do Rei, Dianne de Poitiers.

Um desenho muitíssimo semelhante ao do "lacs d'amour" aparece frequentemente nessas bacias tupis. Assim é que um engano de tradução prejudica a um elemento valioso para a interpretação de peças arqueológicas.

Hans Staden também representa, nos seus ingenuos e expressivos desenhos de cenas indígenas, alguns vasos que correspondem exatamente aos que tem sido desenterrados na faixa litorânea do nosso território, ocupada, ao tempo do descobrimento, pelos tupis orientais.

Uma série de fatos, portanto, asseguram ao Cerâmio de Sapucaia origem tupi:

- 1 — as crônicas, nos seus textos e nos seus desenhos;
- 2 — a coincidência de distribuição geográfica de cerâmica desse tipo com a ocupação do litoral pelos tupis.

Em Ponte Nova se encontraram, tal como em Sapucaia, peças líticas associadas à cerâmica. Elas são, tanto quanto se possa julgar

pelas fotografias anexadas a este trabalho, do mesmo tipo e apresentam um grau de elaboração tão elevado quanto as de Sapucaia.

Só dispondo do material de Sapucaia para proceder a um exame direto poderão ser ampliadas as considerações que aqui se registram.

Estas notas não têm outro propósito senão o de fornecer ao estudioso que se está ocupando com o exame da jazida de Sapucaia alguns elementos que orientem melhor o seu trabalho.

Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1943.

HELOISA ALBERTO TORRES

NOTA — Simão de Vasconcelos, Tomo I, pag. 34, informa que os Tupiniquis habitavam desde o rio Camamu até o Quiricará.

BIBLIOGRAFIA

- | | |
|------------------------|---|
| A. Metraux | — La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani — Paris — 1928. |
| Heloisa Alberto Torres | — Artigo publicado no jornal "A Nação" de 14 de janeiro de 1933. |
| Jean de Léry | — Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil. Introd. & des Notes par Paul Gaffarel — Paris — 1880 — 2 Vol.
— Istoria de uma viagem feita a terra do Brazil. Traduç. de Tristão de Alencar Araripe — Rio de Janeiro — 1889.
— Viagem à terra do Brasil. Trad. & notas de Sergio Milliet — S. Paulo — 1941. |
| Ladisláu Netto | — Investigações sobre a Archeologia Brasileira.
— Arquivos do Museu Nacional — Vol. VI — Rio de Janeiro — 1885. |
| Simão de Vasconcelos | — Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil. Lisboa — 1663. |

JUSTIFICATIVA

O porquê deste trabalho...

Aos que nos lêem devemos uma pequena explicação.

Solicitados pelos meus ilustres confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, doutores Olinto Couto de Aguirre e Mario Aristides Freire, para que dêssemos a lume o resultado desta nossa modesta pesquisa no terreno arqueológico, não nos foi possível esquivar-nos. Antes, porém, há mister justificá-la.

O trabalho em si é de pouca valia e bastante incompleto; só mesmo muito boa vontade poderá vislumbrar nele algum mérito, e este será o de apontar o caminho para que outrem, bem informado no assunto, possa desvendar, mais largamente, a trilha por nós entreaberta.

Assinalamos a existência de uma jazida arqueológica no norte do Espírito Santo, localizando-a e colhendo alguns fragmentos de louça indígena, juntamente com artefactos usados pelos aborígenes.

Foi em meados de novecentos e trinta e nove que de São Mateus nos enviaram uma preciosa reliquia — "uns caquinhos de barro", obra provável dos antigos dominadores desta terra, "onde o demônio trabalhou para que se esquecesse o primeiro nome (Santa Cruz) e lhe ficasse o de Brasil", no dizer enfurecido de Frei Vicente do Salvador.

O achado deveria ter sua importância. Procurámos anasar as diferentes peças de barro antigo. Algumas encerravam interessantes traços coloridos. Acompanhava-as um pequeno machado de pedra polida. Tratámos incontinentemente de indagar de sua proveniência. Desse momento em diante sentimo-nos empolgados pelo espírito do mais puro diletantismo.

Forças estranhas, possivelmente ancestrais, dominaram-nos inteiramente e de um modo esquisito. Fascinação? Não, talvez a voz do sangue!

Tentámos seguir as pégadas dos nossos ameríndios, não como os frios naturalistas de outros climas, os Saint-Hilaire, Von Martius, De Wied, Hartt e outros, porém impelidos pelo entusiasmo selvagem dos homens do trópico.

A nossa narrativa encerrará muitas e muitas falhas denotando logo o noviciado no assunto, que se debate com uma série de dificuldades, devendo ser destacada nossa qualidade de profissional de medicina, e, por isso mesmo, dispondo de muito pouca folga para nos dedicarmos a tão árida e meticulosa questão.

Acresce a circunstância de a jazida estar localizada em ponto tão distante, longe da Capital do Estado duzentos e noventa e um quilômetros, e sua rota difícil de ser atingida.

Entretanto não medimos sacrifícios, e mais de uma vez procurámos manter contacto com ela e eis aqui o fruto do nosso trabalho, dividido em duas partes: trajeto percorrido até o local da jazida e estudo descritivo do material colhido.

Longe de nós a pretensão interpretativa e analítica do achado, cabendo naturalmente essa tarefa a quem estiver em melhores condições para tal, restando-nos portanto aguardar a indulgência do leitor amigo para a exposição sincera e sobretudo honesta.

EXCURSÃO

O Espírito Santo está fadado a ocupar uma posição de relêvo em relação aos outros Estados da União, dada a sua situação geográfica e especial e seus recursos naturais.

Foi na ilha de Duarte Lemos, formoso maciço gnásico, cujas fraudas resultaram dos desgastes naturais do tempo, onde se espraiam os pitorescos mangais, belo ornamento da baía do Espírito Santo — o local escolhido para edificação da aprazível cidade de Vitória.

Seria fastidioso repetir aqui o que já foi motivo de tão completas descrições por parte dos viajantes nacionais e estrangeiros.

O próprio Vasco Coutinho, donatário infeliz, muito embora morrendo a mingua de recursos pecuniários, não deixou de exaltar a uberdade da terra, e à sua povoação intitulou-a "*o meu vilão furto*".

A cidade está mudando de fisionomia; alargam-se as ruas, modificam-se as edificações, novos bairros vão surgindo pelo sopro animador do progresso.

A velharia tende a ficar para trás, e o casario antiquado sofre a ação demolidora da picareta, para maior angústia dos colecionadores de raridades históricas.

Desde novecentos e doze que os poderes públicos se veem interessando pela construção e aparelhamento do seu porto, e espera-se para breve a solução desse magno problema.

Uma vez terminadas obras de grande vulto, ele ficará sendo um dos melhores deste lado do Atlântico.

Como porto exportador de minério de ferro, basta que se atente na sua posição geográfica, escoaouro natural da maior reserva sideral do mundo (treze bilhões de toneladas).

A nossa excursão teve como ponto de partida esta encantadora ilha, seguindo a rodovia Vitória-São Mateus, recentemente construída.

Outrora, para se fazer essa viagem, tinha-se que seguir por via marítima, em péssimas embarcações, correndo o risco de naufrágios, dada a insegurança das naveas, quase como no tempo dos nossos antepassados, quando velejavam em suas *sumacas* e patachos.

Ou então, seguindo a trilha dos primeiros exploradores terrestres, as vias percorridas por Neuwried, Saint-Hilaire ou Hartt.

Este último, por exemplo, nos fornece um perfil muito interessante da costa norte do Estado, entre Vitória e o rio Doce, que se pode apreciar na página III do seu encantador livro *Geologia e Geografia Física do Brasil*.

O grande geólogo americano descreve com maestria e poesia este trecho da costa espírito-santense, e quando se refere à mais bela montanha da cadeia litorânea, o Mestre Alvaro ou Morro da Serra, ele o faz com as tintas de um perfeito artista: "Aparece como uma pirâmide na flama, majestosa e isolada. Mais agradável e simétrica em seu perfil, mais isolada em sua posição, e mais linda do que a Tijuca; vista do mar, aparece ao longe, magnífica e azul, contra o céu tropical e a distante linha das serras, que se mostram ao longe do horizonte como si fossem a vanguarda de uma tormenta que se aproxima".

Numa manhã fria de junho, tomámos assento num auto-ônibus que faz aquela linha, partindo da praça Costa Pereira, passando pelos bairros de Jucutuquara e Maruípe, para em seguida atravessar a ponte da Passagem e atingir o continente.

Deixando a ilha, seguimos o caminho já conhecido pelas descrições de todos os historiadores da nossa antiga Província: Goiabeira, Carapina, Jacareipe ou Jacaraípe, sempre próximo da costa, quase beirando o mar até Nova Almeida.

Antes de chegar a essa vila, a antiga dos Reis Magos, avista-se o convento dos Jesuítas, fundado pelo padre Cristóvão de Gouveia em 1584, no cimo de uma montanha.

Visitámo-la de outra feita e não perdemos a oportunidade de filmá-la, como atesta a película junto a este.

Nova Almeida, situada na desembocadura do rio do seu nome, também conhecido pelo dos Reis Magos ou Apiaputang, continua a margem do progresso, constituída por casebres em ruínas, população paupérrima, vivendo quase exclusivamente da pesca.

A agricultura é a mais rudimentar e rotineira — pequenas roças e mata rala, onde predomina o capoeirão.

O terreno, pobre e excessivamente arenoso, pouco argiloso, está compreendido no terciário.

Continuando a nossa viagem, depois de atravessar o rio, pela magnífica ponte construída pelo ar. Edisio Cline, numa extensão de 117 metros, avançamos sempre, ora avistando o mar, ora distanciando dele, até chegar a decadente cidade de Santa Cruz.

É o porto indicado para o embarque do minério de ferro, que tende a descer pelo vale do rio Doce procurando o mar, segundo os estudos realizados pela extinta Itabira Iron Ore Co.

Acima de Santa Cruz, avista-se o rio Piraquê, imponente nas suas curvas cecidadas e margeado por compactos mangais.

Um exemplar da flora brasileira é encontrado até Santa Cruz, faltando daí por diante — o camará, de capoeira (verbera quadrilata), ou branco (bemanthum alternum).

Prosseguindo, vamos percorrendo a estrada, que é larga e boa, passando por uma série de lugarejos: Santa Rosa, Corrego Fundo, Agua Boa, Ribeirão da Linha, etc., que se poderão ver no mapa junto.

A proporção que nos vamos afastando do mar, olhando para oeste, vislumbramos ao longe os contrafortes da serra dos Aimorés ou Sousa, a fronteira que nos separa geograficamente do Estado montanhês.

Os chapadões intermináveis nos vão levar às margens do rio Doce, em retas quilométricas, apenas interrompidas algumas vezes pelos pequenos cursos d'água.

Muito antes de se atingir o volumoso rio, já se avista a altaneira vila de Santa Cruz de Linhares, que muito acertadamente foi mandada erigir por Dom Rodrigo Coutinho no topo da ribanceira norte do Rio Doce.

O velho e incansável João Felipe Calmon tudo fez para desenvolver a esperançosa povoação do Conde Linhares, porém a agressividade do gentio e a insalubridade da região anularam por muito tempo todos os esforços daquele valente desbravador.

Hoje porém, o massapé fértil daquele vale está sendo inteligentemente aproveitado com culturas adequadas ao clima e sólo.

Os terrenos marginais do rio Doce, acima e abaixo de Linhares, constituem a zona cacauera por excelência, onde o plantio intensivo do cacau (*theobroma cacao*) tornará o seu futuro promissor.

Defronte de Linhares, na margem sul e a mais baixa do rio, está situada a Fazenda Experimental de Cacau, onde embarcamos na balsa (movida por um motor a explosão) para atravessar o largo rio, durante a travessia uns três quartos de hora.

O rio, apesar de largo, não o é bastante profundo em toda a sua largura, pois apresenta extensos baixios e coroas de areia, por onde o perito balseiro terá que passar.

Linhares, antigamente cabeça de Município, está hoje relegada a um plano inferior, na situação de distrito do Município de Colatina; porém os seus homens esperam uma reparação desse injusto tratamento.

Ai fizemos o nosso almoço e prosseguimos a viagem pela estrada que segue os antigos *arrastões* dos madeireiros até o "fundo da lagôa Juparanã".

Ela contorna a lagôa Juparanã em toda a sua extensão em um plano elevado, tanto assim que se avistam de cima, em certos pontos, as alvas praias do brilhante lago.

O nosso trajeto de Linhares para São Mateus foi efetuado do modo já previsto pelo espírito prático de Hartt, quando, em 1865-1866, aconselhava: "*Até que seja construída uma estrada de ferro até Vitória, pareceria melhor construir uma boa estrada carroçável através da floresta, da cabeceira do lago Juparanã, pela planície, até São Mateus, e fazer São Mateus o porto do rio Doce; mas São Mateus nunca pode oferecer as mesmas vantagens de um porto como Vitória*" (O grifo é nosso).

Da lagôa até São Mateus, a estrada segue de fato pela planície, cortando floresta virgem, onde a mata é luxuriante e espessa.

Atravessa alguns córregos, porém de um modo geral há deficiência de boas aguadas, convindo assinalar o rio Barra Seca e o rio Preto, como os de maiores volumes d'água.

O traçado diverge da linha telegráfica federal, e dessa forma foge da região acidentada por onde se fazia em outros tempos a caminhada do correio postal de Linhares a São Mateus.

Mais de uma feita fizemos esse percurso em dois dias, cavalgando em lombo de burro; hoje, pela estrada rodoviária, poder-se-á ganhar tempo, efetuando-a em três horas.

A nossa condução, por ser morosa, dispendeu cinco horas, parando em alguns pousos — lagôa Juparanã, Barra Seca e Rio Preto.

E, finalmente, chegámos ao termo final da estrada, a velha e altaneira cidade de São Mateus, situada à margem sul do rio do mesmo nome, outrora conhecido por Cricaré.

Nas águas e margens desse rio travou-se uma grande batalha entre o gentio e os nossos colonizadores portugueses, onde perdeu a vida Fernão de Sá, filho do terceiro governador do Brasil, Men de Sá.

O Capitão-mór Fernão de Sá chegou ao rio Cricaré na galé *São Simão*, acompanhado pelos capitães Diogo Marim e Paulo Dias Adorno, com mais quatro embarcações, peçadas de combatentes mandados da Baía pelo governador, afim de atrair os selvagens, porém foram infelizes na sua missão.

É de Frei Vicente Salvador a interessante narrativa: "E navegaram pelo dito rio arriba quatro dias, até que viram as cercas do gentio que estavam juntas da água, onde pondo as proas em terra por estar a maré cheia, por elas desembarcaram e saltaram fora os soldados, tornando-se os marinheiros com os navios ao meio do rio por não ficarem em seco na vasante, e os bombardeiros para de lá fazerem seus tiros. Começou-se a travar a briga, na qual logo em primeiro encontro puzeram o gentio em desbarato, mas tornando-se a ajuntar e reformar, voltou com tanta força que forçou aos nossos a desordenarem e misturarem com os inimigos, de maneira que os tiros que tiravam das embarcações não só os não defendiam, mas antes os feriam e matavam e, retirando-se para se acobierarem a eles, estavam tanto ao fogo que os mais foram a nado, e os feridos em algumas jangadas, entre os quaes os dous capitães Adorno e Marim, ficando o capitão Mor com o seu alferes Joanne Monge na retaguarda, onde, crescendo o gentio que de outras aldeias vinha de socorro, os mataram às frechadas".

O conhecimento desse rio data da época vizinha do descobrimento do Brasil; tanto assim que Cristovão Jaques, demarcando a costa Brasileira, faz referências aos rios Cricaré (São Mateus) e rio Doce, quando partiu de Porto Seguro, no dia 28 de junho de 1504, para chegar à baía de Vitória no começo de Julho (Daemon).

Foi o jesuíta José de Anchieta que, em memória ao apóstolo São Mateus, no dia da sua chegada àquela pequena povoação, 22 de Setembro de 1583, a batizou com esse nome, desprezando o de Cricaré, como era conhecida.

A povoação cresceu com o tempo; os aborígenes foram dominados ou afugentados, para que se pudesse fundar mais tarde um forte centro agrário de notável importância, com a ajuda do braço negro e a pertinácia lusitana.

O desenvolvimento econômico e social de São Mateus se equipara ao do Nordeste Brasileiro da era açucareira, durante o segundo reinado.

O ciclo canavieiro do Norte teve a sua equivalência no São Mateus antigo, com o florescimento progressivo da mandioca.

O movimento comercial com o Norte era intenso — as embarcações veleiras conduziam a farinha de mandioca para os portos da Baía e Recife, enriquecendo famílias e mais famílias de fazendeiros; enquanto na Corte, nos amplos salões aristocráticos do Rio, a elegância nordestina se confundia com a de São Mateus...

Daquela época de opulência, os velhos sobrados, resistindo à ação demolidora do tempo, perduram ainda como autênticos representantes de um passado tradicional e honroso.

Ai pernoitamos, para no dia seguinte, após atravessar o rio em balsa, seguir pela estrada de Biriricas até o quilômetro 12 mais ou menos, ponto de entroncamento do caminho carroçável existente no vasto planalto denominado Sape do Norte.

Os "croquis" anexos orientarão melhor a nossa narativa, dando uma ideia de conjunto.

O terreno que margeia o rio é baixo e alagadiço, com a sua vegetação própria dos pântanos, onde predominam o Calumbi e a aninga.

O nosso caminhão percorre agora os terrenos terciários do São Mateus, pelo sapezal em fora, encontrando pequenos riachos de leito arenoso, dispensando pontes ou pontilhões para atravessá-los, até atingirmos a moradia de um amigo, Fridolino Braga, em Santa Rosa.

Este senhor foi o nosso guia, quem nos encaminhou ao local das explorações, ajudando-nos no trabalho das escavações preciosas.

A jazida arqueológica circunda uma lagôa extinta, a da Sapucaia, onde o referido senhor havia lavrado a terra para o cultivo de mandioca.

É em plena zona dos cocais de Indaia-açu (atalea compta marte) ou babaçu capixaba.

A nossa excursão termina na lagôa da Sapucaia, onde trabalhamos o tempo suficiente para a coleta do material arqueológico exposto no capítulo seguinte.

CERÂMIO DA SAPUCAIA

A denominação de cerâmio fomos tomar de empréstimo ao grande naturalista Ferreira Pena, no sentido mais de jazida de cerâmica do que propriamente de *MOUND*, ou depósito sepulcral.

Essa é a impressão que se tem do local, uma olaria indígena, situada em torno de uma lagôa extinta, a da Sapucaia, onde o "artista" pôde confeccionar a sua louça com os recursos ali encontrados.

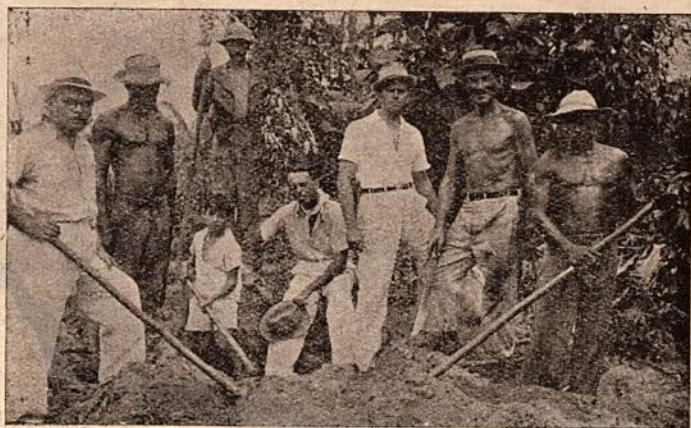
A matéria foi bem trabalhada, houve um certo requinte na sua manipulação, dedos habilidosos tracaram belos ornamentos, e, porque não dizer, com acentuado sentimento artístico.

A louça encontrada é de terra-cota, barro geralmente bem cozido, superfície lisa e polida (como se fôra envernizada), modelagem perfeita e apresenta traços tintoriais muito delicados.

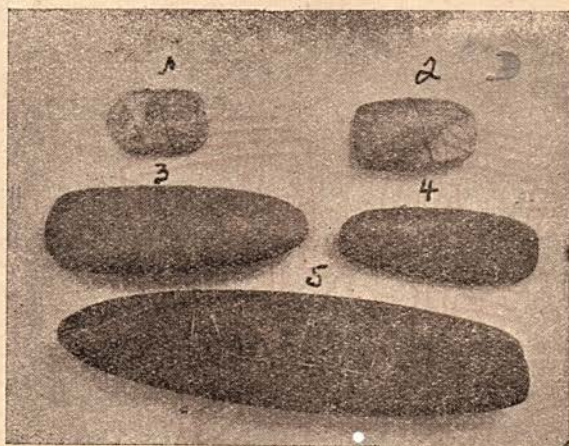
Essas peças por nós recolhidas, muito embora imperfeitamente exploradas, podem ser enfileiradas ao lado das do Pacoval, para estudos ulteriores.

Os seus autores lavraram algo que se pudesse admirar mais tarde, como o fizeram os *Nu Aruak* em Marajó, e não devem ser confundidos, conforme assinala o sabio Neuwried, com aqueles "primitivos habitantes que não deixaram, como as nações Tulteca e Azteca, monumentos que prendessem a atenção dos posterios após milhares de anos: pois a memória do rude *Tapuia* desaparece da terra com o seu corpo desnudo: que seus irmãos confiam à cova, e é indiferente, para as futuras gerações, si um Botocudo ou uma fera viveram, nesse ou naquele lugar".

Vem muito a propósito a opinião abalizada de M. Nadaillac, com referência à cerâmica indígena de certas zonas de nosso país,



Grupo feito quando da visita á Lagôa da Sapucáia



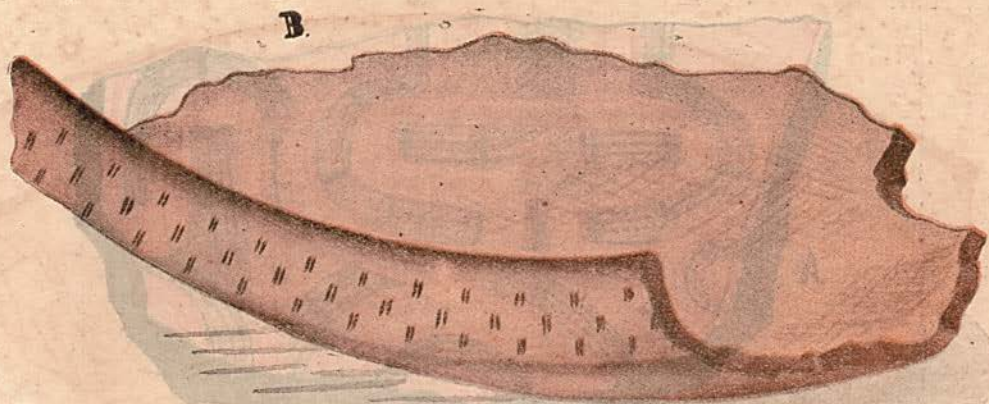
Machados a que se refere o texto

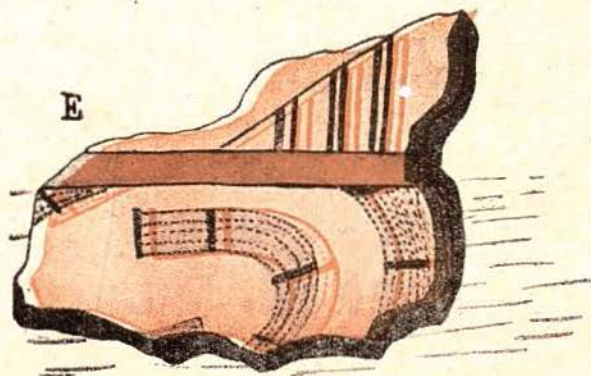
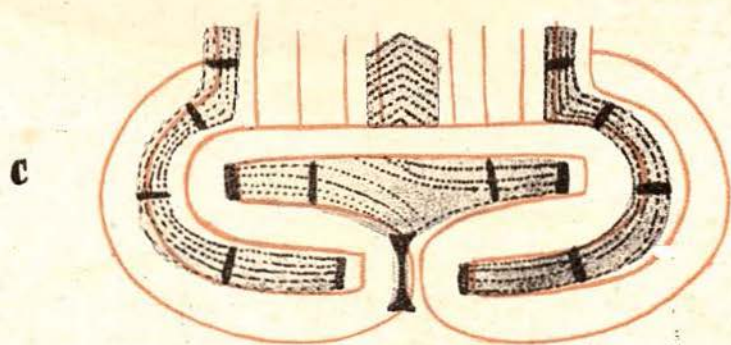
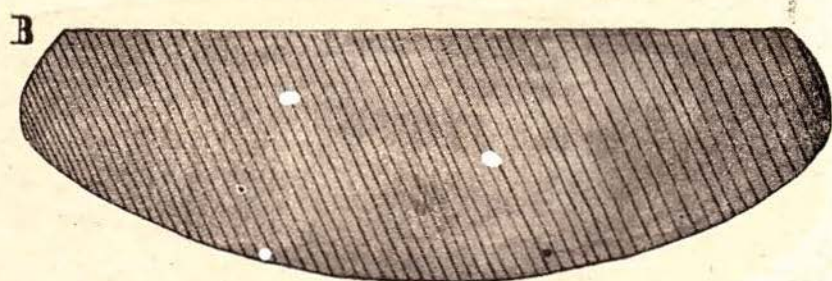
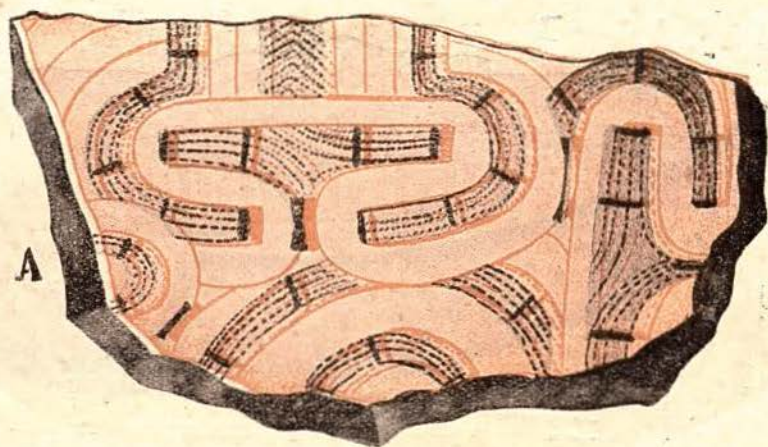
A

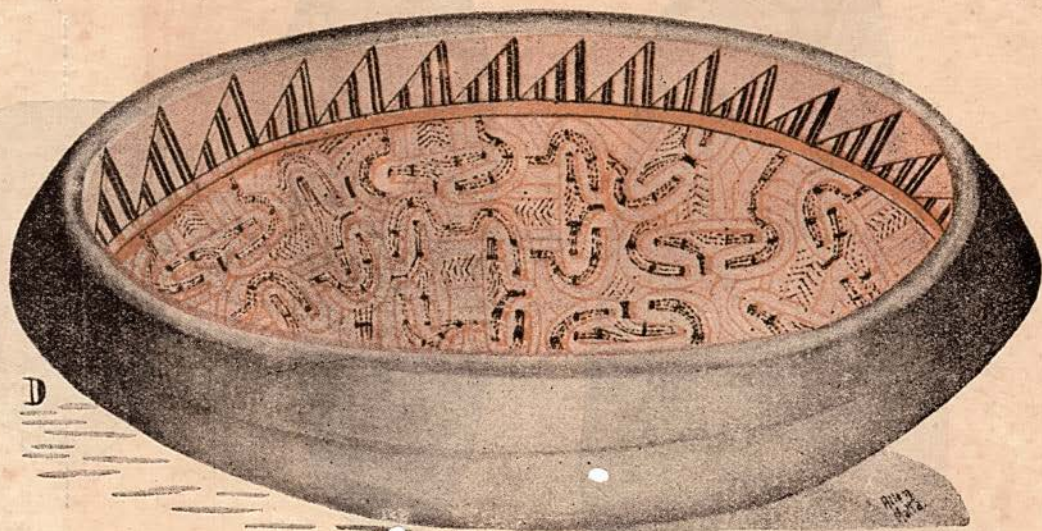


D.







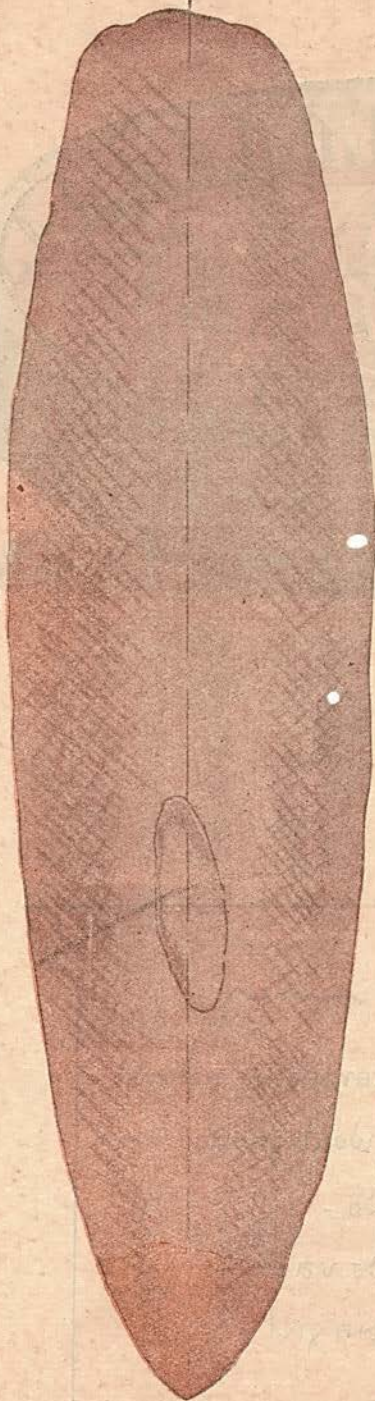


D

Legenda ~ ~ ~

- A - Cópia fiel, caco tamanho natural -
- B - Forma do vaso -(idealização) —
- C - Motivo organizado -
- D - Reconstituição do vaso -
- E - Caco menor -cópia fiel -
- F - Motivo menor -

I



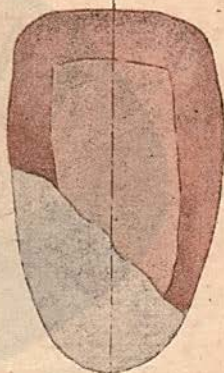
II



III



V



IV



Ele acentua: "O Brasil, a terra mais antiga do globo, era habitada no princípio do século XVI, quando os portugueses o descobriram, pelos Tupinambás, raça conquistadora estabelecida nas costas, e pelos Tapuias, cujo nome significava estrangeiro ou inimigo, que viviam no interior do país... Acabam de descobrir, principalmente nas ilhas de Pacoval, Marajó, e na Taperinha, no rio Tapajós, numerosos fragmentos de vasos de barro... Descobriram um certo número de urnas semelhantes, contendo todos ossos humanos. Por força, devem remontar a tempos afastados, pois que tudo que sabemos do modo de vida dos Tupinambás ou dos Tapuias, em particular de seus ritos funerários, não permite que lhes atribuamos. Se o fabrico de vasilhame remonta, na América, aos primeiros tempos conhecidos até hoje da existência do homem, este fabrico continuará durante longas gerações e o vemos ainda florescente, ao menos no México, no Pará e em alguns *Pueblos* da América Central, na ocasião da chegada dos Espanhóis... O que é mais certo ainda, é que ela (a cerâmica antes do século XV) ultrapassa muito a capacidade dos índios selvagens e nômades, miseráveis herdeiros, não podemos dizer descendentes, das raças civilizadas de mais diferente maneira do que as que a tinham precedido no sólo do novo mundo".

Infelizmente não conseguimos retirar as peças em perfeito estado, e das escavações só pudemos obter fragmentos difíceis de serem reconstituídos.

Da nossa coleção destacamos as seguintes fotografias:

MACHADOS

O de numero 2 é de *iasne branco*, e, fato curioso, essa rocha não se encontra no local nem nas suas proximidades, e quicá no Espírito Santo.

Recalque de alguns fragmentos, tais como gargalos, asas, rebordos de panelas e um amuleto de minério de ferro.

Eles encerram impressões variadas: cuneiformes, lineares, serreadas, etc.

Na asa de um vasilhame vê-se a delicadeza com que fôra desenhada aquela curvilínea.

Nos três fotos seguintes

poderemos acompanhar os detalhes, relativamente perfeitos, desses ceramistas — nossos antecessores da era pré-colombiana.

Somos levados a pensar na arte incáica, cujos motivos ornamentais muito se assemelham aos expostos aqui, e, para melhor orientação dos estudiosos, tivemos o devido cuidado de levantar meticolosamente os seus traços principais.

Para isso estampamos as figuras I, II e III de alguns fragmentos de louça, escolhidos dentre aqueles que se encontram na nossa modesta coleção.

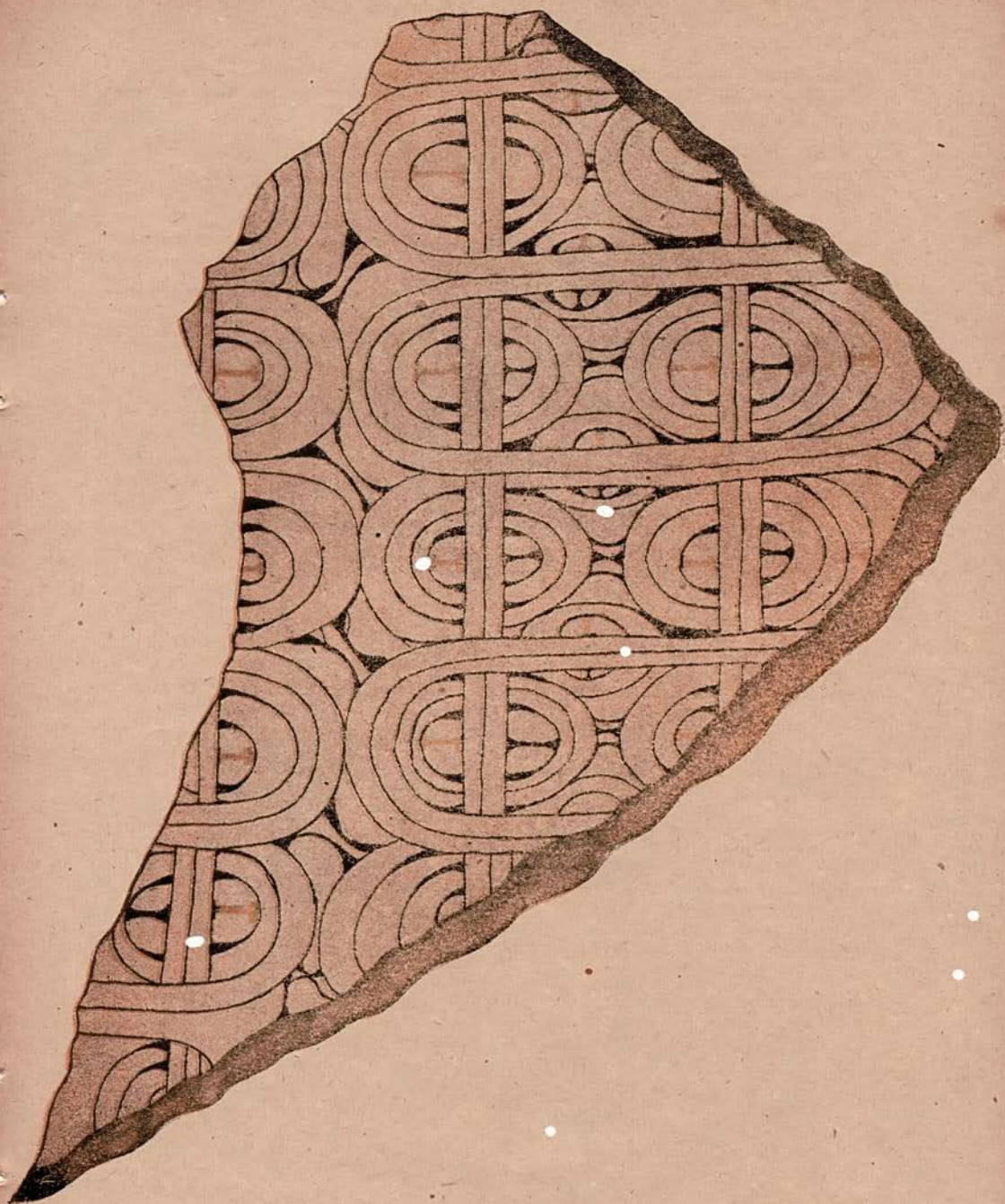
Os motivos dominantes foram fielmente reproduzidos, até nas suas cores naturais, para maior facilidade e melhor apreciação dos arqueólogos especializados.

As estampas coloridas exprimirão por si mesmas, com maior realismo do que a mais perfeita descrição, mormente quando relatadas por quem se considera um neófito nessa ciência tão difícil qual complexa.

Este modesto trabalho não foi executado com outro propósito senão o de oferecer uma pequena e desvaliosa contribuição do nosso querido Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo aos seus congêneres, na expectativa duma acolhida benevola e tolerante.

Quando estávamos concluindo o presente estudo, fomos surpreendidos por uma gratíssima informação: *A descoberta duma estatueta esculpida em arenito, no município de Conceição da Barra, zona vizinha do nosso achado.*

Esse valioso monumento histórico encontra-se em poder do nosso estimado confrade dr. Olinto Couto de Aguirre, que nos promete para breve algo sobre o assunto.





ATIVIDADE CULTURAL DO INSTITUTO NO BIÊNIO 1941-1943

Sr. Presidente:

Dos dados e numeros constantes do Relatório apresentado pela Secretaria Geral sobre a nossa atividade no biênio 1941 — 1943, faço aqui em síntese, algumas considerações, relativas á parte cultural dessas atividades. Os assuntos nelas tratados, discutidos ou resolvidos, sempre revelaram grande elevação e o constante propósito de bem servir aos interesses superiores da nossa Associação.

A enumeração embora rápida e sucinta desses assuntos, melhor do que qualquer cometário, dirá da maneira por que soube se conduzir, nesse período, o nosso Instituto.

Foram questões de ordem histórica, problemas de Geografia e assuntos vários de caráter social, cultural e humanístico.

Nesses 24 meses de atividade ininterrupta, nunca perdemos de vista a defesa do nosso patrimônio histórico e geográfico.

Nesse período, nenhum dos nossos eminentes consócios se deixou quedar indiferente ante as várias questões e os múltiplos problemas que se nos apresentaram.

Assim é que, no que tange aos nossos estudos propriamente ditos, retificamos a denominação do morro denominado "Pela-macaco"; lançamos as bases gerais para a feitura da História do Espírito Santo; estudamos a ilha da Trindade; examinamos o nosso sistema orográfico; lembramos o Espírito Santo seiscentista; buscamos subsídios para a história do carro de bois e a sua influência em nosso desenvolvimento econômico; investigamos a nossa formação etnográfica; estudamos a nossa colonização estrangeira; analisamos o projeto de redivisão territorial do Brasil; registramos a passagem dos centenários da instituição do selo postal e do sistema métrico; estudamos a nossa estatística administrativa; defendemos a memória de Vasco Coutinho e vários outros assuntos de palpitante interesse para a nossa história e as nossas tradições.

Mas a nossa atividade não se limitou ao estudo dessas questões de ordem especulativa.

As nossas grandes datas históricas, as nossas mais evocativas efemérides, foram lembradas e reverenciadas.

Os fatos e acontecimentos memoráveis que interessaram a vida pública nacional tiveram também intensa repercussão em nossa Casa.

Assim é que não nos passou despercebida a epopéa magnífica daqueles humildes jagadeiros nordestinos, na arrojada e perigosa travessia a que se lançaram.

Ao sr. Presidente da República levamos também a expressão de nossa solidariedade, pela firmeza e desassombro com que soube desagravar a hora nacional do insólito ataque á nossa soberania.

Também não nos esqueçamos de prestar a homenagem do nosso registro aos fatos que interessaram em particular a vida do nosso Estado.

A inauguração da Escola Prática de Agricultura, a constituição da companhia Vale do Rio Doce e tantos outros foram aqui lembrados como acontecimentos de grande significação para o futuro de nossa terra e de nossa gente.

Todos aqueles que directa ou indirectamente concorreram com a sua intelligencia e seus estudos para o augmento de nosso patrimonio cultural, mereceram do mesmo modo a nossa attenção e o nosso louvor.

As atas dos nossos trabalhos estão cheias de votos de aplausos e estímulo aos que se distinguiram nessas actividades.

Não podemos olvidar igualmente, nesse rápido apanhado as preciosas ofertas que recebemos de associados e amigos cultores da nossa historia.

É de justiça salientar aqui, entre outros, a planta da célebre Gruta do Limoeiro, oferecida pelo nosso illustre companheiro Dr. Ol'inho Couto de Aguirre, incansável garimpeiro das nossas jóias históricas; o estudo sobre as nossas Orquídeas, magnifico presente da nossa eminente conterranea e naturalista brasileira, Profa. D. Stéla Novais; a grande photographia do cabôco Bernardes, o herói humilde que nunca exaltaremos bastante, oferecida pelo dr. Clodoaldo Falcão, estudioso do nosso passado; os originaes do livro "*Fatos da História do Espírito Santo*", excelente estudo de eminente consócio Dr. Mário Aristides Freire, que pela sua dedicação e amor ás cousas da nossa terra, já se impôs como um dos nossos mais autorizados historiadores; a "Cruz de Muribéca" episódio lendário da auréola do grande e saudoso Pessanha Póvoa, oferecido pelo nosso illustrado companheiro dr. Almir Gonçalves e ainda e por último, preciosos mapas e plantas antigas de trechos de nossa bacia, em magnificas reproduções, oferecidos pelo Major João Punaro Bley, além de outros igualmente valiosos offerecimentos.

Prestamos ainda o culto do nosso respeito e da nossa veneração á memoria dos que se foram.

Arquímimo Matos, Carlos Sá, Batalha Ribeiro, Freitas Barbosa, Melo Franco, Agustin Justo, José Joaquim Seébra e Max Fleiss receberam no nosso Instituto as homenagens a que tinham direito, pelo seu saber e pelos seus serviços.

Junto á Prefeitura desta Capital pleiteamos para um dos nossos associados, uma homenagem especial.

Foi o titulo de cidadão capichaba para o Major João Punaro Bley, ex-interventor federal. Esse titulo lhe foi entregue em sessão extraordinária que realisamos no próprio Palácio do Governo. Foi interprete do Instituto, o eminente consócio Dr. Antonio Francisco de Athayde que soube, com o brilho de sempre, exaltar o sentido daquella preito de gratidão ao eminente homem público.

O Prefeito Municipal, dr. Américo Monjardim dignou-se, ele próprio, ler, na ocasião, o decreto que concedia aquele título honorífico ao ex-Interventor.

Com esse rápido apanhado do que conseguimos fazer no biênio que hoje finda, queremos deixar a homenagem do nosso respeito a todos aqueles que ha 27 anos atrás, numa sala do então Congresso Legislativo, se reuniram para fundar o Instituto Histórico.

Quiz a Providência que um quarto de século depois ainda pudessemos ter a ventura de ver ao nosso lado, o Presidente e o Secretário daquela memorável sessão realizada a 12 de Junho de 1916.

Foram eles os drs. Antonio Francisco de Athayde e Arthur Lourenço de Araujo Primo.

Por uma notavel e feliz coincidência aquele continuou a ser o nosso Presidente de honra e este assume hoje a presidencia efetiva da Casa a que tanto tem servido e honrado.

Vitória, 12 de Junho de 1943.

EURÍPEDES QUEIRÓZ DO VALLE

Secretário Geral

A ORDEM DE SÃO BENTO NA CAPITANIA DO ESPIRITO SANTO

D. CLEMENTE MARIA DA SILVA NIGRA — O. S. B.

Arquivista-mór

Não estou suficientemente ao par dos estudos publicados sobre a antiga Capitania do Espírito Santo. Não me acho, pois, em condições de afirmar categoricamente que o fato da existência, primeiro em Vila-Velha e depois em Vila-Nova da Vitória, de um cenóbio beneditino, tenha passado despercebido a todos os escritores, até hoje interessados nos assuntos históricos deste importante Estado do Brasil: Em todo caso, posso dizer que os documentos e as referências, relativos a este particular, parecem ser bastante escassos.

Tal silêncio da parte dos historiadores é facilmente explicável; pois a curta permanência dos monges beneditinos nessa Capitania, bem como o caráter imanente ou contemplativo de sua instituição, não lhes permitiram deixar vestígios de importância histórica na célebre terra dos emboabas.

Eis porque, de tanto maior interesse julgo as indicações do DIETÁRIO (1), compilado pelo abnegado monge carioca Frei Paulo da Con-

1) "In singulis monasteriis fiat liber, qui dicatur Dietarius. In priori parte illius exarentur quae in Monasterio acciderint, Abbates illius, et alia notatu digna. In posteriori parte scribantur vitae et obitus Monachorum qui ibi obierint".

"Institua-se em cada mosteiro um livro, intitulado **Dietário**. Anote-se em sua primeira parte o que ocorrer no mosteiro, quais os abades do mesmo, e outros fatos dignos de nota. Na segunda parte descrevam-se as vidas e mortes dos monges aí falecidos". **Constitutiones Monachorum Nigrorum Ordinis Portugalliae** Coimbra 1629, pág. 171, n.º 79.

ceição (2), e os poucos documentos originaes, conservados no arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

A primeira parte, que no precioso manuscrito inédito occupa as páginas 442-448, foi reunida, estudada e escrita no anno de 1774, e é do seguinte teor:

2) "O centesimo sexagesimo Settimo Monge falecido nesta caza, foi o M. R. P. Pr. Fr. Paulo da Conceição. Era natural desta cid. e filho de pais nobres, ericos. Neste Mostr.^o tomou nosso S. Habito, sendo ainda Pupillo, e foi noviciario no Mostr.^o da Ba., onde chegou no 1.^o de Mayo de 1748; sendo D. Abbe. o N. Rmo. P. Me. Ex. Proval. o Dor. Fr. Matheos da Encarnação Pinna, e Proval. o N. Rmo. P. Pr. Fr. Ant.^o da Lux. Fez a profissão, foi mudado pa. este Mostr.^o, onde se ordenou, eouvio (curso de Artes, e Theologia, q. leu o N. Ro. Pe. Me. Dor. Fr. Manoel de Sampayo. Tendo b.a. capacid.^o pa. as letras, não podia fazer nellas a applicação, q. convinha, pr. lhe sobrevir molestia ao peito; assim mesmo completou o seu Collegio, e fez actos de Pregador, Servio quasi 9 annos a occupação de Procurador das cazas com seu costumado zelo, e activid.. Reduzio a melhor forma a Archivo deste Mostr.^o, descobrindo monumentos bem antigos, pa. q. tinha especial genio, e fazendo-os legiveis com asua boa letra. Compoz denovo, e com melhormethodo, o Dietario dos Monges falecidos, e governo dos D. D. Abbes. deste Mostr.^o, e não obstante as suas continuadas enfermids. não perdia tempo em utilid. do Mostr.^o Em attenção aos seus merecmtos o elegeo a Congm.^a em Procr.^o G.^{al} da Prov.^a neste Mostr.^o no anno de 1772, em cujo emprego elle se encarregou das cauzas do Mostr.^o q. tiveram então h. grande adiantam.^o, ealg. sentenças a favor, pr. effeito da sua dilig.^a. Na Junta futura de 1777 foi eleito Definidor 2.^o, eqd.^o se dispunha a partir p.^a a B.^a foi acommettido de h. enfermida., q. fez acabar seus dias com todos os Sacramtos., a 26 de Março de 1778, não contando ainda 50 annos de idade, sendo a 1.^a vez D. Abbe N. Rmo. P. Ex. Proval. Fr. Lourenço da Expectação Valadares". Dietário pags. 355-356; e Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, 1927, pags. 200-201.

NOTÍCIAS VERDADEIRAS DO MOSTEIRO Q.

teve anosa Província na Villa Velha, da Capitania do Espírito Santo, edas terras que ainda lá posue amesma Província compose ate oprezente; extrahidas dos titulos, edocumentos judiciais, que se conservão no Arquivo do Mosteiro do Rio de Janeiro, escritas pelo Pe. Pregr. Fr. Paulo da Conceição.

Nesta Província sabião todos que na Capitania do Espírito Santo teve anosa religião hum Mosteiro, eque ainda existião por tradisaõ equem mais seocupava em indagar averdade, nada alcansava com certeza por falta dehua recopilasaõ. No Arquivo deste Mosteiro seachão documentos etodos ostitulos deque sefaz mensaõ nestas memorias, e são como sesequem.

1

Consta da
Sesmaria
do n.º 3.º

No anno de 1589 foraõ da Bahia os dois Monges o Pe. Fr. Damião daFonceca, eo Irmão Fr. Bazilio fundar hum Mosteiro na Villa Velha da Capitania do Espírito Santo; e sendo bem recebidos naquella Villa seospedaraõ emcaza de D. Luiza Grimalda, Capitoã, e Governadora dela.

2

Sesmaria

Em 25 de Julho de 1591 ja o Padre Fr. Damião daFonceca com, Prior do Mosteiro deS. Bento da Villa Velha, pertendeo fundar outro Mosteiro na Villanova da Vitoria, concedendo-lhe aCamera huma sorte deterras na dita Villa junto as cazas de Gaspar Fernandes contra afonte do Conselho do caminho para cpe deterra, asquaes fosem bastantes enecesarias para cerca eMosteiro com suas claus-
tras

tras. Enosso despacho dizem os Senadores que ales tem pormerce de Deos particular querer o Bemaventurado S. Bento conselhos religiosos estar pegado com nosco.

3

Em 24 de Maio de 1594 pediu o Ir. Fr. Bazilio e lhe foi dada por sesmaria pela dita D. Luiza Grimalda Capitoã, egovernadora com o seu adjunto Miguel deAzevedo huma Ilha namesma Villa Velha que fora da d.^a Senhora, e estava no Campo. Nasua petição diz o dito Irmão que ele foi com o Padre Fr. Damião em 1589 edificar o Mosteiro nadita villa tendo já caza que foi dadita D. Luiza.

Sesmaria

4

Em Janeiro de 1605 estavaõ depose os Monges daquela caza de huma sorte de terras nadita Villa do Espírito Santo com duas mil brasas de comprido no lugar chamado da BoaVista, deichadas aos Padres, por Leonor de Mendonsa viuva de Gaspar Fernandes, aquem foraõ dadas por sesmaria pelo Governador Vasco Fernandes Coutinho em 23 de Fevereiro de 1576.

Petição dos
Pe.^{es} com o
treslado
da Sesma-
ria

5

Izabel Fernandes D. Viuva fez doação aeste Mosteiro e Padres dele de huma porção de terras na Villa daVitoria por escritura de 8 de Outubro de 1605 com acondisaõ de que acaza de S. Bento senão desmanchase, mas antes fosse por diante; edo contrario lhe tornaria a pertencer adita terra.

Escritura

6

Sendo Provincial o Padre Pregr. Fr. Ruperto de Jesus

Escritura

testamento
dos doadores

zus, avendo que os Monges por falta desubsistencia, epela pobreza da terra tinhamo dezemparado o Mosteiro haviam ja alguns annos, equenao se podiao facilmente conservar os poucos bens que existiao, resolveo entregar a Igreja com as suas alfaia, que ainda heraõ ornamentos, calis e hum sino com os chaõs aela pertensentes, easim mais huma sorte deterras na ponta da Boavista, eoutra junto do Riogioeu no Campo da Villa Velha; os chaõs que tinha na Villa Velha e hum curral degado com dez vacas hum touro, equatro crias, ao Prelado administrador desta Diocezi Matheos da Costa Aborim, com as condisoens deque sempre a Igreja conservaria ainvocação de S. Bento; eque o sacerdote administrador dela curia, ou faria dizer em cada mez detodos os annos huma missa pela alma da Mendonça, eseo marido Leonor de Mendonça, e Gaspar Fernandes, como seve dosseos testamentos que seguardavao naquella Mosteiro/Esediria tambem missa naquella Igreja nos dous dias de SBento a 21 de Março e 11 de Julho; e que não poderiaõ os ordinarios dar esta Igreja aoutra qualquer religião eaternariaõ entregar no caso que os Monges notempo futuro, pudesem reedificar o Mosteiro. E esta renuncia compozisão, econtrato se fez escritura de 1615 assinando nela o dito Prelado administrador Matheos da Costa Aborim, omesmo Padre Provincial Fr. Ruperto de Jezus, eo Padre Fr. Bernardino de Oliveira D. Abbadẽ deste Mosteiro do Rio, sendo testemunhas o Pe. Martim Frz. Vigario da Sé Matris desta Cidade, e Manoel Cabral.

7

Varias cartas de Bt.^o de Moura

Desde o anno de 1732 por diante hum Bento de Moura morador na Vila da Vitoria por duvidas que teve com outros vizinhos por nome Dionizio Francisco, e Joze

Joze Dias sobre hums chaões vindidos pelo Capitão Belchior Rangel, entrou na diligência de indagar as terras pertencentes a S. Bento; e avizou ao D. Abbade do Rio 3) que os Velhos e antigos daquella Capitania tinham por tradição serem aquellas terras de S. Bento e que no arrabalde da Villa nova se achava hum sitio no qual hove húa ermida de S. Bento, e que ainda se viaõ vestígios dela; rogando juntamente que lhe mandasse ostitulos para asyendericar a procuração, e que lhe arendassem as terras para assuas lavours de algodão. Eno anno de 1733 deo noticia da Ilha situada nos Campos da Villa Velha do Espirito Santo que pertencia tambem a S. Bento. O Padre D. Abbe. Fr. Manoel da Cruz, e Conceição lhe mandou ostitulos, e documentos com procuração bastante, e com ela arendou o mesmo Bento de Moura a hum Manoel Ferreira dos Santos a Ilha situada nos Campos da Villa do Espirito Santo por tempo de nove annos pagando em cada hum aquantia de 1600 (4) e foi pasado o arendamento em 2 de Fevereiro de 1734. (5) Eno Arquivo deste Mosteiro se conserva hum arendamento de Mateus de Almeida pasado aos 30 de Maio de 1682 (6) da Ilha chamada Arasatiba por tempo de tres annos com a compensação de duas galinhas em cada hum anno aos Padres de S. Francisco, o qual está cotado por fora pelo Padre Fr. Bernardo de S. Bento procurador do Mosteiro naquelle tempo. E deste arendamento antigo se conhece que sempre se conservou apose daquellas terras.

Arendam.^o
de Manoel
Ferreirados
Santos.

Arendam.^o
de Mateus
de Almeida

8

Em 1739 avizou o Padre Vigario da Villa da Victoria João Trancozo de Lira (7) o Padre Mestre Fr. João do Rozario, que achava por tradição, que houve naquella Villa hum Igreja de S. Bento em hum oiteiro narua da Varge, da qual ainda se viaõ os vestígios: e que nasua Igreja estava ain-
da

Carta do
dito Vigario

- 3) Doc. n.º 6, de 15-12-1732;
Doc. n.º 8, de 15-2-1733;
Doc. n.º 9, de 3-7-1733;
- 4) Doc. n.º 10, de 16-2-1734;
- 5) Doc. n.º 12;
- 6) Doc. n.º 5;
- 7) Doc. n.º 13, de 23-11-1739;

da huma imagem de S. Amaro com a tra-
dição deque fora da Igreja de S. Bento.
E confirma a noticia deser de S. Bento a Ilha
situada na Villa Velha; e que nela estava o Mosteiro
em húa Ilhota junto a Villa, aqual Ilha sempre esti-
vera arrendada com licença e autoridade dos procura-
dores da Religião.

9

Certidão
do termo e
protesto pe-
dido por
Dionizio
Francisco
Frade.

O Padre Gonsalo Pacheco coadjutor da fregue-
zia da Villa da Vitoria, como procurador, e adminis-
trador das terras dos religiosos de S. Bento que mos-
trou ser, requereu no Acto de Vestoria que se fez en-
tre Antonio da Silveira, e os herdeiros do defunto Si-
maão Ferreira, que se não devia continuar a encor-
doação deserta paragem por diante por serem per-
tencentes aos Religiosos de S. Bento, no qual reque-
rimento comveio o Autor, e assim se determinou pelo
Ouvidor Geral Bernardino Falção de Govea em 30
de Maio de 1752 protestando o dito Padre coadjutor
não prejudicar aos seus constituintes no consen-
timento que dava dada a encordoação.

10

Carta de
Excomun-
hão com
certidão
do Parrocho

Dionizio Francisco Frade, sindaco da Caza da ter-
ra Santa na Villa da Vitoria, como procurador, e ad-
ministrador das terras de S. Bento pelos religiosos
e moleres da dita caza fez publicar pelo Reverendo
Vigario da dita Villa o Padre Vicente de Souza e Oli-
veira no anno de 1755 huma Paulina que o Mosteiro
do Rio de Janeiro alcançou do S. Pe. Clemente 12.^o
em o primeiro de Julho de 1733 no terço anno do seu
Pontificado; aqual sendo justificada, aprovada e jul-
gada por sentença em 21 de Março de 1736 pelo Doutor
Provor Gaspar Gonsalves de Araujo, e requerida a sua
execução ao Dor. Luis Da Silva Borges Oliveira
Pro.

Provizor, eGovernador do Bispado pelo Excelentissimo eReverentissimo D.Fr. Antonio do Des-terro, assim omandou por sua provizaõ de 24 de Janeiro de1755 para efeito desedescobrir asterras que tivemos naquela Villa; asquaes por deichadas setinhaõ perdido. Porem desta deligencia não consi-que sedescobrisem mais terras.

11

Os Religiozos da Terra Santa pediraõ ao Reverendissimo Padre Provincial Fr. Calisto deS. Caetano licença para fundarem hum hospicio nas terras daquela Capitania que lhe folconcedida por seo despacho dado no Rio de Janeiro aos 19 de Junho de 1755 dando-lhe licença com acondisaõ de tornar os chaõs para anosa Religiaõ se eles dezertarem oterreno pagando-se-lhe as bemfeitorias. Edepois pediu Fr. João da Vitoria como proçurador, e esmoler da Terra Santa adoasão do terreno ao Pe. D. Abbade da Bahia o Reverendissimo Fr. Antonio daLuz, oqual com consentimento dasua Comunidade deo o despacho deque pasariaõ arendamento noslivros doseo Mosteiro com apensaõ dehum frango todos os annos e de agazalhar os Monges que por ali tranzitarem. Este despacho foi dado aos 24 de Abril de1756, eo confirmou omesmo Reverendissimo Provincial Fr. Calisto deS. Caetano por seo despacho dado no Mosteiro da Grasa aos 28 deAbril de1756; Estes religiozos esmoleres tem conservado odominio dealguas terras naquele continente pasando arendamentos avias pessoas, ecobrando delas osforos desde edito tempo ate oprezente anno 1774. *)

*) Consta dolivro em q. se recebem os arendamentos do Mostr.^o que estes religiozos tem pago apensaõ do frango ate oditoanno de1774. Eo Padre Guardião do Convento deN. Senr.^a daPenha com licença dos Reverendisimos Provinciaes anteactos actualmte. cobra pelo seo sindico aquantia, eforo de sinco patacas todos osannos dehum Manoel Baptista. 8)

Estes despachos temos Religiozos esmoleres aquem se restituirão nomez de outubro de 1773

Varios arendamt.^o pasaraõ os arendata-rios aoSindico q tam- bem seen-pegaraõ

8) Doc. n.º 14, de 19-11-1769.

No mez de Dezembro de 1772 indo o Padre Fr. Francisco de Santa Anna natural de Braga, e Conventual então deste Mosteiro do Rio aquella Capitania por ordem do Senhor Marquez do Lavradio Vice-Rei do Estado, e Governador desta Cidade; sem autoridade alguma dosseos Prelados fez passar novos arrendamentos pelos foreiros; edeles consta que importavaõ annualmente cinco mil reis os foros das terras de que estavaõ depose os religiosos esmoleres da Terra Santa; e ofizeraõ sem contradisaõ depesoa alguma como sinal dereconhecimento danosa pose edomínio; etrouse juntamente otreslado dostitulos, edocumentos que nestas noticias seapontaõ dos quaes estaõ no Arquivo Originalaes por onde setrasladaraõ. Eporque o Padre D. Abbade Fr. Vicente Jozé de Santa Catharina vise que este Padre tinha obrado asim dispoticamente fez entregar osdocumentos que pertenciaõ aos religiosos esmoleres da Terra Santa conservando-os nasua antiga pose".

Até aqui a relação do infatigável e consciencioso arquivista Frei Paulo da Conceição. Ultimamente tive a felicidade de encontrar no arquivo do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro seis cartas do mencionado Bento de Moura de 1732 a 1736 — Docs. ns. 6-11; assim como os originais do arrendamento de Mateus de Almeida de 30 de maio de 1682 — Doc. n. 5; e o de Manoel Ferreira dos Santos de 2 de fevereiro de 1733 — Doc. n. 12 (destes papeis Frei Paulo da Conceição fala no parágrafo 7); encontrei ainda a carta do Vigário da Vila da Vitória, Padre João Trancoso de Lira, de 28 de novembro de 1739 — Doc. n. 13 (do parágrafo 8); e finalmente um certificado de pagamento de foro — Doc. n. 14 (de que trata o parágrafo 11), assinado pelo Padre Guardião da Penha, Frei Francisco da Conceição Ribeiro, aos 19 de novembro de 1769. Estou plenamente convencido de que, no decorrer da nova organização daquêle arquivo, já três vezes secular, aparecerão os outros documentos todos dos quaes Frei Paulo da Conceição nos deixou sucinta exposição.

Também há pouco tempo, consegui uma cópia da sessão da Junta Capitular, convocada no mosteiro de Pombeiro, aos 26 de agosto de 1596, pelo abade geral da Ordem de São Bento de Portugal e seus Reinos, Frei Baltasar de Braga, na qual todos os mosteiros brasileiros foram reunidos em Província própria com sede na Baía; a respeito da capitania do Espírito Santo, determinou-se o seguinte: "ordenamos q. a Casa de Nossa Senhora da Conceição da Capitania do Espt.^o Santo emqt.^o não passar de cinco religiosos seja priorado do Mosteiro que está no Rio de Janeiro". Depara-se por este documento que o título do mosteiro de São Bento dessa Capitania era propriamente de Nossa Senhora da Conceição!

Querendo dar publicidade aos documentos descobertos no arquivo do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro tenho ante: de observar que, infelizmente, a traça reduziu grande parte deles a quase illegibilidade e completa ruína; motivo pelo qual a sua reprodução há-de ser muito imperfeita. Convém notar que o número no cabeçalho de cada documento corresponde à actual ordem do arquivo, há pouco tempo iniciada.

Doc. n.º 5
30 — 5 — 1682

Indicado pelo arquivista P. Pregador Frei Paulo da Conceição no DIETÁRIO, pg. 445, § 7; consta apenas de uma folha de 15,7 x 21,6 cms.; de oito linhas escritas e mais a assinatura; extremamente rota, e apenas com o auxílio da indicação de Frei Paulo da Conceição se consegue ler o seguinte:

"Digoo eu Matheus dalmeida que eu de S. bento huma/
ilha chamada Arasatiba pes Capnia do Esptosanto/
..... outra ilha por espaso de tres annos de que pag/
cada hú anno duas galinhas as quaes deixadas por esmola offer/
..... sao francisco obrigado depagar todas/
asuezes que com pocurasao assim/
na uilla de parrim escrito eassinado oie trinta de maio/
de 1682^a."

Matheus dalmeida."

No verso se lê a nota importante, feita pela mão do grande arquivista e arquiteto Frei Bernardo de São Bento Correa de Souza 9);

"Arendamt.º de hua Ilha quetemos no Espt.º Santo, he capaz de
100 Vacas opasto que tem esta huallegoa da V.ª uelha
A 53 anno q. sefez arrendamento
1682"

9) "O quadragésimo citavo Monge falecido foi o Pe. Fr. Bernardo de S. Bento nascido em Portugal, eprofeso nesta Caza. Chamouse no seculo João Correa de Souza, enesta Cidade viveo alguns annos no estado decazado, decujo matrimonio teve dous filhos que foraõ o N. P. ex-Provincial e D. r. Jub. Fr. Joze da Natividade, e o Pe. Fr. Fructuozo da Conceição. Depois deviuvo tendo quarenta e quatro annos deidade serecolheo aeste Mosteiro eneile vestio a Cogula em 22 de Maio de 1668 sendo provincial o Dor. Fr. Francisco da Vizitasaõ e D. Abbade o N. Pe. Fr. Antonio da Trindade.

Logo que profesou, ainda antes deser sacerdote fizeraõ mordomo, procurador, emestre das obras; enestes officios o conservaraõ toda avida, naõ obstante osseos annos, as suas molestias eoser pezado do corpo por muito gorto. Este Monge verdadeiramente foi obemfeitor desta caza depois dos seus primeiros fundadores. Nenhum ategora trabalhou tanto como elle com mais zelo, com mais fidelidade, ecom mais intelligencia. A sua grande capacidade atingo atudo; eatudo acudio com omaior disvelo. Omenos que fez foraõ as excellentes obras da Ladeira, epateo, tribunas, capelas, ferro da Igreja eda Capela mor; deixando disposta aplanata do Mosteiro cdara, leceo denovo huma caza, eoficina debotica que conservando se alguns annos ja naõ existe. O que mais sedeve ao seo zelo, foi ocuidado q. teve do Arquivo, edestinta para a sua execucao, aqual depois se perdeo, econsumio. Estabe. reduzindo-o amelhor forma eclareza. Indagou, eajuntou todos os titulos dopatrimonio; fez medisoens edemarcaoens; reveindicou algumas terras, echaõs

Doc. n.º 6
15 — 12 — 1732

Carta de Bento de Moura ao D. Abbade do Rio de Janeiro; indicada no DIETÁRIO, pg. 444, § 7; consta de uma folha dupla de 30,7 x 21,2 cm.; sendo apenas escrita a primeira página; papel muito rauto e a tinta bastante apagada.

"M.R.Sor. Nesta V.^a de N.Sr.^a da Vit.^a Capi.^a do Espt.^o St.^o e ca he hũ sitio ou aribalde della, en que ouve hũa Ermida chamada de S. Bento que suponho q. pertence a terra circonvizinha a d.^a Ermida que foy, pois seachão vezstigios della, a essa Religiao e como se esteja laurando nella e me parece que algumas cazas que sequerem fazer, avizo a V. R.^{ma}. p.^a que a vista da Sesmaria ou doação que na Religiao tenha dos donatarios q. foraõ desta d.^a Capi.^a vaõ tomando posse do que não he de que sequerem fazer Snr.^o porq. vendendome o defunto Cap.^{ao} Belchior Rangel de Souza huns Chans e sitios abaixo da dt.^a, ermida q.^e foy, e sahindo hũ m.^{or} 10) desta V.^a chamado Dionizio Franc.^o dizendo q. o d.^o Rangel lhy tinha ja vendidos logo disisty da demanda porq. enformado dos Velhos desta terra, me dizeraõ pertenciaõ os ditos chans a V.R.^{ma}. e que o d.^o Rangel os não podia vender, e nelles depressa querem fazer cazas; procurey a Sesmaria ou doação de V.R.^{ma}. pessoa de quẽ vendeo me disse nen taõ pouco nen taõ pouco os procuradores que nesta dt.^a Capi.^a aviao dessa Religiao, já não vallem as Procurasõins; V.R.^{ma}. fassa neste particullar oque lhe pareser que eu não faltarei en obedecer e servir a V.R.^{ma}. que Deus mt.^o. annos gude. Vit.^a 15 de Dezbr.^o de 1732.

De V. R.^{ma}.

Mt.^o R.P.Fr.D.Abbade

mt.^o serv.^{or}

Bento de Moura"

de que já senão sabia oseo principio. Nada teria hoje o Mosteiro com clareza, se este Padre não deixasse por escrito da sua letra hum livro que serve de Index do Cartorio: e este foi oseo maior serviso. Ja carregado de annos, emercimentos foi acometido do mal da Bicha, ede huma apoplexia que omatou em 27 de Abril de 1693, efoi sepultado debaixo dapia que está na caza antes da Sachristia sendo D. Abbade o N. Pe. Me. Dor. Fr. Cristovão da Luz". DIETÁRIO, pags. 240-241; e Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1927, pag. 141.

Dentro em breve o autor deste trabalho publicará um estudo especial sobre a atividade do monge-arquiteto Fr. Bernardo de S. Bento Corrêa de Souza, 1668 — 1693.

10) morador.

Doc. n.º 7
12 — 2 — 1733

Carta de Bento de Moura a Franc.º Paiva a respeito da igreja e terras de S. Bento; consta de uma pequena folha dupla de 21,7 x 15,6 ctms.; sendo escrita apenas a primeira página; papel bastante roto e a tinta quasi apagada.

"Ilus. Sor. En dias pasados escrevi a V^{me}. elhe manifestei qto.º estimo as boas novas que sempre mederao da sua boa disposicao e como se me offrecesse hu neg. nessa Cide. o qual so de V^{me}. officio pello seu grde. prestimo q. tem sempre de servir a am... lhe recomendei oque agora lhe a fazer a mesma recommendacao que estimara V^{me}. me negociara o aforamto.º das terras que os relligiosos Bentos tem nesta V.^a da Vitr.^a Conde tiverao hua Igreja chamada de S. Bento pello tempo que o D. Abbade quizer o arendamto.º limitado com condicao de que de me faze vir autentico treslado da sesmaria ou doacao que os donatarics lhes fizerao poucos annos antes de 133 a esta pte. que supponho nao lhe custara mt.º alcansar porq. como hu Dionizio Franc.º e Joseph Dias lhe tem tomado com o pretexto deque sao suas que como os dt.º. relligiosos nao tem hu procd.ºr nem clareza algua dellas nao lhe teinho ao aposlarense dellas; fio em V^{me}. me fasa esta deligencia porq. tenho empenho eu ser por parte dosmesmos relligiosos procd.ºr tenho tido mais dezabores com aquelles. sugeitos asima por dizerem, sao suas e nao dizer sao de Sao Bento. fico p.^a servir a V^{me}. que Deus gde. mt.º. annos/

Vitr.^a 12 de Fevr.º de 1733

De V^{me}.

Il. Sr. Frc.º Payva

mt.º am.º

Bento de Moura

Doc. n.º 8
15 — 2 — 1733

Carta de Bento de Moura, a D. Abade do Rio de J. indicado no DIETÁRIO, pg. 444, § 7; consta de uma folha dupla de 31,7 x 21,5 ctms. sendo apenas escrita a primeira página; papel bastante roto, e tinta muito apagada.

"M. Il. Sr. Poucos annos antes de 133 aesta parte, foy dado por doação ou Sismaria a Vossa Sagrada Religião hum sitio nesta V.^a de N. Sr.^a da Vitr.^a donde se fez húa Igreja na Villa velha S. Bento que hoje somte. se achão os vestigios della e húa Ilha nos Campos da V.^a do Espt.^o Santo de húa outra couza por falta de diligencia setem senhoriado varios mre.^s desta V.^a lavrando as como couza sua e propria e como h nas portas no sertão tera a vir... mt.^o nellas e V.^a R.^{ma}. vailerse do que ha Minas porq. nas terras se igreja e mta.^s cazas la que fizeraõ podem pagar foro, e em Ilha algua lavoura e gado pellos Campos irem largar Faço este avizo a V.^a R.^{ma}. porque nas Ilhas tem querem fazer cazas, aesta Sagrada religião porque faltaõ as clarezas necesar.^{as}. Fico sempre a servir a V.^a R.^{ma}. que Deus mto.^s annos gde

Vitr.^a 15 de Fevr.^o de 1733.

De V.^a R.^{ma}.

M. Rd.^o P. M.^e e D.^{or} Fr. D. Abbade

Mt.^o Servd.^{or}

Bento de Moura"

Doc. n.º 9
3 — 7 — 1733

Carta de Bento de Moura a D. Abade do Rio de Janr.º indicada no DIETÁRIO, pg. 444, § 7; consta de uma folha dupla de 31 x 21,5 ctms., sendo escritas as duas primeiras páginas; tinta boa, mas papel muito roto.

1.ª pág.

"M. Rd.º Sr. Ao antecessor de V.ª R.ª. escreuy en Sagrada Relligião posuhia por doasoins, ou sismarias passadas antes de 133 annos a esta parte nesta V.ª da Vit.ª de hũ sitio honde ouve hũa Ermiça do Patriarcha S. Bento e outra na V.ª do Espt.º Santo tambeñ, onde teve outra ermida, e hũa Ilha nos Campos da mesma V.ª que mais com as novas minas de ouro, que setem descuberto nesta Capi.ª podera ter porq. na Ilha e Campos se pode morar como la morou pessoa que tinha lavou-ras e criava gado, no sitio da V.ª do Espt.º Santo se pode fazer hũa Ermiça, que me parece q. a ouve já, ou arendar a terra, a mre.ª p.ª fazerem Cazas como nelle estaõ morando con Cazas feitas sem au-thoridade ou foro algum, no sitio de S. Bento da V.ª da Vit.ª se pode fazer Ermiça como a q. ouve e morar alguns mre.ª p.ª atudo atender, e tudo isto se pode dizer que está sem donnos; Sr. D. na Ilha, como ia disse morava gente sem lisença ou foro algum, na V.ª do Esp. St.º estaõ Cazas feitas enque moraõ moraõres sem pagarem foro; como ja dise, na V.ª da Vit.ª por huma Ba do sitio da parochia diz hũ Joseph Dias saõ terras suas e está lavrando nellas e p.ª a par-te da V.ª p.ª Maior que diz hum Dionizio Franc.º esta vendendo Chans enque ja estaõ fazendo Cazas, e pela pte. da outra banda do Leste diz hũ Joaõ de Faria esta morando e lavrando nellas e pela parte do Norte di-zem os que tem Cazas na Rua da Vargem desta d.ª V.ª quin-tais passaõ o reguinho, q. vem da fonte athé o outr.º e conduzaõ ve essa Sagrada Relli-gião não tem nesta V.ª mais qu. o lugar donde ouve a er-mida, e mais ainda nesse tem feito cavas deterra que tem servido p.ª embarream Cazas,

2.ª pág.

por essa e por rezoins que sinceramte. a V.ª en par ticullar pela Sagrada Relligião do Santo do meo nome. Pesso a V.ª R.ª. me queira arendar o sitio de S. Bento desta V.ª man-dandome a doasão etreslado da Sesmária autentic po-nha estas Couzas ao Convento e seja acinãdo aos lugares que asima que tanto quanto for a terra pagarey o arendamento que he somente capichaba — de al'goçaõ capaside p.ª isto asim p.ª servir a V.ª R.ª. que Deus mto. annos gude. Vit.ª de Julho de 1733.

De V.ª R.ª.
Mt.º R.º. Pe. Me. e Sr. D. Abbade
Mt.º Serv.ºr

Bento de Moura"

Doc. n.º 10
16 — 2 — 1734

Carta de Bento de Moura a D. Abade do Rio de Janeiro, Frei Manoel da Cruz e Conceição; indicada no DIETÁRIO, pg. 444, § 7; consta de uma folha dup'a de 30,5 x 21 ctms. sendo escritas as duas primeiras páginas; papel bastante roto, tinta ainda boa.

1.ª pág.

"R.^{mo}. Sr. Rbi. a de V.R.^{ma}. junto com a procuração bastante que de tudo mesma estimação que parte da pessoa de V.R.^{ma}. a q.^m fico mt.^o obrigado; rendido e digo depois que receby sua edital na V.^a do Espt.^o Santo p.^a arendar a Ilha dos Campos da d.^a V.^a por nesta não hauer duvida alguma; algumas pessoas me sahiraõ, mas, como estauão costumados apagar, como pagaraõ alguns mre.^l que la moraraõ a 300 rs por anno parecendo lhe mal eu aleuantar lhe o presso porq. eu procuro ste. S.Bt.^o e q.^m a arendaua athè gora procuraua p.^a sy que hũ Mel. Baugt.^o (?) m.^{or} na d.^a V.^a do Espt.^o St.^o me disse hera 3000 rs darendamt.^o da d.^a Ilha de 10 annos que nella morou, e eu atenho arendado por 1600 rs a pessoa que não hade falar o qual consta do escrito que remeto a V.^a R.^{ma}. /11)

No mais que se mente a esta Sagrada Relligião não tenho fallado porq. não tenho armas p.^a me deffender de qualquer asalto e não ficar no Campo com batido, e abatido. E pello que V.^a R.^{ma} me noticia entendo que he custoza a letra do tombo, que o tempó, eas datas eu já avizey a V.^a R.^{ma} serem poucos annos menos de 134 a esta pte. "nesta Cide. ha hũ escriuaõ antigo não sey se será inda viuõ chomado João de Caru.^o Matos que supponho ha de dar boa eispedisaõ a Letra das dattas; e o portador desta tem hordem p.^a a minha custa se tirarem os treslados autenticos, pois devaõ servir mt.^o perante do e a V.^a R.^{ma}. e mais Monges deste Mostr.^o e con estes pretendo estando claras as datas tirar chans de mt.^a. Cazas e terras de que me pairesse setem apossado e vendido nesta V.^a da Vitr.^a e na do Espt.^o St.^o estando seus d.^{os}. possuidores de má ffê; Fico p.^a /

2.ª pág.

seruir a V.^a R.^{ma}. que Deus mt.^o. annos gude. Vitr.^a 16 de Fevr.^o de 1734 /

De V. R.^{ma}.Mt.^o R.^{mo}. S.^{or} D.^{or} D. Abbe. Fr. Mel. da Cruz e Conceyçãomt.^o Serv.^{or}*Bento de Moura*

Doc. n.º 11
15—12—1736

Carta de Bento de Moura a D. Abade do Rio de Janeiro, Frei Manoel da Cruz e Conceição; indicada no DIETÁRIO, pág. 445, § 7; consta de uma folha dupla de 30,5 x 21,5 cms., sendo escritas as duas primeiras páginas; papel muito roto e a tinta já bastante apagada.

1.ª pág.

"Mt.º R.º. S.ºr Estimo que recebi a Carta de V.R.ª. com os documentos das sismarias pertencentes a esta Prouincia do Patriarcha S. Bento quis logo dar exicusaó o que V.ª R.ª. meordena intendendo com os taó cuidados na pocissao do alheyo cuia vonte me priuou os passos a enfirmide. da gotta que repentiname. me sobrevyo em ambos os pes, en curandome en caza mais de tres mezes, no pendor com mllhora consultey o facto com pessoas intendidas, e volto que re- lendo corr. atencao os ditos alguas diff. culdes. como saó afastado de da posse da Ilha que D.ª Luiza Grinalda e seu adjunto Miguel de Azeredo deraó aoz relligiosos Fr. Bazilhio e Fr. Dam'ao com o onus de a cultuiarem e proueitarem e ao contrario que ofizesse os Ar.º 12) da Igreja ou mostr.º que ouve na Vila do Espt.º Santo aos pedassos da terra que a Viuva Izabel Friz. 13) doou, a qual se acha con possuhidor que a rematou na varra desta villa; os da doadora Leonor de Mendonsa e a posse da doasaó que a Camera desta dita Vila de Vitr.ª fêz aos ditos Relligiosos p.ª edificarem o seu mostr.º junto as cazas de Gaspar Fris. contra a frente do Conselho, cuios Ar.º se fazem mt.º precizos. estas sismarias, p.ª porellas se proceder com toda certeza nesta averiguasaó, enao menos me paresse serem precizos os p.º. vestigios

2.ª pág.

"Desta Santa Relligiao, e Conelles a authoride. de S. Magde. ou do Exi.º. S.ºr Vy Rey do Estado p.ª sefazerem cumprir inuollauelmte. por se achar esta posse taó inveterada dos que dizem ser o que com a detreminaaó 14) de V.R.ª. naó excuzarey nunca em obrar e seruir tudo o que nesta parte mais p.ª o Bem e aumt.º desta provinsia e da mesma sorte nos mais do seruiso de V.R.ª. a quem Deus mt.º. annos gude. Vitr.ª 15 de Dez.º de 1736 a.º.

De V.R.ª.

Mt.º R.º. S.ºr D.ºr D. Abbe. Fr. Mel. da Cruz e Conceycao

o mais inf.ºmo Seruidor

Bento de Moura"

12) arrendamentos

13) Fernandes

14) determinação.

Doc. n.º 12
2 — 2 — 1734

Termo de arrendamento de Manoel Ferreira dos Santos passado pelo procurador do Mosteiro Bento de Moura, 15) da Ilha nos Campos da Vila do Espírito Santo por tempo de nove annos a 1600 reis por ano; consta de uma folha simples de 31 x 21 ctns., sendo escrita a primeira página; papel muito roto, tinta ainda bastante boa.

"Digo eu Bento de Moura nesta V.^a da Vitr.^a do Spt.^o que verdade que Ilhas aonde auísou R.^m.º S.^{or} D. Abbe. de São Bento do Rio de Janr.^o a Manoel Fr.^a dos Santos para fazer hum sitio e Casa enque more e laure en qualquer parte da Ilha que ilha S. Bento, p. . fora nos Campos da Vila do Spt.^o Santo por tempo de noue annos pagando de cada hum anno mil e seis centos reis e não poderá o dito S.^{or} dar lisensa a pessoa algua p.^a fazer lauoura algua na dita Ilha ainda q. piquena que seja só poderá este dito fazer na d.^a Ilha sua Caza e sitio e laurar sorte de lauouras etrazer seu gado nella e será obrigado a despejar as ditas terras todas as vezes que o dito mostr.^o de S. Bento ouuer mister ser contendado justifica e sem que o mostr.^o tenha obrigasaõ de pagar algumas quepor ventura tempo da e os dous que assignamos na Vitr.^a 2 de Feur.^o de 1734

Bento de Moura

Mel. frr.^a dossantos

15) vide: Doc. n.º 10 de 16-2-1734.

Carta do Vigário da Villa da Vitória Padre João Trancozo de Lira ao Padre Mestre Frei João do Rozário do Mosteiro de S. Bento do R.º de Janeiro, indicada no DIETÁRIO, págs. 445/446, § 3; consta de uma folha dupla de 31 x 21,5 ctms., sendo escritas as duas primeiras páginas; papel bastante roto, tinta ainda boa.

1.ª pág.

"Meu am.º e Rd.º Sr. P. Provincial/
da Comp.ª João Pereyra me d'eyxou a carta inclusa p.ª remetter a VP. com húa enformação, q. me pede da antiguidade do Mosteyro da sua Relligião q. dizem houve nesta terra, aoq. não satisfis logo, como eu proprio dezejava, pordepender este neg.º de exacta averiguação e os malles contagiozos, q. nesta terra tem havido me impedirão a fazer a d.ª dilige.ª, agora q. está ato mais sucegado etendo portador seguro, remeto a d.ª Carta do P.P.ªl, e respondo ao memorial de V.P. na forma segte.

O que pude averiguar foy, q. nesta Villa houve antigamte. húa Igreja de S. Bento, em hú oyteyro na rua da Varje deq. ainda se vem vestigios. enaminha Igreja está ainda húa imagem de S. Amaro, q. hetradição foy da Igreja de S. Bento, eo oyteyro em q. esta esteve dizem ser da d.ª Relligião, então ha nesta Villa mais noticia de mais bens q. nella tenha, e na Villa do Espt.º St.º q. chamaõ Villa Velha, está húa Ilha juncto á Villa, q. taõbem dizem teve húa Eremida de S. Bento, nos Campos da d.ª Villa, esta outra ilha, q. he vos commua, q. he da d.ª Relligião, aonde com licença dealguns procuradores emalgú tempo, moraraõ alguns homens pobres, q. tinhaõ nella hú Cazebre com corral, aonde recolhiaõ algú gado q. pastava nos dittos Campos; então acho not.ª demais bens, que a Relligião de V.P. possuia nesta Capt.ª nobreve tempo, q. o P. Fr. Christovão me encomendou o procurar oq. cá pertencia ao seo Mostr.º; prohibi anelhú João de Souza p.ª q. não tirasse os materiais do Hospicio de S. Bento porque nunca ovi fazer, nem elle fez termo na Camera (q. eu sayba de escritur., nem me lembro q. V.P. dizesse tal couza qd.º cá esteve)

(Nota posterior, com letra diferente, feita à margem: "Pessimo; e o juraraõ assim, q. me lembro!")

O certo he, meo Rd.º S.ºr q. se estes Mosteyros existiraõ cá nas duas Villas, he tanta a antiguidade, q. não ha hoje q.ª de not.ª disso certa, nem o como se fabricaraõ, emenos dos bens q. tinhaõ, e só VV.PP. poderaõ lá noseo archivo achar alguns papeis q. disso dem not.ª. q. aqui não descubro mais, q. oq. tenho ditto e como não hé, aoq. V.P. pretendia saber noseo memorial, como mepedia q. fica na minha maõ athe V.P. determinar o q.,

2.^a pág.

Dell e hey de fazer./

He oq. se me offerece dizer a V.P. nesta ocáziaõ aq.^{ta} peço me dê novas suas, edoq. for memoravel, vivente sensitivo, e saber oq. vay pelo mundo, e mt.^o mais V.P. boa saude p.^a dispor daq., como for servido. D.^a guêde. a V.P. por mt.^o annos.

Villa de Vt.^a a de Novembro 28 de 1739.

De V.P.

R.^{mo}. Sr. P. Me. e D.^{or} Fr. João do Rosario

Am.^o mt.^o immerecedor e Seruo

João Trancozo Lira"

Doc. n.º 14
19 — 11 — 1769

Certificado do Padre Guardiã da Penha 16) Frei Francisco da Conceição Ribeiro, de um pagamento de foro das terras de S. Bento indicado no DIETÁRIO, pág. 447, § 11; consta de uma folha simples de 33 x 22 ctns; papel um pouco estragado; boa tinta e legibilidade.

"Fr. Francisco da Conceição Ribeyro, Ex-Leitor da Sagrada Theologia e Guardiã atual do Convento de nossa Senhora da Penha d'Avila do Espírito Santo, Certifico em como no mês de Março deste presente anno demil, settecentos, e sesenta e nove pagou esatisfêz Manoel Baptista sinco patacas dos foros das terras do Patriarca S. Bento, em que está morando, por aplicação q. da dita ezmola tem feito aeste convento os Reverendos Padres Provincias Beneditinos; e para q. emtoço tempo conste esta verdade mandei passar esta, emque somente assigno Eu, e aos dezanove de Novembro demil, esete centos e sesenta e nove.

Fr. Francisco da Conceição Ribeyro

G^{ra}. da Penha"

16) No Dietário do Mosteiro de S. Bento da Baía este Santuário é mencionado de uma forma realmente interessante: "O Vigésimo Nono foi o P. Fr. Ambrosio do Espírito Santo. Nascido no Reino, profeso nesta casa, onde faleceu aos 19 de Março de 1664. Foi resolutivo, de animo intrepido e grandes forças naturaes das quaes nunca se aproveitou para offender a pessoa alguma, só sim para servir a religião, e favorecer a quem delle se valia no que era justo. Passando o Conde de Castello-melhor por esta Terra para a conquista da Colonia, informado do seu valor, o levou por seu capellão e nisso esteve a sua felicidade, porque ficando prisioneiro dos Castelhanos pelos varios successos da Guerra, metido em uma apertada prisão, dentro em uma fortaleza situada nas margens do Rio da Plata, o Padre ajudado do seu valor e sua industria, com muito trabalho e grande perigo o tirou da fortaleza por uma mina subterranea e o poz a salvo nas terras de Portugal.

Deste Monge se contam alguns casos que lhe acontecerão revestidos de umas circumstancias que parece lhe diminuem o credito, escreve-se porém a substancia delles para que não fique a tradição privada da posse em que se acha ha muitos annos.

O primeiro caso, é que achando-se este Religioso na Capitania do Espírito Santo indo de passagem para o Rio de Janeiro; uma noite estando conversando uns moradores da terra, que era mal assombrado o caminho por onde se subia para uma alta Penha na qual estava uma Ermida de Nossa Senhora, o Padre ouvindo a conversa para os tirar daquelles prejuizos, disse que elle iria a aquellas horas até o mais alto da Penha onde estava a Ermida, e para sinal tocaria o sino da mesma capella, e sem mais demora se poz a caminho, porém a poucos passos se encontrou com um espantoso vulto, que mudando-se em varias formas o fôra acompanhando até o lugar destinado; chegou á capella e querendo tocar o sino, achou embaraçado na corda outro vulto de mais horrenda figura que o primeiro; sempre

Uma vez explanados os documentos existentes sobre o estabelecimento beneditino na antiga Capitania do Espírito Santo, talvez seja de interesse acrescentar um pequeno comentário sobre a fundação deste mosteiro e dos seus fundadores.

A Ordem de São Bento tem como fim principal unir os seus súbditos com Deus por meio da oração e do trabalho! Deste modo fica a sua atividade principal sempre restringida aos muros da clausura, conforme o expresso desejo de seu fundador. A reforma beneditina de Portugal, aprovada por Pio V, em 1566, sublinhou esta atitude básica do monaquismo. Foi por este motivo, que os monges portugueses do século 16, não sentiam nenhum desejo de abandonar os seus mosteiros reformados, para expandir-se no Novo Mundo. Toda iniciativa de fazer fundações beneditinas no Brasil partiu por consequente dos colonos dispersos nas diversas capitanias. Estas se realizaram primeiramente na Baía 1581; no Rio de Janeiro 1586; em Ilheus 1584; e pouco tempo depois em Olinda 1592; Paraíba 1596 e S. Paulo 1598. Mas em lugar nenhum foram os monges chamados para a cura das almas, para a catequese ou a educação dos meninos, pois estes mistérios eram confiados aos vigários, aos abnegados e operosos Padres Jesuitas e depois aos populares Frades de São Francisco: as fundações beneditinas foram feitas em toda parte graças à grande fé dos nossos antepassados; a sua finalidade única era, que os monges com a sua vida austera de recolhimento e disciplina, atraíssem as bênçãos do Altíssimo sobre os novos centros de colonização da Terra de Santa Cruz. Como isto se dera em outras capitanias, acho que deve ter sido o mesmo o motivo principal da fundação beneditina do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição na Vila Velha da Capitania do Espírito Santo no ano de 1589.

Doutro lado, a estabilidade da vida monástica, ligando essencialmente os monges ao seu mosteiro de profissão e tornando cada beneditino radicado na terra e no lugar de seu estabelecimento, impedia grandemente a expansão dos beneditinos portugueses e só abria possibilidade de estabelecer fundação beneditina no Brasil, depois de terem professado os primeiros brasileiros natos. Estes, então, com o auxílio de seus pais e parentes eram capazes de garantir a prosperidade e a continuação dos novos mosteiros. Assim, dos cinco beneditinos-sacerdotes que em 1581, vieram fundar a primeira casa na Baía, tres eram brasileiros: Frei Manoel de Mesquita, natural da própria Baía; Frei Pedro (de S. Bento?) Ferraz e Frei João Porcalho, ambos filhos de Ilheus. Frei João Porcalho abriu em 1584 o mosteiro de S. Bento, intitulado do Divino Espírito Santo, na sua terra natal: e em 1586, Frei Pedro Ferraz e o mesmo Frei João Porcalho tornaram-se os fundadores da abadia de S. Bento do Rio de Janeiro. A fun-

lançou mão da corda e tocou o sino, porém ao mesmo tempo aquelle animal imundo o impelliu com tanta força e cilencia que no mesmo instante veio pelos ares cair á porta da mesma casa aonde o estavam esperando; admirados todos de verem o Padre junto de si, logo que ouviram o sino, elle sem turbação alguma lhes referiu o que havia passado. Dizia o dito Padre, que Nossa Senhora com a qual se apegára quando lançou mão á corda o livrara de algum grande perigo que lhe podia succeder; e isto é o unico sufficiente motivo que nos pode persuadir a darmos credito ao successo referido"; etc. n.º 29.

ção de S. Paulo de 1598 foi realizada por Frei Mauro Teixeira, natural da Vila de S. Vicente. E chegando ao final desse estudo, pergunto: quem foram estes dois beneditinos que em 1589, vieram a essa capitania fundar o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição?

Até hoje encontrei os seus nomes apenas nas folhas da crônica do mosteiro de Olinda¹⁷⁾, elaborada na sua última perfeição pelo estudioso abade-cronista Frei Miguel Arcanjo da Anunciação Teixeira de Azevedo, irmão do célebre historiador da Capitania de S. Vicente, Frei Gaspar da Madre de Deus. Além de documentar a nossa fundação na Vila Velha e depois na Vitória do Espírito Santo, aquele autor trata da pessoa de Frei Damião da Fonseca "PARA O FAZER RECOMENDAVEL Á NOSSA MEMÓRIA" 18). Acha que este monge, natural de Braga, foi dos companheiros de Frei Antonio Ventura do Laterão, que em 1581, veio fundar na Baía a primeira abadia beneditina de toda a América. Em 1589, aportou na Vila-Velha dessa Capitania transformando em mosteiro a casa que pertencera à Governadora D. Luiza Grimalda, donde passou para a Vila Nova da Vitória, como prova a petição da sesmaria de 25 de julho de 1591. Pouco tempo depois aparece na Junta Capitular de Tibães de 3-3-1592, Frei Damião da Fonseca é nomeado Prior da nova fundação de Olinda, onde o incançável monge tratou, aos 21 de julho de 1595, de conseguir os terrenos para mais um mosteiro na Vila da Paraíba do Norte. Eleito abade do Rio de Janeiro, aos 23 de julho de 1597, governou aquele cenóbio até 1600. Termina o cronista da seguinte forma: "Estas são as notícias, q. pude descobrir de Frei Damião da Fonseca e de suas operações nesta Província do Brazil: della se passou p.^a o Reyno, e lá ofizerao Abbe. de S. Joao d'Arnoya no anno de 1617, e de Miranda em 1623". 19)

Quer parecer-me que para a história local da capitania do Espírito Santo, o Irmão Fr. Basílio é de maior interesse do que o próprio Padre Frei Damião da Fonseca. A mesma Crônica de Olinda o coloca na classe dos monges leigos, chamando-o de Irmão-Donato Frei Basílio. 20) O que desperta deste modo a nossa especial atenção é o fato de que aos 24 de maio de 1594, não o Prior do mosteiro, nem qualquer outro monge-sacerdote, mas sim este Irmão-leigo pediu e recebeu por sesmaria uma ilha na Vila Velha, que fora da Governadora Dona Luiza Grimalda.

Na Ordem de S. Bento não é costume ser um simples Irmão-leigo que trate dos negócios públicos do seu mosteiro, a não ser que existam razões absolutamente particulares. Por conseguinte, este caso curioso me leva a conjecturar que Frei Basílio tenha sido filho dessa terra, ou pelo menos, fosse ligado por laços de parentesco com moradores dessa capitania, que visivelmente favoreciam esta nova fundação; então a quarta no Brasil.

17) CRONICA DO MOSTEIRO DE S. BENTO DE OLINDA ATÉ 1763. Pernambuco 1940.

18) *ibid.* 36.

19) *ibid.* 38.

20) *ibid.* 17 e 36.

Nutro a grande esperança, de que, uma vez passada esta infeliz guerra, os copiosos arquivos beneditinos portugueses, que abrigam enorme acervo de documentos do passado dos nossos mosteiros do Brasil (documentos estes, até hoje não aproveitados para a documentação da nossa história), venham a revelar minuciosas informações acerca dos primeiros fundadores, monges e bemfeitores da Ordem de S. Bento do Brasil. Quiçá, nos falarão também da grande dor e tristeza dos moradores desta terra, quando pelos anos de 1612, os monges beneditinos "por falta de subsistência e pela pobreza da terra tinham de desamparar o Mosteiro", e de deixar aquele bom povo que tão generosamente os recebera, como prova o despacho dos Senadores da Câmara de 1591, onde afirmaram: "*têr por mercê de Deos particular, querer o Bemaventurado São Bento com/seos religiosos estar pegado connosco!*" 21)

21) Dietário do Rio, pag. 443, 2.

Fazenda Tres Poços
10 — 10 — 1943

ÍNDICE GERAL alfabético da matéria contida nos primeiros 14 volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito-Santo, organizado pela Secretaria Geral da Casa em 21-10-1943.

- 1) — **ABOLIÇÃO (A) e a Imprensa Capichaba.** Reprodução do Boletim publicado em 1888 pela "A Folha da Vitória" em regosijo pela assinatura da lei n.º 3353 de 13 de Maio que aboliu a escravidão. Vol. 11.º Pag. 119 a 120.
- 2) — **ABESÕES das Câmaras de Santa-Cruz e Nova-Almeida á República.**
- 2) — **ADSÕES das Camaras de Santa-Cruz e Nova-Almeida á República.**
- 3) — **AGUSTIN VENTURINO e Sra. Lardê Venturino.** Discurso do Presidente Dr. Antonio Francisco de Athayde ao lhes conferir o título de sócio correspondente do Instituto. Vol. 7.º pag. 161.
- 4) — **ANCHIÊTA na fundação do Rio de Janeiro.** Artigo do dr. Máriô Aristides Freire. Vol. 8.º Pag. 64.
- 5) — **ANCHIÊTA (Quando nasceu).** Estudo de Célso Vieira, sócio correspondente. Vol. 8.º Pag. 65.
- 6) — **ANCHIÊTA (Em torno de)** . Artigo do Prof. Elpidio Pimentel. Vol. 8.º Pag. 66.
- 7) — **ANCHIÊTA (Carta de) ao irmão Francisco do Escalante do Espírito-Santo em 7—9—1594.** Vol. 8.º Pag. 69
- 8) — **ANCHIÊTA e o Espírito-Santo.** Artigo do Pe. José de Freitas Gentil S. J. Vol. 8.º Pag. 74.
- 9) — **ANCHIÊTA (Depois da morte de).** Notas sobre o funeral seus prodígios, seus despojos, extraídas da "Vida Ilustrada do V. Pe. Anchiêta" edição do Colégio Anchiêta. Vol. 8.º Pag. 82.
- 10) — **ANCHIÊTA (O pôço de).** Artigo do dr. Arquímimo Martins de Matos. Vol. 8.º Pag. 91.
- 11) — **ANCHIÊTA (O túmulo de).** Artigo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 8.º Pag. 94.
- 12) — **ANCHIÊTA (Pronúncia exata de).** Estudo extraído das "Cartas de Anchiêta" Edição da Academia Brasileira de Letras. Vol. 8.º Pag. 95.
- 13) — **ANCHIÊTA (José de).** A Catequese. Artigo do dr. Olimpio Lyrio. Vol. 8.º Pag. 97.
- 14) — **ANCHIÊTA (Relíquias de).** Artigo do dr. Celso Vieira, sócio correspondente. Vol. 8.º Pag. 100.
- 15) — **ANCHIÊTA (Veneravel Pe. José de).** Estudo do consócio dr. Alonso Fernandes de Oliveira. Vol. 8.º Pag. 102.

- 16) — ANCHIETA (Centenário de). Decreto n.º 23.941 de 1-3-1943 que declarou feriado nacional o dia 19 de Março daquele ano. Vol. 8.º Pag. 107.
- 17) — ANCHIETA (José de). Artigo de Sebastião Isidoro da Silva. Vol. 8.º Pag. 124.
- 18) — ANCHIETA (José de). Artigo da redação. Vol. 7.º Pag. 74.
- 19) — ANCHIETA (As cinzas do Pe. José de). Artigo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 7.º Pag. 238.
- 20) — ANCHIETA (José de). Sua vida e sua obra. Conferência do Prof. José Vitorino. Vol. 11.º Pag. 52.
- 21) — ANCHIETA. Sua vida e sua obra no Espírito-Santo. Estudo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 13. Pag. 3.
- 22) — ANCHIETA (A cêla do Padre). Estudo de Passanha Póvoa. Vol. 13. Pag. 12.
- 23) — ANCHIETA (A mais antiga biografia de). Artigo do dr. João Bastos Bernardo Vieira. Vol. 13.º Pag. 50.
- 24) — ANCHIETA (De Iritiba á). Estudo do dr. Mário Aristides Freire. Vol. 13.º Pag. 63.
- 25) — ANCHIETA (Primeiro Mestre-escola do Brasil). Estudo do Dr. Placidino Passos. Vol. 13.º Pag. 54.
- 26) — ANCHIETA militar. Artigo do dr. F. Eugênio de Assis. Vol. 13.º Pag. 56.
- 27) — ANCHIETA — Cidade reliquia. Crônica do dr. Eurípedes Queiróz do Valle. Vol. 13.º Pag. 60.
- 28) — ANCHIETA (Notícia sobre as festas de inauguração de seu busto na Cidade de seu nome) Vol. 13.º Pag. 72.
- 29) — ANCHIETA — O Precursor. Estudo do Pe. Jesuista Luiz Gonzaga Cabral. Vol. 13.º Pag. 81.
- 30) — APELO ao Instituto Histórico (Um) Vol. 7.º Pag. 161.
- 31) — APELO ao Congresso Legislativo do Estado, á Imprensa e ao historiador espirito-santense. Artigo de José Cândido sobre o naufrágio do Imperial Marinheiro nas costas do Espírito Santo. Vol. 11.º Pag. 130.
- 32) — APÓSTOLO do Brasil (O) Artigo do Padre Ponciano Stenzel sobre Anchieta. Vol. 8.º Pag. 86.
- 33) — ARQUIVO (Nosso) Notícia sobre oferecimento de documentos ao Instituto feito pelos Srs. Francisco Amálio Grijó, Levino Fânzeres e Antônio Lino de Souza Mata. Vol. 2.º Pag. 8.
- 34) — ARQUIVO (Nosso) Notas sobre a oferta de documentos ao Instituto feita pelo dr. Araujo Aguirre. Vol. 3.º Pag. 27.
- 35) — ARQUIVO (Museu e Biblioteca do Instituto) Relação das ofertas feitas. Notas do 1.º Secretário Adolfo Fraga. Vol. 4.º Pag. 32.
- 36) — ARQUIVO (Nosso) Notas sobre o oferecimento de documentos históricos ao Instituto pelo dr. Araujo Aguirre. Vol. 5.º Pag. 199.
- 37) — ASPECTOS do Direito Brasileiro na República. Conferência do Prof. Dr. Augusto E. E. Lins. Vol. 12.º Pag. 64.
- 38) — ASSOCIAÇÃO de Professores do Estado. Artigo do Prof. Dr. Almir dos Santos Gonçalves. Vol. 7.º Pag. 80.
- 39) — ATA da sessão de fundação do Instituto. Vol. 1.º Pag. 3.
- 40) — ATA da segunda reunião do Instituto. Vol. 1.º Pag. 14.
- 41) — ATA da terceira reunião do Instituto Vol. 1.º Pag. 15.
- 42) — ATA da quarta reunião do Instituto. Vol. 1.º Pag. 16.
- 43) — ATA da sessão solene comemorativa da data de 7 de Setembro de 1921. Vol. 2.º Pag. 10.

- 44) — **ATA da sessão solene comemorativa da execução de Domingos Martins.** Vol. 3.º Pag. 3.
- 45) — **ATA da sessão solene extraordinária para a assinatura da planta da região compreendida entre os rios Mucuri-Itaúna, levantada pela Comissão mixta da Baía-Espírito-Santo na questão de limites entre os dois Estados.** Vol. 5.º Pag. 166.

— B —

- 46) — **BANDEIRA que não existe.** Nota explicativa do Prof. Dr. Elpidio Pimentel sobre certa propaganda do sabonete Eucalol, a respeito da bandeira do Espírito-Santo. Vol. 7.º Pag. 268.
- 47) — **BANDEIRA e Bandeirantes no Espírito-Santo.** Estudo do Dr. Mário Aristides Freire. Vol. 7.º Pag. 3.
- 48) — **BATUQUEIROS e Conguistas no interior do Estado.** (Fotografia) Vol. 7.º Pag. 218 — 219.
- 49) — **BENEDITO ALVES DE SOUZA (Dom) no Instituto Histórico.** Homenagem. Discurso do Presidente Antonio Athayde. Vol. 7.º Pag. 91.
- 50) — **BUSTO de Anchieta** (Fotografia). Vol. 13.º Pag. 8 — 9.
- 51) — **BUSTO de Domingos Martins.** Notícia sobre a lei n.º 1025 de 26-11-1916 que autorizou o Governo do Estado a mandar esculpi-lo, em bronze. Vol. 1.º Pag. 42.

— C —

- 52) — **CABÓCLO Bernardo (O) e o naufrágio do cruzador "Imperial Marinheiro" em 1887.** Justo apêlo. Carta do dr. Clodoaldo Falcão ao deputado Eufrazio Silva. Vol. 11.º Pag. 121.
- 53) — **CABÓCLO Bernardo** — o grande herói de 1887. Descrição do naufrágio do "Imperial Marinheiro". Artigo do sr. Joaquim de Castro. Vol. 11.º Pag. 125.
- 54) — **CABÓCLO Bernardo dos Santos.** Post mortem. Artigo do sr. Joaquim de Castro. Vol. 11.º Pag. 134.
- 55) — **CABÓCLO Bernarda.** Naufrágio do "Imperial Marinheiro". Descrição e notícias do acontecimento publicadas pela imprensa. Vol. 11.º Pag. 136.
- 56) — **CAMPOS SALLES — Propagandista.** Conferência do dr. Mário Aristides Freire no Instituto Histórico em 13-2-1941. Vol. 14.º Pag. 25.
- 57) — **CAMPOS SALLES e sua obra legislativa.** Conferência do dr. Eurípedes Queiróz do Valle no Instituto Histórico em 13-2-1941. Vol. 14.º Pag. 30.
- 58) — **CAPICHABA** (A semântica do vocábulo indígena) Dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 9.º Pag. 3.
- 59) — **CAPICHABA.** Estudo do Prof. Elpidio Pimentel sobre a grafia do nome. Vol. 9.º Pag. 37.
- 60) — **CAPITANIA do Espírito Santo sob o domínio dos donatários.** Estudo de Alberto Lamêgo. Vol. 11.º Pag. 107.
- 61) — **CARTA** do dr. Arnaldo Pimenta da Cunha ao Governador da Baía sobre a questão de limites com o Espírito Santo. Vol. 5.º Pag. 164.

- 62) — **CARTA** do Prof. Elpidio Pimentel ao dr. Antonio Athayde com sugestões sobre o trabalho a ser realizado pelo Instituto. Vol. 7.º Pag. 196.
- 63) — **CARTA** de Doação da Ilha de S. Antônio a Duarte de Lemos. Vol. 11.º Pag. 93.
- 64) — **CARTA** apostólica de S. S. o Papa Pio-XII. Vol. 13.º Pag. 43
- 65) — **CARTAS DE ANCHIETA** ao irmão Francisco do Escalante e ao Padre Acquaviva. (1591 e 1594). Vol. 8.º Pag. 69.
- 66) — **CASA** (A) Séde do Instituto. Escritura pública de doação. Vol. 14.º Pag. 36.
- 67) — **CASSIANO CASTELO**. Notícia sobre seu falecimento. Vol. 7.º Pag. 234.
- 68) — **CATEQUÊSE** (A) José de Anchieta. Estudo do dr. Olímpio Lyrio. Vol. 8.º Pag. 97.
- 69) — **CAVENDISH** em Vitória. Estudo de Adelfo Monjardim. Vol. 9.º Pag. 119.
- 70) — **CÉLA DO PADRE ANCHIETA** (A) Estudo de Pessanha Póvoa. Vol. 13.º Pag. 12.
- 71) — **CENTENÁRIO da Independência** e a Revista do Instituto. Nota explicativa da Secretaria sobre o terceiro número dessa publicação. Vol. 3.º Pag. 52.
- 72) — **CENTENÁRIO do Município de Celatina**. Memória do dr. Xenócrates Calmon de Aguiar. Vol. 7.º Pag. 187.
- 73) — **CENTENÁRIO DE D. Pedro 2.º** Artigo do dr. Henrique O'Reilly de Souza. Vol. 4.º Pag. 38.
- 74) — **CENTENÁRIO DA INDEPENDENCIA DA BAHIA**. Conferência do dr. João Lordelo dos Santos Souza. Vol. 5.º Pag. 3.
- 75) — **CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**. Conferência do dr. Carlos Xavier. Vol. 5.º Pag. 12.
- 76) — **CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**. Conferência do dr. Antonio Athayde. Vol. 5.º Pag. 20.
- 77) — **CENTENÁRIO DO POVOAMENTO DO SÓLO ESPÍRITO SANTENSE** (4.º) Comunicação do dr. Mário Freire. Vol. 8.º Pag. 142.
- 78) — **CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**. Notícia sobre as comemorações da data. Vol. 10.º Pag. 3.
- 79) — **CENTENÁRIO do Espírito Santo**. (Contribuição para o 4.º) Estudo do Dr. Arlindo Sodré. Vol. 10.º Pag. 209.
- 80) — **CENTENÁRIO DA MORTE DE MAUÁ**. (Comemoração do) Discurso do Dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 12.º Pag. 55v.
- 81) — **CIDADE DE ANCHIETA** em festas. Notícia sobre a chegada deromeiros, em 1940. Vol. 13.º Pag. 96.
- 82) — **CINZAS DO PADRE JOSÉ DA ANCHIETA** (As) Estudo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 7.º Pag. 175.
- 83) — **CINZAS DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA** (As) Estudo do dr. Araujo Primo. Vol. 7.º Pag. 238.
- 84) — **CLIMATOLOGIA ESPÍRITO SANTENSE**. Estudo do dr Carlos Xavier. Vol. 11.º Pag. 19.
- 85) — **COLÉGIO PEDRO 2.º** Crônica histórica. Dr. Henrique O'Reilly de Souza. Vol. 4.º Pag. 47.
- 86) — **COLÉGIO DOS JESUITAS**. (Fotografia do antigo) Vol. 7.º Pag. 122 — 123.
- 87) — **COLÔNIA DE ITANHENGA**. Notícia de sua inauguração. Vol. 10.º Pag. 20.
- 88) — **COLÔNIA DE ITANHENGA**. (Discurso do dr. Pedro Fontes na inauguração da). Vol. 10.º Pag. 22.

- 89) — **COLONISAÇÃO (NOSSA)** Discurso do dr. Antonio Athayde. Vol. 5.º Pag. 30.
- 90) — **COLONISAÇÃO e Recolonização do Brasil e as idéas de Alberto Torres.** Conferência do dr. Arquimino Mattos. Vol. 9.º Pag. 96.
- 91) — **COMEMORAÇÕES do 4.º centenário de nossa colonização.** Conferência do dr. Mário Freire. Vol. 9.º Pag. 72.
- 92) — **COMEMORAÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO** de 1937. Discurso do dr. Arquimino Mattos. Vol. 11.º Pag. 47.
- 93) — **COMPANHEIROS MORTOS.** Notícias sobre a falecimento do Dez. Cassiano Castelo e dr. Jerônimo Monteiro. Vol. 7.º Pag. 234.
- 94) — **COMPANHIA DE JESUS no Espírito Santo (A)** Artigo de D. João Nery. Vol. 13.º Pag. 26.
- 95) — **CONFERENCIA** do Prof. José Vitorino sobre a Colonização do Espírito Santo por ocasião das comemorações do quarto centenário desta. Vol. 11.º Pag. 52.
- 96) — **CONFERENCIAS COMEMORATIVAS DO 4.º Centenário da Colonização do Espírito Santo,** Vol. 9.º Pag. 63.
- 97) — **CONTRIBUIÇÃO JURÍDICA** ao Progressismo Capichaba. Discurso do dr. M. P. Barreto Filho. Vol. 10.º Pag. 157.
- 98) — **CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS.** Primeiras manifestações republicanas. Vol. 12.º Pag. 24v.
- 99) — **CONVENTO DOS JESUITAS** (Fotografia do antigo) Vol. 7.º Pag. 138 — 139.
- 100) — **CONVENTO DE SÃO FRANCISCO.** (Fotografia do antigo) Vol. 7.º Pag. 154 — 155.
- 101) — **CONVENTO DE SÃO FRANCISCO.** (Fotografia do). Vol. 9.º Pag. 82 — 83.
- 102) — **CONVENTO DA PENHA.** (Fotografia do) Vol. 7.º Pag. 186 — 187.
- 103) — **CONVENTO DA PENHA.** Portão que lhe dá acesso. (Fotografia do) Vol. 9.º Pag. 66 — 67.
- 104) — **CULTO PÚBLICO.** Glorificação de Domingos Martins. Discurso do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 1.º Pag. 21.

— D —

- 105) — **DECRETO N.º 23.941** de 1-3-1943. Declara feriado nacional o dia 19 de Março daquele ano, data do 4.º centenário de nascimento do Padre José de Anchieta. Vol. 8.º Pag. 107.
- 106) — **DECRETO n.º 1** de 15—Nov—1889. Texto. Vol. 12.º Pag. 35.
- 107) — **DECRETO** de 23 de Nov. de 1889. Texto. Vol. 12.º Pag. 35.
- 108) — **DECRETO IMPERIAL** que elevou a Cidade a Vila de Vitória. Texto. Vol. 14.º Pag. 46.
- 109) — **DICIONÁRIO INÉDITO DA LÍNGUA INDÍGENA.** Notícia sobre uma comunicação do sr. Felix Pacheco. Vol. 8.º Pag. 22.
- 110) — **DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO** eleita em 1921. Vol. 2.º Pag. 15.
- 111) — **DIREITO BRASILEIRO NA REPÚBLICA** (Aspectos do) Conferência do dr. A. E. Estelita Lins, em comemoração ao cincoentário da República. Vol. 12.º Pag. 64.
- 112) — **DIRETORIA DO INSTITUTO PARA O BIÊNIO 1937—1939.** Vol. 12.º Pag. 63.

- 113) — **DISCURSO** do dr. Antonio Athayde ao investir-se do posto de Presidente de honra do Instituto. Vol. 2.º Pag. 10.
- 114) — **DISCURSO** do dr. Carlos Xavier agradecendo a sua eleição para orador honorário do Instituto. Vol. 2.º Pag. 14.
- 115) — **DISCURSO** do dr. Alarico de Freitas. (Resumo) Vol. 2.º Pag. 14.
- 116) — **DISCURSO** do dr. Alarico de Freitas proferido em 12-6-1922 comemorativo da passagem da data da execução de Domingos Martins e recepção dos sócios D. Benedito Alves e do Prof. Heraclito Pereira. Vol. 3.º Pag. 3.
- 117) — **DISCURSO** do dr. Afonso Correia Lyrio ao ser recebido no Instituto. Vol. 4.º Pag. 6.
- 118) — **DISCURSO** do dr. Arquimimo Mattos ao se investir do cargo de Presidente de honra do Instituto, em 1925. Vol. 5.º Pag. 101.
- 119) — **DISCURSO** do dr. Antonio Athayde sobre Domingos Martins na sessão do Instituto de 12-6-1925. Vol. 5.º Pag. 104.
- 120) — **DISCURSO** do Dez. Josias Soares ao ser recebido no Instituto em 19-7-1925. Vol. 5.º Pag. 109.
- 121) — **DISCURSO** do dr. Arquimimo Mattos sobre "D. Pedro 2.º e o meio ambiente" proferido em 2-12-1925. Vol. 5.º Pag. 114.
- 122) — **DISCURSO** do dr. Almir dos Santos Gonçalves ao ser recebido no Instituto em 13-5-1926. Vol. 5.º Pag. 132.
- 123) — **DISCURSO** do Prof. Loren Reno ao ser recebido no Instituto. Vol. 5.º Pag. 140.
- 124) — **DISCURSO** do Sr. Cirilo Tovar Filho ao ser recebido no Instituto. Vol. 5.º Pag. 142.
- 125) — **DISCURSO** do dr. Alarico de Freitas na sessão do Instituto de 13-5-1926 comemorativa da data. Vol. 5.º Pag. 145.
- 126) — **DISCURSO** do dr. Ceciliano de Almeida proferido em 13-5-1926 sobre questões de limites com a Bahia. Vol. 5.º Pag. 152.
- 127) — **DISCURSO** do Comendador Cândido Costa proferido no Instituto em 12-6-1926. Vol. 5.º Pag. 160.
- 128) — **DISCURSO** de posse do Dez. Augusto Botelho. Vol. 7.º Pag. 84.
- 129) — **DISCURSO** do Presidente dr. Antonio Athayde em homenagem a D. Benedito Alves de Souza. Vol. 7.º Pag. 91.
- 130) — **DISCURSO** do Padre Luiz Gonzaga Cabral S. J. na inauguração do busto de Anchieta em Benevente. Vol. 7.º Pag. 245.
- 131) — **DISCURSO** do Prefeito dr. A. Seabra Muniz na inauguração da Feira de Amostras de Vitória. Vol. 10.º Pag. 5.
- 132) — **DISCURSO** do Major João Punaro Bley Interventor Federal ao inaugurar a primeira Feira de Amostras de Vitória. Vol. 10.º Pag. 13.
- 133) — **DISCURSO** do dr. Paulo Lanza na inauguração da 1.ª Feira de Amostras de Vitória. Vol. 10.º Pag. 16.
- 134) — **DISCURSO** do dr. Pedro Fontes no ato da inauguração da Colônia de Itanhenga. Vol. 10.º Pag. 22.
- 135) — **DISCURSO** do Padre Ponciano Stenzel dos Santos na Missa Campal, em Vila Velha) comemorativa da passagem do 4.º Centenário do povoamento do solo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 30.
- 136) — **DISCURSO** do Prof. Antonio Aleixo, da Faculdade de Medicina de B. Horizonte, na inauguração do Leprozário de Itanhenga. Vol. 10.º Pag. 46.

- 137) — **DISCURSO** do deputado Francisco Clímaco Feu Raza na sessão solene da Assembléa Legislativa comemorativa da passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 50.
- 138) — **DISCURSO** do deputado Augusto Lins na sessão solene da Assembléa Legislativa em comemoração á passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 57.
- 139) — **DISCURSO** do senador Jerônimo Monteiro Filho no Senado Federal em homenagem ao 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 68.
- 140) — **DISCURSO** do deputado Jair Tovar na Câmara Federal em homenagem á passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 73.
- 141) — **DISCURSO** do Prof. Almeida Cousin, no Instituto Histórico, ao entregar a flâmula da U. A. G. E. S. nas festas comemorativas do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 102.
- 142) — **DISCURSO** do dr. Aquimimo Matos, em nome do Instituto Histórico, agradecendo a oferta da flâmula da U. A. G. E. S. nas festas comemorativas do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 105.
- 143) — **DISCURSO** do dr. Antonio Francisco de Athayde na sessão solene do Instituto, comemorativa da passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 112.
- 144) — **DISCURSO** do dr. Mário Aristides Freire no Instituto Histórico em comemoração á passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 119.
- 145) — **DISCURSO** do Prof. Jorge Kafuri, Secretário da Agricultura, na sessão magna do Instituto comemorativa da passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 125.
- 146) — **DISCURSO** do Prof. Elpidio Pimentel sobre o tema "O fator negro na Civilização espírito santense", na sessão do Instituto comemorativa da passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 131.
- 147) — **DISCURSO** do dr. Araujo Aguiar sobre o 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 138.
- 148) — **DISCURSO** do dr. Alárico de Freitas na sessão solene do Instituto dos Advogados comemorativa da passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 163.
- 149) — **DISCURSO** do sr. Alberto de Oliveira Santos ao entregar á Cidade o monumento (obelisco) que mandou levantar, ás suas expensas, na Praça 8, desta Capital, em comemoração á passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 189.
- 150) — **DISCURSO** do dr. Nuno Santos Nêves em nome do Rotary Club desta Capital na sua festa de prêmios escolares em 25-5-1935. Vol. 10.º Pag. 169.
- 151) — **DISCURSO** do acadêmico Paulo Cabral em nome da embaixada de estudantes fluminenses no Rotary Clube desta Capital em 25-3-35. Vol. 10.º Pag. 206.
- 152) — **DISCURSO** do dr. Arnulfo Matos ao tomar posse no cargo de Presidente do Instituto Histórico. Vol. 10.º Pag. 221.
- 153) — **DISCURSO** do dr. Antonio Francisco de Athayde, na sessão cívica do Instituto Histórico do dia 13-5-938. Vol. 11.º Pag. 10.

- 154) — **DISCURSO** do dr. Arquimimo Matos sobre o 15 de Novembro. Vol. 11.º Pag. 47.
- 155) — **DISCURSO** do dr. Arquimimo Matos ao passar a presidência do Instituto ao seu sucessor Dez. Celso Calmon. Vol. 14.º Pag. 16.
- 156) — **DISCURSO** do Prof. Haroldo Valadão, em 18-9-941, no Palácio Tiradentes, no Rio, sobre o 4.º Centenário da Companhia de Jesus, na qualidade de Presidente da Associação dos antigos alunos dos Padres Jesuítas. Vol. 14.º Pag. 21.
- 157) — **DISCURSO** do Dez. Celso Calmon ao tomar posse da Presidência do Instituto Histórico para o biênio 41-43. Vol. 14.º Pag. 33.
- 158) — **DOCUMENTOS HISTÓRICOS**. Termo de posse e afirmação de 1.º Governador Constitucional do Estado. Vol. 9.º Pag. 57.
- 159) — **DOCUMENTOS HISTÓRICOS**. Vol. 11.º Pag. 88.
- 160) — **DOCUMENTOS HISTÓRICOS**. Ofertas feitas ao Instituto. Notas do 1.º Secretário Adolfo Fraga. Vol. 4.º Pag. 32.
- 161) — **DOCUMENTOS HISTÓRICOS**. Extraídos do "Livro de Registro dos officios ordens, portarias para dentro da capitania do Espírito-Santo", no ano de 1812. Vol. 1.º Pag. 39.
- 162) — **DOM PEDRO** — 2.º e o meio ambiente. Discurso do dr. Arquimimo Matos na sessão magna do Instituto em 2-12-925. Vol. 5.º Pag. 114.
- 163) — **DOMINGOS MARTINS** e o papel que representou na revolução de 17. dr. Carlos Xaxier Paes Barreto. Vol. 1.º Pag. 7.
- 164) — **DOMINGOS MARTINS**. Notas da Imprensa sobre as festas do Instituto em homenagem. Discurso do Prof. Placido Passos e do dr. Manoel Pimenta. Vol. 8.º Pag. 52.
- 165) — **DOMINGOS MARTINS** (Fotografia de um trecho já desaparecido da antiga rua) Vol. 14.º Pag. 18 — 19.
- 166) — **DOMINGOS MARTINS** (Fotografia de) Vol. 1.º Pag. 17.
- 167) — **DOMINGOS MARTINS** (Soneto de). Vol. 1.º Pag. 19.
- 168) — **DOMINGOS MARTINS**. Artigo do dr. Jonas Montenegro onde se esclarece qual o verdadeiro lugar de seu nascimento. Vol. 1.º Pag. 27.
- 169) — **DOMINGOS MARTINS**. (Programa das festas cívicas realizadas em 12-6-1917 comemorativas da passagem do primeiro centenário da morte de) Vol. 1.º Pag. 41.
- 170) — **DOMINGOS MARTINS**. Lei que autorizou o Governo do Estado a esculpir em bronze o seu busto. Vol. 1.º Pag. 42.
- 171) — **DOMINGOS MARTINS**. Fotografia. Vol. 3.º Pag. 7.
- 172) — **DOMINGOS MARTINS**. Fotografia Vol. 6.º Pag. 1.
- 173) — **DOMINGOS MARTINS**. Fotografia de seu monumento á Praça João Climaco nesta Capital. Vol. 6.º Pag. 82.
- 174) — **DOMINGOS MARTINS**. Fotografia. Vol. 14.º Pag. 18 — 19.

— E —

- 175) — **ECOS ANCHIETANOS**. Carta do sr. Germano Gerardt a propósito das homenagens prestadas a Anchieta pela passagem do 4.º Centenário de seu nascimento. Vol. 8.º Pag. 133.
- 176) — **ELEIÇÃO E POSSE** da Diretoria do Instituto para o biênio 1937-1939. Vol. 11.º Pag. 3.
- 177) — **ELOGIO DE JOSÉ DE ANCHIETA**. Artigo do dr. Cristiano Fraga. Vol. 8.º Pag. 59.

- 178) — ENCERRAMENTO DO 8.º CONGRESSO DE GEOGRAFIA. Discurso do Dez. Lopes Ribeiro, Idem do dr. Arquimínio Matos, Cândido Rondon, Prof. Stéla Novais, Prof. Adélia Muniz Freire e Dr. Arnulfo Matos. Vol. 6.º Pag. 34.
- 179) — ESPÍRITO SANTO (O) e Anchieta. Artigo do Padre José de Frel. Freitas Gentil. S. J. Vol. 8.º Pag. 74.
- 180) — ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. Aprovados em 29-4-1917 e alterados em 8-10-1912. Vol. 2.º Pag. 1.
- 181) — ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. Aprovados em 2-4-1938. Vol. 11.º Pag. 166.
- 182) — ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA. Histórico dos ramais Sul do Espírito Santo e de Castelo. Dr. Gilberto Santos Nêves. Vol. 14.º Pag. 40.
- 183) — ETNOLOGIA ESPÍRITO SANTENSE. Dez. Carlos Xavier. Vol. 9.º Pag. 70.
- 184) — EXCAVAÇÕES HISTÓRICAS. O Padre Pires. Extraído da A Província de 13-2-1887. Manoel Augusto da Silveira. Vol. 7.º Pag. 184.
- 185) — EXECUÇÃO DE DOMINGOS MARTINS. Discurso do dr. Alarico de Freitas em 12-6-1922. Vol. 3.º Pag. 3.

— F —

- 186) — FERREIRA COELHO (Dez.) Notícia sobre seu falecimento. Vol. 7.º Pag. 149.
- 187) — FESTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO. Notícia sobre a sessão solene do dia 12-6-1941 comemorativa da passagem do 25.º aniversário de sua fundação e posse da Diretoria para o biênio 941-943. Vol. 14.º Pag. 16.
- 188) — FOTOGRAFIA de Domingos Martins. Vol. 1.º Pag. 17.
- 189) — FOTOGRAFIA do quadro "Independência ou Morte". Vol. 3.º Pag. 1.
- 190) — FOTOGRAFIA de Domingos Martins. Vol. 3.º Pag. 7.
- 191) — FOTOGRAFIA do Cel. Nestor Gomes. Vol. 3.º Pag. 22 — 23.
- 192) — FOTOGRAFIA do Cel. João de Deus Rodrigues Neto. Vol. 3.º Pag. 26 — 27.
- 193) — FOTOGRAFIA do Dr. Arquimínio Martins de Matos. Vol. 3.º Pag. 30 — 31.
- 194) — FOTOGRAFIA do Dr. Aristóteles da Silva Santos. Vol. 3.º Pag. 30 — 31.
- 195) — FOTOGRAFIA do Farmaceutico Adolfo Fraga. Vol. 3.º Pag. 30-31.
- 196) — FOTOGRAFIA do Dr. Araujo Primo. Vol. 3.º Pag. 30 — 31.
- 197) — FOTOGRAFIA do Dez. José Batalha Ribeiro. Vol. 3.º Pag. 30-31.
- 198) — FOTOGRAFIA do Padre Elias Tomazzi. Vol. 3.º Pag. 30 — 31.
- 199) — FOTOGRAFIA do Dr. Alarico de Freitas. Vol. 3.º Pag. 30 — 31.
- 200) — FOTOGRAFIA do sr. Francisco Rufino. Vol. 3.º Pag. 34 — 35.
- 201) — FOTOGRAFIA do Dr. Antonio Araujo Aguirre. Vol. 3.º Pag. 34 — 35.
- 202) — FOTOGRAFIA do Dr. Heraclito Amancio Pereira. Vol. 3.º Pag. 34 — 35.
- 203) — FOTOGRAFIA do Dez. Carlos Xavier. Vol. 3.º Pag. 38 — 39.
- 204) — FOTOGRAFIA do Dr. Euzébio de Souza. Vol. 3.º Pag. 38 — 39.
- 205) — FOTOGRAFIA do Prof. Elpidio Pimentel. Vol. 3.º Pag. 38 — 39.
- 206) — FOTOGRAFIA do Farmaceutico Adolfo Fraga. Vol. 3.º Pag. 52-53.

- 207) — FOTOGRAFIA do Dr. Antonio Athayde. Vol. 3.º Pag. 46 — 47.
- 208) — FOTOGRAFIA do Sr. D. Pedro 2.º Vol. 4.º Pag. 1.
- 209) — FOTOGRAFIA de uma vista parcial da Cidade de S. Mateus. Vol. 4.º Pag. 8 — 9.
- 210) — FOTOGRAFIA da Gruta Pedro Palácios em Vila-Velha. Vol. 4.º Pag. 18 — 19.
- 211) — FOTOGRAFIA do Edifício-sede do Instituto. Vol. 3.º Pag. 20 — 21.
- 212) — FOTOGRAFIA do Monumento ao Padre Anchieta no Palácio do Governo. Vol. 4.º Pag. 26 — 27.
- 213) — FOTOGRAFIA de D. Pedro 2.º Vol. 4.º Pag. 36 — 37.
- 214) — FOTOGRAFIA de D. Pedro 2.º, aos 13 anos. Vol. 4.º Pag. 50 — 51.
- 215) — FOTOGRAFIA do Dr. Florentino Avidos. Vol. 5.º Pag. 1.
- 216) — FOTOGRAFIA do Dr. Arquimino Matos. Vol. 5.º Pag. 18 — 19.
- 217) — FOTOGRAFIA do Dr. Antonio Athayde. Vol. 5.º Pag. 34 — 35.
- 218) — FOTOGRAFIA do Dez. Carlos Xavier. Vol. 5.º Pag. 50 — 51.
- 219) — FOTOGRAFIA do Farmaceutico Adolfo Fraga. Vol. 5.º Pag. 65-66.
- 220) — FOTOGRAFIA do Dr. Heracito Amancio Pereira. Vol. 5.º Pag. 82 — 83.
- 221) — FOTOGRAFIA do Dr. Alarico de Freitas. Vol. 5.º Pag. 98 — 99.
- 222) — FOTOGRAFIA do Dr. Arnulfo Matos. Vol. 5.º Pag. 114 — 115.
- 223) — FOTOGRAFIA do Dez. Batalha Ribeiro. Vol. 5.º Pag. 130 — 131.
- 224) — FOTOGRAFIA do Dez. Henrique O'Reilly de Souza. Vol. 5.º Pag. 146 — 147.
- 225) — FOTOGRAFIA do Dr. Aristoteles da Silva Santos. Vol. 5.º Pag.
- 226) — FOTOGRAFIA de Domingos Martins. Vol. 6.º Pag. 1.
162 — 163.
- 227) — FOTOGRAFIA do General Candido Rondon. Vol. 6.º Pag. 34 — 35.
- 228) — FOTOGRAFIA do Dez. Carlos Xavier. Vol. 6.º Pag. 50 — 51.
- 229) — FOTOGRAFIA do Dr. Arquimino Matos. Vol. 6.º Pag. 66 — 67.
- 230) — FOTOGRAFIA do Monumento a Domingos Martins, á Praça João Climaco. Vol. 6.º Pag. 82 — 83.
- 231) — FOTOGRAFIA do Monumento do Padre Anchieta existente em Palácio. Vol. 6.º Pag. 98 — 99.
- 232) — FOTOGRAFIA da Gruta Pedro Palácios em Vila-Velha. Vol. 6.º Pag. 114 — 115.
- 233) — FOTOGRAFIA do Busto do Padre Anchieta. Vol. 6.º Pag. 130, 131.
- 234) — FOTOGRAFIA da Mesa que presidiu a sessão solene de instalação do 8.º Congresso Brasileiro de Geografia realizado em Vitória entre 3 e 13 de Maio de 1925. Vol. 6.º Pag. 162 — 163.
- 235) — FOTOGRAFIA da sessão solene do Instituto Histórico em homenagem aos Delegados ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia reunido nesta Capital entre 3 e 13 de Maio de 1925. Vol. 6.º Pag. 146, 147.
- 236) — FOTOGRAFIA do Banquete oferecido pelo Governo do Estado aos membros do 8.º Congresso de Geografia reunido nesta Capital. Vol. 6.º Pag. 178 — 179.
- 237) — FOTOGRAFIA da Colação de grau ás Professoras da Escola Normal. Vol. 6.º Pag. 186 — 187.
- 238) — FOTOGRAFIA do Farmaceutico Adolfo Fraga. Vol. 6.º Pag. 189, 108.
- 239) — FOTOGRAFIA da sessão solene do Instituto realizada em 12-6-1934. Vol. 8.º Pag. 18 — 19.
- 240) — FOTOGRAFIA de alunas da Escola Normal em visita ao Instituto. Vol. 8.º Pag. 34 — 35.
- 241) — FOTOGRAFIA da Praça Pedro Palácios. Vol. 8.º Pag. 50 — 51.
- 242) — FOTOGRAFIA da Igreja de Queimados. Vol. 8.º Pag. 66 — 67.

- 243) — **FOTOGRAFIA** de Escoteiros e Bandeirantes espírito santenses em parada pela Cidade. Vol. 8.º Pag. 82 — 83.
- 244) — **FOTOGRAFIA** do Altar-mor da Igreja de Nova-Almeida. Vol. 8.º Pag. 114 — 115.
- 245) — **FOTOGRAFIA** de um trecho da Rua do Comércio. Vol. 8.º Pag. 130 — 131.
- 246) — **FOTOGRAFIA** do Major João Punaro Bley. Vol. 7.º Pag. 1.
- 247) — **FOTOGRAFIA** do Dr. Antonio Athayde. Vol. 7.º Pag. 18 — 19.
- 248) — **FOTOGRAFIA** do Monumento erigido a Anchieta em Benevente. Vol. 7.º Pag. 34 — 35.
- 249) — **FOTOGRAFIA** do Monumento indicativo do local em que estiveram os despojos do Padre Anchieta, no Palácio do Governo. Vol. 7.º Pag. 58 — 59.
- 250) — **FOTOGRAFIA** da Lápide funerária que assinala o túmulo do Padre José de Anchieta. Vol. 7.º Pag. 74 — 75.
- 251) — **FOTOGRAFIA** da extinta Matriz de S. Thiago. Vol. 7.º Pag. 90, 91.
- 252) — **FOTOGRAFIA** do antigo Colégio dos Jesuítas, transformado depois em Palácio do Governo. Vol. 7.º Pag. 106 — 107.
- 253) — **FOTOGRAFIA** do Palácio do Governo após a reforma. Vol. 7.º Pag. 122 — 123.
- 254) — **FOTOGRAFIA** do antigo Convento dos Jesuítas em Nova Almeida. Vol. 7.º Pag. 138 — 139.
- 255) — **FOTOGRAFIA** do antigo Convento de S. Francisco. Vol. 7.º Pag. 154 — 155.
- 256) — **FOTOGRAFIA** da Sessão solene do Instituto em 14-10-933 em homenagem a D. Benedito de Souza. Vol. 7.º Pag. 170 — 171.
- 257) — **FOTOGRAFIA** do Convento da Penha. Vol. 7.º Pag. 186 — 187.
- 258) — **FOTOGRAFIA** da velha Igreja de Queimados. Vol. 7.º Pag. 202 — 203.
- 259) — **FOTOGRAFIA** de Batuqueiros e Conguistas no interior do Estado. Vol. 7.º Pag. 218 — 219.
- 260) — **FOTOGRAFIA** de um trecho da Rua das Flores, depois Dionísio de Rezende, onde existia a casa onde nasceu Domingos Martins. Vol. 7.º Pag. 234 — 235.
- 261) — **FOTOGRAFIA** de um trecho do Rio Itapemirim vendo-se ao fundo o pico do Itabira. Vol. 7.º Pag. 250 — 251.
- 262) — **FOTOGRAFIA** do Major João Punaro Bley. Vol. 9.º Pag. 2 — 3.
- 263) — **FOTOGRAFIA** do Dr. Antonio Athayde. Vol. 9.º Pag. 18 — 19.
- 264) — **FOTOGRAFIA** da Igreja de Nova Almeida sede do Convento e Colégio dos Jesuítas. Vol. 9.º Pag. 50 — 51.
- 265) — **FOTOGRAFIA** do Convento da Penha e do Portão que lhe dá acesso. Vol. 9.º Pag. 66 — 67.
- 266) — **FOTOGRAFIA** do Convento de S. Francisco. Vol. 9.º Pag. 82, 83.
- 267) — **FOTOGRAFIA** de um trecho da Cidade do Espírito-Santo. (Vila-Velha). Vol. 9.º Pag. 98 — 99.
- 268) — **FOTOGRAFIA** de velha Cadeira que se supõe tivesse pertencido a Anchieta. Vol. 9.º Pag. 114 — 115.
- 269) — **FOTOGRAFIA** do Major João Punaro Bley. Vol. 10.º Pag. 4 — 5.
- 270) — **FOTOGRAFIA** do Dr. Antonio Athayde. Vol. 10.º Pag. 12 — 13.
- 271) — **FOTOGRAFIA** do Dr. Arnulfo Matos. Vol. 10.º Pag. 20 — 21.
- 272) — **FOTOGRAFIA** do Dr. Heraclito Pereira. Vol. 10.º Pag. 28 — 29.
- 273) — **FOTOGRAFIA** do Prof. Elpidio Pimentel. Vol. 10.º Pag. 36 — 37.

- 274) — **FOTOGRAFIA** de um flagrante do baile realizado no Palácio do Governo em comemoração á passagem do 4.º centenário do povoamento do sólo espírito-santense. Vol. 10.º Pag. 52 — 53.
- 275) — **FOTOGRAFIA** da inauguração da 1.ª Feira de Amostras desta Capital. Vol. 10.º Pag. 76 — 77.
- 276) — **FOTOGRAFIA** da Missa campal celebrada no recinto da 1.ª Feira de Amostras de Vitória. Vol. 10.º Pag. 76 — 77.
- 277) — **FOTOGRAFIA** do Parque de Diversões que funcionou na 1.ª Feira de Amostras de Vitória. Vol. 10.º Pag. 84 — 85.
- 278) — **FOTOGRAFIA** do Stand do Jardim da Infancia Ernestina Pessoa na 1.ª Feira de Amostras de Vitória. Vol. 10.º Pag. 84 — 85.
- 279) — **FOTOGRAFIA** de um aspecto da entrega de medalhas aos campeões do Clube Saldanha da Gama que tomaram parte na prova E. E. U. U. do Brasil, em Palácio. Vol. 10.º Pag. 100.
- 280) — **FOTOGRAFIA** de aspecto da grande paráda escolar do dia 23 de Maio de 1935. Vol. 10.º Pag. 108 — 109.
- 281) — **FOTOGRAFIA** de um aspecto do concerto de violino realizado no Teatro Glória pela senhorinha Alda Sá em homenagem ás comemorações do 4.º Centenário do povoamento do sólo Espírito-Santense. Vol. 10.º Pag. 124 — 125.
- 282) — **FOTOGRAFIA** da sessão solene do Instituto Histórico no Teatro Glória em comemoração á passagem do 4.º centenário do povoamento do sólo espírito-santense. Vol. 10.º Pag. 124 — 125.
- 283) — **FOTOGRAFIA** de uma festa realizada no Clube Saldanha da Gama. Vol. 1.º Pag. 140 — 141.
- 284) — **FOTOGRAFIA** de uma paráda esportiva de remadores do Clube Saldanha da Gama. Vol. 10.º Pag. 140 — 141.
- 285) — **FOTOGRAFIA** da Missa Campal celebrada em comemoração ao 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito-santense. Vol. 10.º Pag. 148 — 149.
- 286) — **FOTOGRAFIA** de flagrantos da inauguração do Leprosário de Itanhenga em Maio de 1935. Vol. 10.º Pag. 164 — 165.
- 287) — **FOTOGRAFIA** da grande festa realizada em Vila-Velha em homenagem ao 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito-santense, em Maio de 1935. Vol. 10.º Pag. 180 — 181.
- 288) — **FOTOGRAFIA** do Marechal Deodoro e Floriano. Vol. 12.º Pag. 6.
- 289) — **FOTOGRAFIA** dos srs. Barão de Monjardim e Afonso Cláudio. Vol. 12.º Pag. 11.
- 290) — **FOTOGRAFIA** reproduzindo a primeira página da "A Tribuna", jornal republicano publicado em Benevente pelo dr. José Horácio Costa, desde Fevereiro de 1889. Vol. 12.º Pag. 16.
- 291) — **FOTOGRAFIA** do dr. Antonio Aguirre. Vol. 12.º Pag. 21.
- 292) — **FOTOGRAFIA** de Thadentes, Domingos Martins, Bernardo Horta Américo de Almeida e dr. Joaquim Amorim. Vol. 12.º Pag. 30.
- 293) — **FOTOGRAFIA** de Campos Sobrinho e de um grupo de republicanos onde se vê: — Afonso Cláudio, Coelho Lisboa, Guilherme Schwartz, Horácio Gomes de Oliveira e Sizenando Matos Bourguignon. Vol. 12.º Pag. 38.
- 294) — **FOTOGRAFIA** do Farmaceutico João Aguirre. Vol. 12.º Pag. 43.
- 295) — **FOTOGRAFIA** do Prof. Amancio Pereira e Joaquim Lyrio. Vol. 12.º Pag. 48.
- 296) — **FOTOGRAFIA** do Visconde de Mauá. Vol. 12.º Pag. 59.
- 297) — **FOTOGRAFIA** dos arcebispos. D. Helvécio e D. Manoel Gomes de Oliveira. Vol. 13.º Pag. 2 — 3.

- 298) — **FOTOGRAFIA** do Busto de Anchieta e de uma página do processo de beatificação do mesmo. Vol. 13.º Pag. 8 — 9.
- 299) — **FOTOGRAFIA** do Padre Anchieta e da Cella em que viveu na Cidade de Benevente. Vol. 1.º Pag. 16 — 17.
- 300) — **FOTOGRAFIA** do altar mor da Capela da primitiva aldeia dos Santos Reis Magos fundado pelos Jesuitas, na actual Vila de Nova-Almeida. Vol. 13.º Pag. 24 — 25.
- 301) — **FOTOGRAFIA** da Fonte construída pelos Jesuitas em Nova-Almeida e da senhora Maria Matos de Oliveira. Vol. 13.º Pag. 52 — 53.
- 302) — **FOTOGRAFIA** da lápide existente em uma dependência de Palácio, assinalando o local onde Anchieta foi sepultado na capela de S. Tiago, demolida em 1912 e do monumento de Anchieta em Benevente. Vol. 13.º Pag. 68 — 69.
- 303) — **FOTOGRAFIA** de um grupo tirado por ocasião do desembarque dos Romeiros nesta Capital em 19-9-940. Vol. 13.º Pag. 92 — 93.
- 304) — **FOTOGRAFIA** do Te Deum celebrado na Catedral de Vitória com assistência dos Romeiros que se destinavam a Anchieta. Vol. 13.º Pag. 108 — 109.
- 305) — **FOTOGRAFIA** de Domingos Martins. Vol. 14.º Pag. 18 — 19.
- 306) — **FOTOGRAFIA** de um trecho da rua já desaparecida denominada Domingos Martins. Vol. 14.º Pag. 18 — 19.
- 307) — **FOTOGRAFIA** de Campos Sales. Vol. 14.º Pag. 30 — 31.
- 308) — **FOTOGRAFIA** da visita dos oficiais Lincoln Caldas, Benjamim A. Albuquerque Cavalcanti e José Castêlo Branco do Serviço Militar Geográfico do Exército ao Instituto Histórico. Vol. 14.º Pag. 30 — 31.
- 309) — **FOTOGRAFIA** de um aspecto da sessão solene de posse da Diretoria do Instituto para o biênio 941-943. Vol. 14.º Pag. 34 — 35.
- 310) — **FOTOGRAFIA** do Penedo á entrada da nossa baía. Vol. 14.º Pag. 52 — 53.
- 311) — **FOTOGRAFIA** do velho argolão cravado na rocha do Penedo e que servia para sustentar as correntes que trancavam a entrada de nosso porto. Vol. 14.º Pag. 52 — 53.
- 312) — **FOTOGRAFIA** do Papa Leão XIII. Vol. 14.º Pag. 54 — 55.
- 313) — **FOTOGRAFIA** do dr. Arquimimo Matos. Vol. 14.º Pag. 62 — 63.
- 314) — **FOTOGRAFIA** do dr. Eurico Borges de Aguiar. Vol. 14.º Pag. 62 — 63.
- 315) — **FOTOGRAFIA** do dr. Antonio Araujo Aguirre. Vol. 14.º Pag. 62 — 63.
- 316) — **FOTOGRAFIA** do dr. João Lordelo dos Santos Souza. Vol. 14.º Pag. 62 — 63.
- 317) — **FUNÇÃO DE CAXIAS**. Artigo de Ocêlho Cintra. Vol. 8.º Pag. 136.
- 318) — **FUNDAÇÃO DO INSTITUTO**. (Ata da sessão de) Vol. 1.º Pag. 3.

— G —

- 319) — **GÊNESE DO CAFÉ CAPITANIA** (A) Estudo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 10.º Pag. 180.
- 320) — **GOVERNOS DO ESPÍRITO SANTO**. Estudo do dr. Francisco Eugênio de Assis. Vol. 12.º Pag. 51.
- 321) — **GRUTA PEDRO PALACIOS** (Fotografia da). Vol. 4.º Pag. 18, 19.

— H —

- 322) — **HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1817.** (A) Artigo do dr. Marcello Teixeira de Lacerda. Vol. 1.º Pag. 25.
- 323) — **HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1817.** Comentários e anotações de Oliveira Lima. Vol. 1.º Pag. 28.
- 324) — **HISTÓRIA REGIONAL** Artigo sobre política interna do Brasil. Dr. Oswaldo Poggi. Vol. 8.º Pag. 33.
- 325) — **HISTÓRIA DA POLÍTICA ESTADUAL** Estudo do dr. Francisco Eugênio de Assis. Vol. 10.º Pag. 148.
- 326) — **HOMENAGEM AO ESPÍRITO SANTO.** Discurso do sr. Alberto de Oliveira Santos ao entregar á Cidade o monumento (obelisco) que mandou levantar á Praça 8, desta Capital em comemoração á passagem do 4.º Centenário do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 10.º Pag. 189.
- 327) — **HISTÓRIA DO CONTESTADO** Estudo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 14.º Pag. 3.
- 328) — **HOMENS E COUSAS DO ESPÍRITO SANTO** Estudo do Prof. Amancio Pereira. Vol. 11.º Pag. 155.

— I —

- 329) — **IDEIA DE REPÚBLICA NO BRASIL** (A) Discurso do dr. Nelson Abel de Almeida no cincoentenário da proclamação da República. Vol. 12.º Pag. 61.
- 330) — **IDEAL DOS ANDRADAS** (O) Estudo do sr. Francisco Rufino. Vol. 3.º Pag. 27.
- 331) — **IGREJA DE QUEIMADOS** (Fotografia da) Vol. 8.º Pag. 66 — 67.
- 332) — **IGREJA DE NOVA-ALMEIDA.** (Fotografia do altar-mor da) Vol. 8.º Pag. 114 — 115.
- 333) — **IGREJA DE QUEIMADOS** (Fotografia da velha). Vol. 7.º Pag. 202 — 203.
- 334) — **IGREJA DE NOVA-ALMEIDA** (Fotografia da). Vol. 9.º Pag. 50, 51.
- 335) — **IGREJAS ANTIGAS DO BRASIL.** Estudo do dr. Mário Mélo. Vol. 9.º Pag. 60.
- 336) — **ILHA DA TRINDADE.** (A) Estudo de Cândido Costa escrito em 1894. Vol. 7.º Pag. 201.
- 337) — **IMPERATRIZ** (A) Soneto de D. Pedro 2. Vol. 4.º Pag. 50.
- 338) — **IMPERIAL MARINHEIRO.** Artigo do sr. Joaquim de Castro. Vol. 11.º Pag. 125.
- 339) — **IMPERIAL MARINHEIRO** (Naufrágio do Cruzador). Dr. Clodoaldo Falcão. Vol. 11.º Pag. 121.
- 340) — **IMPERIAL MARINHEIRO** (Descrição do naufrágio do navio-escola) Artigo do sr. Joaquim de Castro. Vol. 11.º Pag. 125.
- 341) — **IMPERIAL MARINHEIRO** e o heroísmo do Cabôco Bernardo. (Naufrágio do). Artigo do sr. José Cândido. Vol. 11.º Pag. 130.
- 342) — **IMPrensa DO ESPÍRITO SANTO.** (A) História da Imprensa no Estado por ordem cronológica. Trabalho do Prof. Heraclito Amancio Pereira. Vol. 3.º Pag. 28. Vol. 4.º Pag. 22. Vol. 5.º Pag. 14. Vol. 6.º Pag. 107.

- 343) — **INDEPENDÊNCIA NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO.** (A) Artigo do dr. Mário Aristides Freire. Vol. 9.º Pag. 51.
- 344) — **INDÍOS DO REC-DOCE.** Cartas do engenheiro Antonio Esigarríbia, oficial do Exército, ao Prof. Elpidio Fimentel sobre os índios ainda existentes naquela região. Vol. 7.º Pag. 12.
- 345) — **INDÍOS NO ESPÍRITO SANTO.** Relatório do Inspetor dr. Antonio Estigarribia. Vol. 7.º Pag. 20.
- 346) — **INSTITUTO HISTÓRICO.** Conferência do dez. Carlos Xavér iniciando a série comemorativa da passagem do 4.º Centenário da colonização do Espírito Santo. Vol. 9.º Pag. 63.

— J —

- 347) — **JERONIMO MONTEIRO.** Notícia sobre seu falecimento. Vol. 7.º Pag. 234.
- 348) — **JESUITAS NO ESPÍRITO SANTO.** Notícia extraída do Diário da Manhã. Vol. 8.º Pag. 130.
- 349) — **JORGE BERTOLASSO STELA** (Rev) Notícia da redação. Vol. 7.º Pag. 89.
- 350) — **JORGE BAHLIS** (Prof.) Estudo do Prof. Dr. Almeida Cousin. Vol. 7.º Pag. 171.
- 351) — **JOSÉ DE ANCHIETA** (Elogio de). Artigo do dr. Cristiano Fraga. Vol. 8.º Pag. 79.
- 352) — **JOSÉ DE ANCHIETA** (Veneravel). Artigo do dr. Alonzo Fernandes de Oliveira. Vol. 8.º Pag. 102.
- 353) — **JOSÉ CANDIDO DE VASCONCELLOS.** Artigo do dr. Mário Aristides Freire. Vol. 7.º Pag. 143.
- 354) — **JUSTAS HOMENAGENS.** Notícia sobre o projeto do deputado Wanderley Pinho, da Baía, prestando várias homenagens a D. Pedro 2.º pela passagem do primeiro centenário de seu nascimento. Vol. 4.º Pag. 51.

— L —

- 355) — **LÁPIDE FUNERÁRIA DE JOSÉ DE ANCHIETA.** (Fotografia da) Vol. 7.º Pag. 74.
- 356) — **LARDE DE VENTURINI** (Conferência da senhora) Vol. 7.º Pag. 123.
- 357) — **LEI N.º 1925 de 26-11-1916.** Autorizou o Governo do Estado a mandar esculpir, em bronze, o busto de Domingos Martins. Vol. 1.º Pag. 42.
- 358) — **LEPROSÁRIO DE ITANHENGA** (Fotografia de flagrantes da inauguração do) Vol. 10.º Pag. 164.
- 359) — **LIMITES ENTRE O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E MINAS.** Estudo do dr. Antonio de Araujo Aguirre. Vol. 3.º Pag. 7 e 45.
- 360) — **LIMITES ENTRE BAÍA E ESPÍRITO SANTO.** Notícia da assinatura do convênio. Vol. 5.º Pag. 172.
- 361) — **LÍNGUA INDÍGENA** (Um Dicionário inédito da) Comunicação do sr. Felix Pacheco. Vol. 8.º Pag. 22.
- 362) — **LISTA ALFABÉTICA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO.** Vol. 14.º Pag. 79.

- 363) — **LOCAL EM QUE ESTIVERAM OS DESPOJOS DO PADRE ANCHIETA.** (Fotografia do). Vol. 7.º Pag. 58.
 364) — **LOREN RENO** (Prof.) Discurso de posse no Instituto. Vol. 5.º Pag. 140.

— M —

- 365) — **MANGAL DA SANTA CASA** (O) Texto de uma certidão extraída pelo Tabelião público Fernando José de Araujo dos autos de cominação de pena, do ano de 1819. Vol. 14. Pag. 70.
 366) — **MANGAL DO CAMPINHO** (Certidão da posse judicial do). Vol. 8.º Pag. 142.
 367) — **MANIFESTAÇÃO CÍVICA** Notícia sobre a discussão, no Congresso Legislativo, do projeto de lei que muda o nome da Cidade de Anchieta para a de Benevente. Discurso do deputado Antonio Athayde contra. Vol. 7.º Pag. 164.
 368) — **MARQUEZ DE ARACATY** (Quem era o). Artigo de Euzébio de Souza. Vol. 3.º Pag. 46.
 369) — **MATRIZ DE S. THIAGO** (Fotografia da extinta). Vol. 7.º Pag. 74 — 75.
 370) — **MEMÓRIA SOBRE A FUNDAÇÃO DE RERITIGBA.** Padre Pires Martins. Vol. 13 Pag. 37.
 371) — **MEMORIAL** sobre a questão de limites do Espírito Santo. Vol. 7.º Pag. 145.
 372) — **MEMÓRIAS** Notícia histórica e Estatística da Capitania do Espírito Santo. Euclides Fausto de Souza. Vol. 7.º Pag. 97.
 373) — **MEMÓRIAS DE UM CAPICHABA.** Nota de Elpidio Pimentel. Vol. 7.º Pag. 269.
 374) — **MONARQUIA A REPÚBLICA** (Da) Artigo do dr. João Lardello. Vol. 12.º Pag. 50.
 375) — **MONUMENTO AO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA** (Fotografia do). Vol. 4.º Pag. 26 — 27.
 376) — **MONUMENTO AO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA** (Fotografia do). Vol. 6.º — Pag. 98 — 99.
 377) — **MUSEU, ARQUIVO E BIBLIOTECA** do Instituto. Nota de Adolfo Fraga. Vol. 4.º Pag. 32.
 378) — **MUSEU ESTADUAL.** Texto do Decreto que o instituiu e o localizou. Vol. 7.º Pag. 76.

— N —

- 379) — **NAUFRAGIO DO IMPERIAL MARINHEIRO.** Notícia do fato dada pela imprensa. Vol. 11.º Pag. 136.
 380) — **NOSSAS ANTIGUIDADES.** Artigo de Adolfo Fernandes R. de Oliveira. Vol. 7.º Pag. 67.
 381) — **NOSSOS PRÓXIMOS NÚMEROS DE REVISTA.** Nota da Redação sobre a edição da Revista do Instituto comemorativa do 4.º Centenário de nascimento de José de Anchieta e do povoamento do sólo espírito santense. Vol. 7.º Pag. 271.
 382) — **NOTÍCIA GEOGRÁFICA DO ESTADO.** Dr. Luiz Derenzi. Vol. 11.º Pag. 79.

- 383) — **NOVA DIRETORIA DO INSTITUTO** (A) Biênio 1935 — 1937. Vol. 10.º Pag. 215..
- 384) — **NÚNCIO APOSTÓLICO**. Notícia. Vol. 13. Pag. 76.

— O —

- 385) — **OBELISCO**. Monumento oferecido à Cidade pela família Oliveira Santos. Discurso do sr. Alberto de Oliveira Santos. Vol. 10.º Pag. 189.
- 386) — **OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**. Notícia sobre o mesmo. Vol. 5.º Pag. 201.
- 387) — **OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**. Descrição do que foi esse certamen. Vol. 6.º Pag. 3.
- 388) — **OITAVO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA**. (Encerramento do). Discursos dos srs. Dez. Lopes Ribeiro, Arquímimo Matos, General Cândido Rondon, Professora Stéla Novais, Adélia Muniz Freire e dr. Arnulfo Matos. Vol. 6.º Pag. 34.
- 389) — **ORADOR HONORÁRIO DO INSTITUTO**. Discurso do Dez. Carlos Xavier agradecendo a sua eleição para esse posto. Vol. 2.º Pag. 14.
- 390) — **OROGRAFIA ESPÍRITO SANTENSE**. Estudo do Dr. Carlos Xavier. Vol. 7.º Pag. 53.
- 391) — **OURO** de Antonio Rodrigues Arzão. (O) Artigo de Almeida Coutin. Vol. 9.º Pag. 88.

— P —

- 392) — **PÁGINA DE SAUDADE**. Notícia sobre o falecimento dos sócios fundadores do Instituto: — Jonas Montenegro, Luiz Geoffroy, Aristides Freire e Francisco Rufino. Por Adolfo Fraga. Vol. 4.º Pag. 20.
- 393) — **PÁGINA DE SAUDADE**. Notícia sobre o falecimento do sócio dr. Elysis de Carvalho. Vol. 5.º Pag. 185.
- 394) — **PÁGINA DE SAUDADE**. Homenagem à memória do sócio Teófilo Paulino da Silveira. Vol. 6.º Pag. 189.
- 395) — **PALÁCIO DO GOVERNO**. (Fotografia do). Vol. 7.º Pag. 122, 123.
- 396) — **PALESTRA**. Discurso do dr. Thiers Vellozo ao ingressar no Instituto. Vol. 5.º Pag. 186.
- 397) — **PÁTRIA E RELIGIÃO**. Discurso do Padre Luiz Gonzaga Cabral. S. J. na inauguração do busto de Anchieta na Cidade de Benevente. Vol. 7.º Pag. 245.
- 398) — **PATRIMÔNIO DO INSTITUTO**. Escritura de doação do prédio n.º 22 da rua Pedro Palácio, pelo Governo do Estado ao Instituto. Vol. 11.º Pag. 102.
- 399) — **PEGADAS DE HÁBIT**. Estudo de Adolfo Monjardim. Vol. 14.º Pag. 52.
- 400) — **PEDRO II**. Notícia sobre as homenagens cívicas prestadas pelo Instituto por motivo da passagem do centenário de seu nascimento. Vol. 4.º Pag. 36.
- 401) — **PEDRO II** Crônica de Carlos Xavier Pais Barreto. Vol. 4.º Pag. 37.

- 402) — **PEDRO II.** Estudo sobre o Imperador por ocasião da passagem do centenário de seu nascimento por Adelfo Fraga. Vol. 4.º Pag. 40.
- 403) — **POÇO DE ANCHIETA** (O) Artigo do dr. Arquimimo Matos. Vol. 8.º Pag. 91.
- 404) — **POEMA DO RIO-DOCE** (O) Versos e comentários do dr. Almeida Cousin. Vol. 8.º Pag. 146.
- 405) — **POESIA DA CRIANÇA.** Paléstra do dr. Thiers Vellozo ao ingressar no Instituto, como sócio efetivo. Vol. 5.º Pag. 186.
- 406) — **PÓSSE DO CAPITÃO JOÃO PUNARO BLEY NO INSTITUTO.** Discurso do Presidente Antonio Athayde. Saudação do Prof. Elpidio Pimentel. Vol. 8.º Pag. 39.
- 407) — **POST-MORTEM.** Artigo do sr. Joaquim de Castro sobre o Caboclo Bernardo. Vol. 11.º Pag. 134.
- 408) — **POVOAMENTO DO SÓLO ESPÍRITO SANTENSE.** Comunicação do dr. Mário Freire. Vol. 8.º Pag. 142.
- 409) — **PRECURSOR** (O) Estudo do Padre Luiz Gonzaga Cabral sobre Anchieta. Vol. 13.º Pag. 81.
- 410) — **PREDILEÇÃO DE ANCHIETA PELO ESPÍRITO SANTO.** Estudo do dr. Augusto Lins. Vol. 13.º Pag. 41.
- 411) — **PRÊMIO AO MÉRITO.** Notícia sobre a nomeação do dez. Afonso Cláudio para Professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Vol. 7.º Pag. 169.
- 412) — **PRESIDENTE DE HONRA DO INSTITUTO.** Discurso do dr. Antonio Francisco de Athayde ao assumir esse posto. Vol. 2.º Pag. 10.
- 413) — **PRESIDENTE DE HONRA DO INSTITUTO.** Discurso do dr. Arquimimo Matos ao se investir desse posto. Vol. 5.º Pag. 101.
- 414) — **PRIMEIRO MESTRE.** Versos de Mélo Moraes Filho. Vol. 8.º Pag. 108.
- 415) — **PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DA IMPRENSA NO BRASIL** Estudo do dr. Mário Freire. Vol. 11.º Pag. 22.
- 416) — **PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES CÍVICAS PELA PASSAGEM DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DE DOMINGOS MARTINS.** Vol. 1.º Pag. 41.
- 417) — **PROGRAMA DE FESTAS EM HOMENAGEM À PASSAGEM DO 4.º CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE ANCHIETA.** Vol. 8.º Pag. 109.
- 418) — **PROGRAMA DE COMEMORAÇÕES PELA PASSAGEM DO 4.º CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO ESTADO.** Vol. 9.º Pag. 141.
- 419) — **PROPAGANDA REPUBLICANA.** Notas biográficas. Vol. 12.º Pag. 39.
- 420) — **PRONÚNCIA EXATA DE ANCHIETA.** Estudo extraído das Cartas de Anchieta. Vol. 8.º Pag. 95.
- 421) — **PRÓPRIO DO INSTITUTO** (O) Texto da lei n.º 1.515 de 30-6-1925 que autorizou o Governo a doar ao Instituto o prédio n.º 53 à Av. da República, para sua sede. Vol. 4.º Pag. 21.

— Q —

- 422) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO ESTADO.** Vol. 9.º Pag. 141.
- 423) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO ESTADO.** Notícia sobre as comemorações da data. Vol. 10.º Pag. 3.

- 424) — **QUARTO CENTENÁRIO DO POVOAMENTO DO SÓLO ESPÍRITO SANTENSE.** Discurso do Padre Ponciano Stenzel dos Santos. Vol. 10.º Pag. 30.
- 425) — **QUARTO CENTENÁRIO DO POVOAMENTO DO SÓLO ESPÍRITO SANTENSE.** Discurso do Deputado Francisco Clímaco Feu Rosa na sessão solene do Congresso Legislativo em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 50.
- 426) — **QUARTO CENTENÁRIO DO POVOAMENTO DO SÓLO ESPÍRITO SANTENSE.** Discurso do Deputado Augusto Lins na sessão solene da Assembléa Legislativa do Estado, em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 57.
- 427) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do Senador Jerônimo Monteiro Filho em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 68.
- 428) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do deputado Jair Tovar na Câmara Federal em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 73.
- 429) — **QUARTO CENTENÁRIO A COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do dr. Cristiano Fraga, em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 80.
- 430) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do acadêmico Macário de Lemos Picanço membro da Embaixada de Estudantes de Niterói. Vol. 10.º Pag. 90.
- 431) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do Prof. Dr. Almeida Cousin, no Instituto Histórico, em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 102.
- 432) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do dr. Arquimino Matos agradecendo a oferta da U. A. G. E. S. em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 105.
- 433) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do dr. Antonio Francisco de Athayde comemorativo da passagem da data. Vol. 1.º Pag. 112.
- 434) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do Dr. Mário Aristides Freire em homenagem á data. Vol. 10.º Pag. 119.
- 435) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do Prof. Jorge Kafuri, comemorativo da data. Vol. 10.º Pag. 125.
- 436) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do dr. Araújo Aguirre sobre a data. Vol. 10.º Pag. 138.
- 437) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** História da Polícia Estadual. Dr. Francisco Eugênio de Assis. Vol. 10.º Pag. 148.
- 438) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Discurso do dr. Alarico de Freitas sobre a data. Vol. 10.º Pag. 163.
- 439) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Fotografia de um flagrante do Balé de Palácio comemorativo da data. 10.º Pag. 52 — 53.
- 440) — **QUARTO CENTENÁRIO DA COLONISAÇÃO DO ESTADO.** Conferência do Prof. José Vitorino sobre José de Anchieta, comemorativa da data. Vol. 11.º Pag. 52.
- 441) — **QUARTO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS.** Artigo do Prof. Adolfo Fernandes R. de Oliveira. Vol. 13.º Pag. 62.

- 442) — **QUARTO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS.** Discurso do Prof. Haroldo Valadão. Vol. 14.º Pag. 21.
- 443) — **QUESTÃO DE LIMITES ENTRE A BAHIA E ESPÍRITO SANTO.** Carta do dr. Arnaldo Pimenta da Cunha ao Governador Góis Calmon da Bahia. Vol. 5.º Pag. 164.
- 444) — **QUESTÃO DE LIMITES ENTRE ESPÍRITO SANTO E BAHIA.** Discurso do dr. Ceciliano Abel de Almeida. Vol. 5.º Pag. 152.
- 445) — **QUESTÃO DE LIMITES.** Memorial do Dez. Carlos Xavier. Vol. 7.º Pag. 145.
- 446) — **QUINZENA EM QUINZENA (DE)** Artigo do Prof. Elpidio Pimentel sobre a grafia do termo "capichaba". Vol. 9.º Pag. 37.

— R —

- 447) — **RECEPÇÃO DE HONRA NO INSTITUTO.** Conferência da Snra. Lardê de Venturino. Vol. 7.º Pag. 128.
- 448) — **RECONHECIMENTO DA TERRA CAPICHABA.** Estudo do dr. Ceciliano Abel de Almeida. Vol. 7.º Pag. 62.
- 449) — **REIVINDICANDO.** Artigo do dr. Jonas Montenegro sobre o verdadeiro lugar de nascimento de Domingos Martins. Vol. 1.º Pag. 27.
- 450) — **RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO.** Vol. 2.º Pag. 16.
- 451) — **RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO.** Vol. 3.º Pag. 51.
- 452) — **RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO.** Vol. 4.º Pag. 53.
- 453) — **RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO.** Vol. 6.º Pag. 190.
- 454) — **RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO.** Vol. 14.º Pag. 79.
- 455) — **RELATÓRIO** apresentado pelo Dez. Carlos Xavier como representante do Estado no 7.º Congresso de Geografia reunido no Estado da Paraíba em 13-5 1922. Vol. 3.º Pag. 40.
- 456) — **RELATÓRIO DA VIDA DO INSTITUTO** no período de 1921 a 1925, apresentado pelo Presidente Arquimino Matos. Vol. 5.º Pag. 91.
- 457) — **RELATÓRIO** do Inspetor Antonio Estigarribia á Diretoria do Serviço de Protecção aos Índios, em 1912. (Trecho) Vol. 7.º Pag. 20.
- 458) — **RELATÓRIO** do dr. Antonio Francisco de Athayde ao deixar em 1935 o cargo de Presidente do Instituto. Vol. 10.º Pag. 217.
- 459) — **RELIGIÃO (PATRIA E).** Discurso do Padre Luiz Gonzaga Cabral S. J. na inauguração do busto de José de Anchieta na Cidade deste nome em 17-12-1922. Vol. 7.º Pag. 245.
- 460) — **RELIQUIA PRECIOSA.** Palavras do prof. Amancio Pereira sobre as comemorações cívicas em homenagem á passagem do 1.º centenário da morte de Domingos Martins. Vol. 1.º Pag. 26.
- 461) — **RELIQUIAS DE ANCHIETA.** Estudo de Célio Vieira. Vol. 8.º Pag. 100.
- 462) — **REPRESENTAÇÃO** dos capichabas ao Príncipe Regente de Portugal em 1804 contra o governador Antonio Peres da Silva Pontes. Vol. 9.º Pag. 46.
- 463) — **REPÚBLICA (A) NO ESPÍRITO SANTO.** Estudo do dr. Mário Aristides Freire. Vol. 12.º Pag. 2.
- 464) — **REPÚBLICA (A).** Da Propaganda á fundação. Estudo do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 12.º Pag. 44.
- 465) — **RERITIEA (DE) A ANCHIETA.** Artigo do dr. Mário Freire. Vol. 13.º Pag. 68.

- 466) — **RESPINGOS HISTÓRICOS**. Estudo sobre Diogo Antonio Feijó. Prof. Dr. Elpidio Pimentel. Vol. 3.º Pag. 52.
- 467) — **REVISTA DO INSTITUTO**. Número comemorativo do 4.º centenário da fundação da Companhia de Jesus. Notícia. Vol. 13.º Pag. 106.
- 468) — **RIO-DOCE (O POEMA DO)** Verso e comentários do dr. Almeida Cousin. Vol. 8.º Pag. 146.
- 469) — **RIO-DOCE (INDIOS DO)**. Cartas do dr. Antonio Estigarribia ao Professor Elpidio Pimentel respondendo a um questionário sobre o assunto. Vol. 7.º Pag. 12.
- 470) — **RIO-DOCE (VIAGEM AO)** Memória descritiva do Capitão de Corveta, Verissimo Costa. Vol. 7.º Pag. 205.
- 471) — **RIO ITAPEMIRIM**. Fotografia de um trecho desse rio. Vol. 7.º Pag. 250.
- 472) — **ROMEIRO EM ANCHIETA**. Notícia da chegada dessesromeiros a aquela Cidade. Vol. 13.º Pag. 96.
- 473) — **ROMARIA ANCHIETANA**, Noticiário dos atos religiosos e cívicos realizados naquela Cidade. Vol. 13.º Pag. 109.
- 474) — **ROMAS DO NORTE (AS)** Aspectos da colonização espírito santense. Estudo do Prof. Almeida Cousin. Vol. 11.º Pag. 83.
- 475) — **RUA DA LAPA**. Estudo de Amancio Pereira. Vol. 11.º Pag. 155.

— S —

- 476) — **SAO MATEUS**. Artigo de Antonio de Araujo Aguirre. Vol. 4.º Pag. 9.
- 477) — **SAUDAÇÃO AO ESPÍRITO SANTO**. Acadêmico Macário de Lemos Picanço. Vol. 10.º Pag. 98.
- 478) — **SESSÃO solene do Instituto em 2-7-1924**. Vol. 5.º Pag. 11.
- 479) — **SESSÃO solene do Instituto em 12-6-1925**. Vol. 5.º Pag. 91.
- 480) — **SESSÃO magna do Instituto em 2-12-1925**. Vol. 5.º Pag. 109.
- 481) — **SESSÃO solene de 13-5-1926**. Vol. 5.º Pag. 132.
- 482) — **SESSÃO solene de 12-6-1926**. Vol. 5.º Pag. 189.
- 483) — **SESSÃO plenária do 8.º Congresso de Geografia reunido nesta Capital**. Noticiário. Vol. 6.º Pag. 16.
- 484) — **SESSÃO solene do Instituto em homenagem aos membros do 8.º Congresso reunido nesta Capital**. Discursos. Vol. 6.º Pag. 96.
- 485) — **SESSÃO extraordinária de 2-11-1926**, para recepção do sócio correspondente Dez. José Boiteux. Discursos. Vol. 6.º Pag. 169.
- 486) — **SESSÃO ordinária do Instituto de 11-11-1926**. Vol. 6.º Pag. 179.
- 487) — **SESSÃO solene do Instituto em 1-5-1926**. Noticiário. Vol. 6.º Pag. 181.
- 488) — **SESSÃO de assembléa geral reunida em 12-6-1927 para eleição da D'etoria para o biênio 1927 — 1929**. Vol. 6.º Pag. 186.
- 489) — **SESSÃO solene do Instituto de 14-10-1933, em homenagem a D. Benedito Bispo Diocesano**. Fotografia. Vol. 7.º Pag. 154.
- 490) — **SEMANTICA DO VOCABULO CAPICHABA**. Estudo do dr. Antonio Francisco de Araujo. Vol. 9.º Pag. 3.
- 491) — **SÓCIOS do Instituto**. Vol. 2.º Pag. 16.
- 492) — **SÓCIOS do Instituto**. Vol. 6.º Pag. 190.
- 493) — **SÓCIOS do Instituto**. Vol. 3.º Pag. 51.
- 494) — **SÓCIOS do Instituto**. Vol. 4.º Pag. 53.

- 495) — **SÓCIOS** do Instituto. Vol. 14.º Pag. 79.
 496) — **SONETO DE DOMINGOS MARTINS**. Vol. 1.º Pag. 21.
 497) — **SUBSÍDIOS** para a História seiscentista do Espírito Santo. Estudo do dr. Mário Aristides Freire. Vol. 14.º Pag. 55.

— T —

- 498) — **TERRA DO BRASIL**. Soneto de D. Pedro 2.º. Vol. 4.º Pag. 36.
 499) — **TITÂNIO** na costa do Espírito Santo. Estudo do dr. Arquimimo Matos. Vol. 7.º Pag. 57.
 500) — **TRESE DE MAIO** DE 1926. Discurso do dr. Alarico de Freitas sobre essa data. Vol. 5.º Pag. 145.
 501) — **TUMULO DE ANCHIETA**. Artigo do dr. Antonio Athayde. Vol. 8.º Pag. 94.

— U —

- 502) — **ÚLTIMA PÁGINA**. Nota de Elpidio Pimentel sobre possíveis falhas do número 7 da Revista do Instituto. Vol. 7.º Pag. 272.
 503) — **UMA ENTREVISTA**. Notas do dr. Arquimimo Matos, presidente do Instituto, sobre as atividades deste. Vol. 11.º Pag. 5.

— V —

- 504) — **VELHA CADEIRA**. Fotografia da Cadeira que se diz ter pertencido ao Padre José de Anchieta. Vol. 9.º Pag. 114.
 505) — **VIAGEM AO RIO DOCE**. Memória descritiva da região pelo capitão de Corveta Veríssimo Costa. Vol. 7.º Pag. 205.
 506) — **VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL**. (Espírito-Santo) Augusto Saint-Hilaire. 1833. Tradução do Dr. Carlos Madeira. Vol. 9.º Pag. 128.
 507) — **VILA VELHA**. Fotografia de um trecho desta Cidade. Vol. 9.º Pag. 98.
 508) — **VISCONDE DE MAUÁ**. Comemoração de seu centenário. Discurso do dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 12.º Pag. 55v.
 509) — **VITÓRIA e a Capitania em alguns códices publicados**. Estudo do dr. Mário Aristides Freire. Vol. 8.º Pag. 3.
 510) — **VULTOS NOTÁVEIS da História Colonial do Brasil com relação ao Espírito-Santo**. (Os 3) Estudo do Dr. Antonio Francisco de Athayde. Vol. 8.º Pag. 13.

DIRETORIA PARA O BIENIO 1943-1945

Presidente: — Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo; 1.º Vice-Presidente: — Dr. Américo Ribeiro Coêlho; 2.º Vice-Presidente: — Dr. João Manoel de Carvalho; 3.º Vice-Presidente: — Dr. Olyntho Couto de Aguirre; Secretário Geral: — Dr. Eurípedes Queiróz do Valle; Secretário: — Dr. Jair Etienne Dessaune; Tesoureiro: — Dr. Almir dos Santos Gonçalves; Orador: — Desembargador Celso Calmon Nogueira da Gama; Vice-Orador: — Dr. Nelson Abel de Almeida.

COMISSÕES

De Fundos e Orçamentos: — Dr. Arnulfo Mattos — Dr. Almir Gonçalves — Dr. Vicente Loureiro — Dr. Barreto Filho — Dr. Augusto Lins.

De História: — Dr. Nelson Almeida — Dr. Mário Freire — Dr. Antonio Athayde — Dr. Eugênio Assis — Prof. Adolfo Oliveira.

De Geografia: — Dr. Ceciliano Almeida — Dr. Alberto Stange — Dr. Heraclito Pereira — Dr. Manoel Pimenta — Dr. João Manoel.

De Etnografia: — Dr. Fernando Rabello — Dr. Olyntho Aguirre — Dr. Carlos Lindenberg — Prof. Eduardo Andrade — Dr. Cristiano Fraga.

De Admissão de Sócios: — Dr. Américo Coêlho — Dr. João Bastos — Dr. Placidino Passos — Dr. Darcy Mattos — Dr. Jair Dessaune.

De Estatutos e Revista: — Dr. Nelson Monteiro — Dr. Eurípedes Valle — Dr. Jair Dessaune — Dr. Feu Roza — Dr. Augusto Botelho.

REGISTRO GERAL ONOMASTICO DOS SOCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO-SANTO

Efetivos

A) — Adelfo Monjardim — Adolfo Fernandes de Oliveira — Afonso Schwab — Alceu Moreira Pinto Aleixo — Almir dos Santos Gonçalves — Américo Poli Monjardim — Américo Ribeiro Coelho — Américo Vespúcio Ribeiro de Oliveira — Antonio Francisco de Athayde — Aristóbulo Barbosa Leão — Arnulfo Matos — Arthur Lourenço de Araujo Primo — Augusto Afonso Botelho — Augusto Emilio Estelita Lins — Augusto de Aguiar Salles — Aurino Quintais.

B) — Beresford Martins Moreira.

C) — Carlos Nicoletti Madeira — Carlos Monteiro Lindenberg — Carlos Miranda Cunha — Ceciliano Abel de Almeida — Célio Calmon Nogueira da Gama — Cicero Moraes — Cristiano Ferreira Fraga.

D) — Darcy Martins de Mattos — Dario Araujo.

E) — Eduardo de Andrade e Silva — Eurípedes Queiróz do Valle.

F) — Fernando Duarte Rabello — Francisco Clímaco Feu Roza — Francisco Eugênio de Assis — Francisco Generoso da Fonseca.

H) — Heráclito Amancio Pereira.

J) — Jair Etienne Dessaune — João Bastos Bernardo Vieira — João Manoel de Carvalho — João Milton Varejão — Jones dos Santos Neves — José de Barros Wanderley — José Sette — Josias Batista Martins Soares — Juvenal Francisco Pereira Ramos.

L) — Luiz Claudio de Freitas Roza — Luiz Scortegagna (D.) — Luiz Malizeck.

M) — Manoel Moreira Camargo — Manoel Lopes Pimenta — Manoel X. Pais Barreto Filho — Marcondes Alves de Souza Júnior — Mário Aristides Freire — Mario Serrano — Moysés de Medeiros Acioly.

N) — Nelson Abel de Almeida.

- O) — Olyntho Couto de Aguirre — Osvaldo Cruz Guimarães.
- P) — Placidino Passos.
- T) — Theofilo Costa.
- V) — Vicente da Silva Loureiro.
- W) — Wlademiro da Silva Santos.

Correspondentes

A) — Abner Mourão — Adílio Tostes Malta — Afonso Correia Lyrio — Afonso de Escagnolle Dória — Afranio Peixoto — Agenor de Roure — Agustín Venturini — Alarico de Freitas — Alberto C. Couto Fernandes — Alcides Célio Ramos Jubé — Alcino Guanabara Filho — Alonso Fernandes de Oliveira — Amílcar Salgado dos Santos — Anibal Falcão Lima — Antonio Alvares Lôbo — Antonio Batista Pereira — Antonio Carlos Simoens da Silva — Antonio Nêves de Melo — Armando de Mattos — Aristeu Borges de Aguiar — Aristeu Portugal Nêves — Armando Manoel de Lemos de Mattos — Arnaldo Medeiros da Fonseca — Atilio Vivacqua — Augusto Barata.

B) — Benjamim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti — Benedito Alves de Souza (D.) — Bernardino José de Souza — Bruno Lôbo.

C) — Camilo Loureiro Bento Júnior — Candido Mariano da Silva Rondon — Carlos Delgado de Carvalho — Carlos Mesquita — Carlos Xavier Pais Barreto — Celso Elpidio da Roza Bomfim — Claudionor Ribeiro — Clóvis Bevilacqua — Coriolano de Medeiros.

E) — Elías Tomazzi Podestá — Elpidio Pimentel — Emanuel (Manuel) Gomes de Oliveira (D.) — Epifânio da Fonseca Dória Menezes — Eugênio Nêves Cunha.

F) — Flávio Marojá — Florentino Avidos — Francisco Gonçalves — Fernando de Abreu.

G) — Gago Coutinho — Gelmires Reis — Guilherme Auler.

H) — Heltor Muniz — Helvécio Gomes de Oliveira (D.) — Henrique Augusto Wanderley — Henrique Boiteux — Henrique Novais — Herculanio Assunção — Hercules Penna — Hermêto Lima — Honório de Souza Silvestre.

J) — Jair Tovar — J. J. Bernardes Sobrinho — João Candido Maia — João Calmon Adnet — João Luiz Bastos Varela — João Maia — João Matista de Melo e Souza — Jorge Bahlis — Jorge Bortolasso Stéla — José Antonio Lopes Ribeiro — José Bernardino Alves Júnior — José Bueno de Oliveira Azevedo Filho — José Coêlho de Almeida Cousin — José Fontes Castelo Branco — José de Freitas Bastos — José Pacheco Dantas.

L) — Lardê de Venturini — Leopoldo Bettiol — Levino Fanzeres — Lincoln de Carvalho Caldas — Lindolfo Xavier — Lucas Alexandre

Boiteux — Luiz Pedro Barboza — Luiz Fraga — Luiz de Freitas Castro — Luiz Serafim Derenzi.

M) — Manoel dos Santos Néves — Manoel Monjardim — Marcílio Teixeira de Lacerda — Mário Bouchardet — Mário C. do Rego Monteiro — Mário de Sanctis — Mário Vasconcelos de Veiga Cabral — Martins de Oliveira — Meroveu Cardoso — Mirabeau da Rocha Pimentel.

N) — Nelson Coelho de Senna — Nicolau Duarte Silva — Nilo de Freitas Bruzzi.

O) — Osvaldo Albuquerque — Osvaldo Coelho de Oliveira — Osvaldo Poggi de Figueiredo — Otávio José de Mendonça.

P) — Paulo Américo de Argollo Silvado — Pedro Célso — Pedro Fontes.

S) — Sebastião Barrozo Nunes — Sezelredo Garcia de Rezende — Silvio Fróis de Abreu.

T) — Tancredo de Barros Paiva — Teofilo Feu de Carvalho — Theo-Filho (Teotônio de Lacerda Freire Filho) — Thiers Fleming — Tristão de Araripe.

U) — Ubaldo Ramalhetes Maia — Ulysses Menegal.

V) — Virgílio A. Correia Filho — Vicente do Rego Themudo Lésa.

W) — Walter de Moraes Siqueira — Walter Sócrates do Nascimento — Walter Speldinge — Weakens Sócrates do Nascimento.

Falecidos

A) — Adhemar Grijó — Adhemar Pinto de Araújo — Adolfo Fraga — Adolfo Mário de Oliveira — Afonso Célso de Assis Figueiredo — Afonso Cláudio de Freitas Roza — Alziro Viana — Amancio Pinto Pereira — Anésio Augusto de Carvalho Serrano — Antonio Aunón Sierra — Antonio Araujo Aguirre — Antonio Ferreira Coelho — Antonio Gomes Aguirre — Antonio Martins de Azevedo Pimentel — Arabélio Lellis Horta — Argeu Monjardim — Aristides Brasiliano de Barcellos Freire — Aristóteles da Silva Santos — Arquimino Martins de Mattos — Arthur Antunes Barbosa Brandão.

B) — Benjamim F. Ramiz Galvão — Bernardino de Souza Monteiro.

C) — Candido Costa — Carlos Gomes de Sá — Carlos Gonçalves — Cassiano Cardoso Castélo — Cristiano Vieira de Andrade — Cyrillo Tovar Filho.

D) — Deocleciano Nunes de Oliveira.

E) — Elpidio Boa-Morte — Elysio de Carvalho — Eurico Borges de Aguiar — Euzébio Nery Alves de Souza.

F) — F. J. de Oliveira Viana — Francisco de Carvalho Lima Júnior — Francisco de Paula Mendes Wanderley — Francisco Rodrigues da Fraga Loureiro — Francisco da Silva Rufino — Francisco Martins dos Santos.

G) — Guilherme Studart — Gustavo Hasselmann.

H) — Henrique Coêlho Néto — Henrique O'Reilly de Souza.

J) — João Cláudio Carneiro Campêlo — João Aguirre — João Alcides Bezerra Cavalcanti — João Lordelo dos Santos Souza — João Pandiá Calogeras — João Barbosa Rodrigues Júnior — João Batista Correia Nery (D.) — Jonas Meira Bezerra Montenegro — José Arthur Boiteux — José Dias da Cunha — José Maria Moreira Guimarães — José Távares Bastos — José Xavier Carvalho de Mendonça.

L) — Levino de Holanda Chacon — Loren Marion Reno — Lourenço de Moraes Freitas Barbosa — Luiz Adolfo Thiers Veloso — Luiz Jouffroy.

M) — Manoel Cícero Peregrino — Manoel de Oliveira Lima — Manoel Bomfim — Mário Imperial — Moacyr Monteiro Avidos.

N) — Nino Amâncio Pereira.

O) — Oscar Farias Santos — Otávio Alves de Araujo — Osvaldo Monteiro.

P) — Pedro Gastão de Orleans e Bragança.

R) — Raymundo Thomé Bezerra — Rocha Pombo.

S) — Solidônio Atico Leite — Sá Viana — Sebastião P. de Sá Sotto-Mayor — Sacadura Cabral.

T) — Targino Neves — Teófilo Paulino da Silveira — Theodoro Sampaio — Tristão de Alencar Araripe.

W) — Wlademiro Fradesso da Silveira.

Secretaria Geral do Instituto Histórico, em 23 — Março — 1944.

Euripedes Queiroz do Valle

Secretário Geral.

I N D I C E

	Pag.
- As comemorações cívicas do dia 12 de Junho em homenagem a Domingos Martins — O aniversário do Instituto — A posse da nova Diretoria	3
- Discurso de posse do novo presidente do Instituto, dr. Arthur Lourenço de Araújo Primo	5
- Reabilitação histórica de Vasco Fernandes Coutinho — Mario Aristides Freire	10
- Uma escalada à Pedra do Oratorio, por Adelpho Monjardim	17
- O 408.º aniversário da Colonização do Espírito Santo, por João Manoel de Carvalho	20
- O guisamento no último projeto orçamental da provincia do Esp. Santo, por Francisco Climaco Feu Rosa	26
- Homens de cor do Brasil, por Jair Etienne Dessaune	31
- Major João Punaro Bley — Cidadão Capichaba, por Antonio Francisco de Athayde	36
- Cerâmio da Sapucaia — por dr. Adhemar Neves	40
- Atividade cultural do Instituto no bienio 941-943, por Euripedes Queiroz do Valle	51
- A Ordem de São Bento na Capitania do Espírito Santo, por D. Clemente Maria da Silva Nigra	54
- Indice geral alfabético da matéria contida nos primeiros 14 volumes da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, organizado pela Secretaria Geral da Casa ..	78
- Diretoria para o bienio 1943-945	100
- Registro geral onomastico dos socios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo	101

